

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ZÉLIA PIRES DA SILVEIRA

PLÁGIO NA ACADEMIA:
REFLEXÕES SOBRE A INTEGRIDADE NA PESQUISA E A ÉTICA NA
FORMAÇÃO DOCENTE E DISCENTE

Belo Horizonte,
2018

Zélia Pires da Silveira

**PLÁGIO NA ACADEMIA:
reflexões sobre a integridade na pesquisa e a ética na formação docente e discente**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação e Docência, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Educação Tecnológica e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Eucídio Pimenta Arruda
Coorientadora: Profa. Dr.^a Durcelina Pimenta Arruda

Belo Horizonte
2018

Dissertação intitulada *Plágio na academia: reflexões sobre a integridade na pesquisa e a ética na formação docente e discente*, de autoria da mestranda Zélia Pires da Silveira, apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa Educação Tecnológica e Sociedade.

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Eucídio Pimenta Arruda (FAE-UFMG)

Orientador

Profa. Durcelina Pimenta Arruda (FAE-UFMG)

Coorientadora

Prof. Sérgio Dias Cirino (FAFICH-UFMG)

Profa. Gláucia Maria dos Santos Jorge (UFOP)

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2018

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me iluminar, inspirar e possibilitar a realização desse trabalho.

Aos meus pais, queridos, Terezinha e Ader (*in memoriam*) pelo amor, pelo carinho e pela presença em minha vida.

Ao meu marido, Antônio, por acreditar em mim, pelo incentivo e por entender minhas ausências nos períodos de total imersão.

Ao prof. Sérgio Dias Cirino, pela semente plantada, cujo fruto é essa dissertação.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, em especial às õmeninasö da Assessoria Acadêmica, Amanda, Dolores, Fernanda, Lorena, Simone e Vanessa, que acompanharam o meu percurso e compartilharam das minhas expectativas.

À profa. Denise Maria Trombert de Oliveira, pelo entusiasmo e carinho.

Aos colegas da Linha de Pesquisa *Educação Tecnológica e Sociedade*, Anderson, Breno, Cida e Leles, extensivo ao Prof. Breyner Oliveira, pelas sugestões nas discussões do grupo.

À amiga Ivanete Bernardino, por sua generosidade e pela leitura cuidadosa desse trabalho.

Por fim, agradeço aos Professores Eucídio Pimenta Arruda e Durcelina Pimenta Arruda, meus orientadores. A forma tranquila de orientar me deu autonomia e liberdade, o que facilitou a elaboração dessa dissertação e a minha trajetória de construção autoral.

õExistem momentos na vida onde a questõ de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletirõ.

Michel Foucault

RESUMO

Com a facilidade de acesso às tecnologias de informação, principalmente a internet, questões envolvendo a ética e integridade na pesquisa, o plágio e a produção autoral têm sido motivo de preocupação nas instituições de ensino superior. Nessa dissertação, a abordagem desses temas faz parte de uma pesquisa realizada no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, especificamente nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com o objetivo de verificar como esses Programas têm acompanhado e discutido estas questões no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. Os dados foram obtidos por meio de uma análise documental qualitativa. Procurou-se, inicialmente, avaliar como a UFMG e os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* têm abordado e enfrentado as questões referentes ao plágio. Para tanto, efetuamos um levantamento das informações disponíveis pelos Órgãos de Deliberação Superior da Universidade, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário, e pelos Programas de Pós-Graduação sobre essa temática nos seus sites. Em seguida realizou-se consultas diretamente aos Programas de Pós-Graduação, com o objetivo de obter informações referentes aos planos de ensino das disciplinas de metodologia de pesquisa. Além da consulta aos Programas, essa pesquisa foi complementada por meio das grades curriculares dos cursos, de maneira a possibilitar o mapeamento das estratégias utilizadas pelos Programas de Pós-Graduação para a formação dos discentes em ética e integridade da pesquisa e também verificar como ocorre o processo de autoria dos alunos no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. Os resultados das pesquisas realizadas demonstraram que, apesar de relevantes, esses temas basicamente não têm sido discutidos na Universidade, a não ser em situações específicas e pontuais. Dessa forma, podemos concluir que a UFMG não possui políticas institucionais de enfrentamento e combate ao plágio, demonstrando a necessidade de promover ações para diagnosticar o plágio e tomar medidas educativas, preventivas e corretivas, de acordo com o caso. Do mesmo modo, os Programas de Pós-Graduação também precisam orientar a formação dos alunos considerando as abordagens sobre ética e integridade na pesquisa, bem como a construção autoral dos discentes.

Palavras-Chave: Plágio, Ética, Integridade na Pesquisa, Formação Docente e Discente.

ABSTRACT

With the ease of access to information technologies, especially the internet, issues involving ethics and integrity in research, plagiarism and author production have been a concern in higher education institutions. In this dissertation, the approach of these topics is part of a survey carried out in the framework of the Federal University of Minas Gerais, specifically in Graduate programs *Stricto sensu*, with the objective of verifying how these programs have monitored and discussed these issues in the development of scholarly works. The data were obtained through a qualitative analysis of documents. Initially, I tried to evaluate how UFMG and Graduate programs *Stricto sensu* have approached and confronted the issues relating to plagiarism. For this, an assessment of available information was carried out in the sites of the higher administrative bodies of the University, the Research, Extension and Education Council (CEPE), the University Council, and in the Graduate Programs. Then, consultations were carried out directly in the Graduate Programs, with the objective of obtaining information regarding the teaching plans of the disciplines of research methodology. In addition to consulting the programs, this research was complemented with the curricular grids of the courses, so as to enable the mapping of strategies used by the Graduate programs for the training of students in ethics and integrity of the research and also to check how is the process of authorship of the students in developing academic works. The research results showed that, although relevant, these subjects basically have not been discussed in the University, except in specific and punctual situations. In this way, we can conclude that UFMG has no institutional policies to counter and combat plagiarism, demonstrating the need for promoting actions to diagnose the plagiarism and taking educational, preventive and corrective measures, according to the case. Similarly, the Graduate programs also need to guide the training of students considering the approaches on ethics and integrity in research, as well as the copyright building of students.

Keywords: Plagiarism, Ethics, Research Integrity, Teacher and student training.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Análise dos sites dos programas de pós-graduação.....	86
GRÁFICO 2	Programas de pós-graduação que disponibilizam atas nos próprios sites.....	86
GRÁFICO 3	Oferta de disciplinas de metodologia de pesquisa ou similares nos cursos de pós-graduação.....	88
GRÁFICO 4	Disciplinas de Metodologia Científica na pós-graduação.....	89
GRÁFICO 5	Revistas e Periódicos da UFMG	91
GRÁFICO 6	Revistas/Periódicos da Área de ciências humanas que integram o Qualis da Educação.....	91
GRÁFICO 7	Qualis da Área de Educação ó A1 e A2 ó Registros sobre plágio.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

a.n.e ó Antes de Nossa Era

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AC ó Antes de Cristo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CNDA - Conselho Nacional de Direito Autoral

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

EEFFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EUA ó Estados Unidos da América

FAPESP ó Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FALE - Faculdade de Letras

GPL - General Public License

IBqM/UFRJ - Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Méis / Universidade Federal do Rio de Janeiro

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

ISI - Institute for Scientific Information

OA - Open Access

OAI - Open Archives Initiative

OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OSI - Open Society Institute

OSJ - Open Source Journalism

PJ ó Procuradoria Jurídica

Pos-Lit ó Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários

SCI ó Science Citation Index

Scielo - Scientific Electronic Library Online

s.d. ó Sem data

s.p. ó Sem paginação

SODS - Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superiores da UFMG

STJ ó Superior Tribunal de Justiça

TRIPS - *Agreement on Trade-Related Aspects of Inttelectual Property Rights*

UFMG ó Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP ó Universidade de São Paulo

WCRI - Word Conference on Research Integrity

WIPO ó Word Intellectual Property Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	18
PRODUÇÃO AUTORAL E PLÁGIO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	18
1.1. Direitos autorais: breve histórico	22
1.2. O papel social dos direitos autorais no ambiente universitário	30
1.3. Dimensões históricas da ética e da ética na pesquisa	32
1.3.1. Evolução e discussão sobre a ética e a moral na sociedade	35
1.4. Ética e integridade na pesquisa acadêmica	44
CAPÍTULO II	52
PLÁGIO X AUTORIA: QUEM É O AUTOR?	52
2.1. Acesso Aberto: A Proposta do <i>Creative Commons</i>	61
2.2. Transformações tecnológicas e a prática de plágio	66
2.3. Tipos de plágio	70
2.4. Formação de docentes e discentes e o processo de construção autoral	73
2.5. O papel da instituição e a escrita acadêmica	77
CAPÍTULO III.....	83
ANÁLISES E RESULTADOS ACERCA DA INTEGRIDADE NA PESQUISA ACADÊMICA.....	83
3.1. Os Programas de Pós-Graduação	84
3.2. Iniciativas de formação docente e/ou discente em ética e integridade na pesquisa	87
3.3. Os casos de plágio na UFMG	93
3.3.1. O Caso da Faculdade de Letras - FALE	93
3.3.2. O Caso da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) 103	
3.3.2.1. O Processo Administrativo Disciplinar	106
3.3.4. Considerações sobre os dois casos de plágio da FALE e da EEFFTO	111
3.3.5. Outros casos de plágio na Pós-Graduação	112
3.4. Reflexões sobre os casos de plágios	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
APÊNDICE.....	123
Proposta de políticas institucionais para formação de docentes e discentes em ética e integridade na pesquisa.....	123
REFERÊNCIAS	130
ANEXO.....	138

INTRODUÇÃO

Esse trabalho procura suscitar a discussão sobre o plágio no âmbito da Universidade, considerando mais especificamente os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e sugerir, se for pertinente, diretrizes e ações de conscientização e orientação de combate ao plágio com o intuito de contribuir institucionalmente para a solução desse problema. Contudo, não é possível discutir a questão do plágio sem tratar de alguns temas que permeiam esse assunto, mesmo que essa abordagem seja realizada de forma sucinta, tais como: autor e autoria, ética e integridade na pesquisa, o professor como participante ativo na formação de alunos, bem como o papel da universidade nesses processos. Além disso, a legislação pertinente ao tema direitos autorais também será analisada.

No percurso de desenvolvimento da pesquisa, as seguintes questões serão consideradas:

- i) Tendo em vista o número de alunos na pós-graduação, o volume de teses e dissertações defendidas e o número de artigos publicados anualmente, como a Universidade tem lidado com as questões referentes ao plágio e à ética e integridade na pesquisa?
- ii) Existem diretrizes institucionais sobre esses temas para os programas de pós-graduação?
- iii) Considerando o papel docente na formação dos alunos, como os professores e orientadores que atuam na pós-graduação têm trabalhado essas questões com os seus alunos? (Tomando por base a proposta pedagógica e a grade curricular dos cursos na oferta de disciplinas de Metodologia de Pesquisa).
- iv) Como ocorre a formação discente e a construção da autoria no processo de aprendizagem?

O objetivo principal da pesquisa consiste em avaliar a forma como os cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) têm enfrentado a questão do plágio no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos e quais as diretrizes institucionais dos órgãos de deliberação superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e o Conselho Universitário, referentes à prevenção e combate ao plágio, aos direitos autorais e à ética e integridade na pesquisa no âmbito da Universidade, considerando o seu papel institucional na formação dos alunos. De forma específica, pretende-se avaliar quais as políticas institucionais têm sido implementadas relacionadas aos direitos autorais, à ética e à integridade na pesquisa, e quais as ações para prevenir

e combater o plágio no âmbito da Universidade; identificar as denúncias de plágios em dissertações e teses nos Programas de Pós-Graduação da UFMG e analisar os procedimentos adotados pelos órgãos superiores da Universidade na condução dos processos de plágio.

O Conselho Universitário é o órgão máximo de deliberação da Universidade Federal de Minas Gerais, responsável por formular a política geral da UFMG nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. O CEPE, por sua vez, é órgão técnico de supervisão e deliberação em matéria de ensino, pesquisa e extensão. Ambos são presididos pelo Reitor da Universidade. A coordenação didática de cada curso de mestrado e doutorado é exercida por um Colegiado de Curso, presidido pelo Coordenador do Curso, conforme estabelecido em seus regulamentos.

Aspectos metodológicos

Para ter validade e garantir a sua idoneidade, uma pesquisa científica precisa de uma metodologia consistente, cabendo ao pesquisador esclarecer a forma como os dados foram coletados, detalhando os métodos utilizados e as condições em que os dados foram adquiridos. Dessa forma, serão apresentados os instrumentos e procedimentos realizados para alcançar os objetivos propostos nessa dissertação.

Em relação à metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa optou-se por uma análise documental, de natureza qualitativa, tomando por base os sites dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e o site da Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superiores da UFMG ó SODS. Foram analisadas as atas das reuniões e resoluções dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação e dos Órgãos Superiores da Universidade, para mapear e avaliar institucionalmente a forma como esses órgãos têm enfrentado a questão do plágio, da ética e das más práticas de pesquisa no âmbito da Universidade. Esses documentos registram as decisões tomadas em reuniões desses Órgãos.

Nesse sentido, é oportuno registrar os fundamentos de uma pesquisa qualitativa, que utilizará da análise documental de conteúdo, citando a concepção de alguns autores sobre esse método de pesquisa. Para Bogdan e Biklen (1994), por exemplo, uma

[...] investigação qualitativa envolve pegar nos objectos e acontecimentos e levá-los ao instrumento sensível da sua mente de modo a discernir o seu valor como dados. Significa aperceber-se da razão por que os objectos foram produzidos e como isso afecta a sua forma bem como a informação potencial daquilo que está a estudar. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 200)

Para Minayo (2012, p. 626), a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico. Assim, o estudo aqui proposto utilizará a análise documental, considerando que os documentos são fontes de pesquisa. Segundo Cellard (2008), o documento escrito constitui uma fonte extremamente valiosa para o pesquisador nas ciências sociais. Para o autor,

[...] é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja. Torna-se, assim, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são as únicas que podem nos esclarecer, por pouco que seja, sobre uma situação determinada. Entretanto, continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. (CELLARD, 2008, p. 299)

Ainda segundo Cellard (2008, p. 297), no contexto de um procedimento de pesquisa, os documentos, por definição, são explorados, e não criados. Desse modo, é por meio da análise e da exploração de documentos e fontes de informações, que propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10)

Silva *et al.* (2009) entendem que o trabalho com documentos envolve dois momentos distintos: i) coleta de documentos e ii) análise de conteúdo. Para as autoras,

[...] no método da pesquisa documental a análise de conteúdo assume a característica de procedimento técnico e sistemático da investigação e, portanto, apresenta fases específicas. Depois de ser selecionada a amostra documental, segue-se o trabalho com a determinação de unidades de análises, a eleição das categorias e a organização do quadro de dados. (SILVA *et al.*, 2009, p. 4560)

Conforme as autoras,

[...] para um trabalho de análise de conteúdo relevante e consistente, destaca-se a importância da leitura compreensiva do material, de forma exaustiva para que sejam bem escolhidas e definidas as unidades de análise e as categorias a serem consideradas, uma

vez que estas já se constituem em uma espécie de conclusão da análise. Reafirma-se a importância da descrição dos dados presentes no documento. No entanto, em uma abordagem qualitativa e compreensiva se faz necessária a produção da inferência; procurar o que está além do escrito, para que se possa chegar a interpretação das informações. (SILVA *et al.*, 2009, p. 4561)

Uma vez registrados os conceitos que envolvem uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e de conteúdo, registra-se a seguir o como ocorreu a coleta de dados.

Para se mapear e avaliar a forma como os Colegiados de Cursos e os Órgãos Superiores têm enfrentado a questão do plágio, da ética e das más práticas de pesquisa, foi realizado um levantamento das Atas de reuniões disponibilizadas nos sites dos Programas de Pós-Graduação e dos Órgãos de Deliberação Superiores da UFMG, CEPE e Conselho Universitário. O total de 822 Atas de reuniões dos colegiados de cursos foram analisadas.

A UFMG conta atualmente com 87 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* recomendados pela CAPES, sendo 69 cursos de Doutorado, 75 de Mestrado Acadêmico e 11 de Mestrado Profissional. Dos Mestrados Profissionais 4 são ofertados em Rede Nacional e três têm sede em outras universidades do país. Os sites de todos esses programas foram analisados.

A pesquisa teve por objetivo buscar quaisquer registros referentes ao plágio, autoplágio, ética e integridade na pesquisa, disponibilizadas para os discentes e docentes, bem como informações referentes à formação discente. O acesso aos sites ocorreu no período de maio a agosto de 2017. Na busca de informações, os alvos foram as Atas de reuniões e Resoluções dos Colegiados, mas também as informações disponibilizadas no próprio site.

Do CEPE e do Conselho Universitário também foram analisadas Atas, Resoluções e Decisões disponibilizadas no site da SODS. Do CEPE, constam informações referentes às Decisões do período 1999 a 2015, Resoluções, do período de 1999 a 2017 e Atas de reuniões, do período de 2010 a 2017. Sessenta Atas que estavam disponíveis foram analisadas. Em relação às deliberações do Conselho Universitário constam registros de Decisões, do período de 1999 a 2014, Resoluções, do período de 1999 a 2017 e Atas, de 2010 a 2015. Todos os documentos foram analisados. Setenta e nove Atas de reuniões do Conselho Universitário estavam disponíveis no site da SODS no período analisado.

Vale ressaltar que o objetivo inicial era delimitar um período de tempo para buscar o registro de informações e de documentos referentes aos temas em estudo. No entanto, tendo em vista que os documentos são disponibilizados de forma intermitente nos sites dos Programas de Pós-Graduação, número de sites desatualizados ou ainda em construção, todas as informações disponíveis foram consideradas e analisadas nessa pesquisa.

Buscou-se, ainda, analisar o conteúdo das disciplinas de Metodologia de Pesquisa, ou disciplinas similares, ofertadas pelos programas aos alunos de pós-graduação, com o objetivo de verificar a abordagem dos temas estudados nessa pesquisa, em especial o plágio, o autoplágio, a ética e a integridade na pesquisa. Para essa análise, foi solicitado aos cursos o programa/plano de ensino, a ementa e a bibliografia dessas disciplinas. Dos 87 programas, 31 responderam à pesquisa, o equivalente a 35,63 %. Todavia, com o objetivo de complementar a pesquisa, foi realizada uma busca no Sistema de Gestão Acadêmica da Pós-Graduação¹ da UFMG verificando quantos programas possuem em suas grades curriculares a disciplina de Metodologia de Pesquisa e também disciplinas que abordam a questão da ética. E ainda, considerando, o processo de construção autoral do discente, buscamos registros de disciplinas de redação científica e de escrita acadêmica.

Tendo em vista que o resultado das pesquisas realizadas no país e no mundo é publicado na forma de artigos em Revistas e Periódicos Científicos, nacionais e internacionais, buscamos, ainda, de forma complementar, verificar quais orientações sobre plágio, autoplágio, ética e integridade na pesquisa são disponibilizadas para os autores que publicam seus trabalhos nessas Revistas. Com esse objetivo, optamos por avaliar os sites de periódicos científicos e, para tanto, escolhemos a Área de Educação, estabelecendo um recorte para avaliar todas as revistas A1 e A2, conforme o Qualis² de Periódicos da Capes de maio de 2015. A pesquisa foi realizada nos meses de maio e

¹ Sistema de Gestão Acadêmica da Pós-Graduação: sistema de gestão acadêmica que possibilita o registro das principais atividades acadêmicas dos programas de pós-graduação da UFMG, tais com: matriz curricular, registro, matrícula e histórico escolar dos alunos, professores credenciados, dentre outras.

² O Qualis-Periódicos da Capes é um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. Os periódicos científicos são classificados em estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 atribuído como nível mais elevado e C como nível mais baixo. Essa classificação é atualizada periodicamente pela Capes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>

junho de 2017, incluindo os sites das Revistas da UFMG. A grande Área de Educação possui 286 periódicos.

Organização do trabalho

Essa dissertação está organizada em quatro partes. A primeira (Capítulo 1) visa fornecer aspectos históricos e conceituais sobre os direitos autorais e sobre ética e integridade na pesquisa, além de abordar o papel social dos direitos autorais no ambiente universitário. Na segunda parte (Capítulo 2), buscamos contextualizar os conceitos de plágio e autoria e o processo de construção do autor numa sociedade contemporânea. Na terceira parte (Capítulo 3), analisamos os resultados das pesquisas realizadas acerca da integridade na pesquisa acadêmica, incluindo dois estudos de casos de plágio que tramitaram na Universidade. Na última parte (Capítulo 4), indicamos uma proposta de políticas institucionais para a formação de professores e discentes em ética e integridade na pesquisa.

Por oportuno, vale registrar que parte desse trabalho consta do artigo de minha autoria em coautoria com os meus orientadores, professores Eucídio Pimenta Arruda e Durcelina Pimenta Arruda, publicado no III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior (CIM), organizado pela UFMG em 2017, intitulado "Plágio na Academia: reflexões sobre a integridade na pesquisa e a ética na formação docente e discente".

CAPÍTULO I

PRODUÇÃO AUTORAL E PLÁGIO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Com o constante aumento no volume das pesquisas e as facilidades de acesso e manipulação da informação, a questão do plágio, dos direitos autorais e da ética nas pesquisas científicas, bem como da falta de punição para os casos apurados de plágio na academia, tem sido cada vez mais discutida no meio científico, sobretudo pelos Institutos de pesquisa do país e do mundo, que estão preocupados com a credibilidade das pesquisas e com o desenvolvimento da ciência. No entanto, apesar de a maioria das pesquisas ocorrerem dentro das universidades, principalmente nos programas de pós-graduação, esses temas ainda têm sido pouco discutidos internamente por seus gestores, docentes e discentes.

A pesquisa realizada por Krokosz (2011) constatou isso. O autor realizou um estudo para verificar como o plágio era abordado nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil, considerando as informações disponíveis em suas *homepages*. As instituições foram selecionadas de acordo com o *Webmetrics Ranking of World Universities* elaborado pelo *Cybermetrics Lab* (2009). O ranking é realizado considerando:

[...] desempenho, visibilidade e impacto das universidades na internet, aferidos com base em indicadores como volume de documentos publicados, ligações externas, formatos de arquivos publicados e quantidade de citações a eles relacionados. Também são critérios de avaliação: comprometimento de professores e alunos; produção, resultado e aproveitamento de pesquisas; e o prestígio da instituição. (CYBERMETRICS LAB³, 2009 *apud* KROKOSZ, 2011, p. 746).

No Brasil, as instituições avaliadas foram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho de Krokosz demonstrou que a forma como o plágio acadêmico vem sendo enfrentado pelas instituições de ensino no Brasil pode ser considerado, da melhor forma, muito incipiente, e da pior forma, chega a ser constrangedor (KROKOSZ, 2011, p. 760). Esse estudo deixou clara a importância e a necessidade de promover uma discussão ampliada nas universidades para

³ Cybermetrics Lab. *Webmetrics Ranking of World Universities*. 2009. Disponível em: <<http://www.webometrics.info/index.html>>. Acesso em: mar. de 2017.

diagnosticar o plágio e tomar medidas institucionais preventivas e corretivas.

Ainda segundo Krokosz (2015), após um estudo realizado com trabalhos científicos publicados numa base de indexação da área de ciências sociais e submetida uma amostra a um detector de plágio, constatou que 65% dos trabalhos publicados continham plágio e fez a seguinte observação:

A literatura internacional sobre o plágio reitera que o plágio no âmbito acadêmico tem nuances diferentes do plágio editorial, por exemplo. Sendo assim, embora o problema da redundância (autoplágio) seja inconcebível do ponto de vista editorial, no meio acadêmico é reprovável por causa do mérito associado ao ineditismo científico. Então, o problema maior do plágio acadêmico se refere ao comprometimento da reputação de quem escreve ou publica (KROKOSZ, 2015, s.p.).

O plágio também tem sido discutido por diversos autores, que abordam temas sobre os direitos autorais, a propriedade intelectual, a ética na pesquisa, bem como a falta de punição para quem comete plágio. Na visão de Simões (2012), o plágio ocorre no ambiente acadêmico pela facilidade e ausência de ética dos alunos, pela falta de atenção dos professores para essa prática e também pela impunidade. Para o autor, a prática do plágio não é condizente com o ambiente universitário. Nesse sentido, o autor entende ser essencial que

[...] as Instituições de Ensino adotem políticas institucionais que abordem esse tipo de problema, propondo ações que derivem no esclarecimento dos discentes e docentes, assim como voltadas à prevenção dessa prática, e, finalmente, condutas aptas a coibir e punir os que, deliberadamente, incorrem em tal delito. (SIMÕES, 2012, s.p.).

Para as autoras Diniz e Munhoz (2011, p. 16), a prática de plágio, õprincipal expressão de covardia criativa ou preguiça intelectualö, é uma õtentaçãoö para o jovem escritor na busca de um estilo próprio. Nesse caso, podemos comparar o jovem escritor com os alunos de graduação ou de pós-graduação, que devem ter cuidado para não õcaírem na tentaçãoö de plagiar na realização de seus trabalhos acadêmicos, tendo em vista a facilidade de acesso a textos de diferentes autores no meio digital. Para as autoras, o plágio é um dano para o aluno, uma vez que se descoberto pode ser reprovado, mas se não for identificado não alterou o seu potencial intelectual.

Pithan e Vidal (2013) consideram que o plágio é uma questão ética e destacam a importância da universidade, em função educativa, para o desenvolvimento de pesquisas científicas que versem sobre a integridade ética. Entretanto, as autoras entendem que o plágio também é um problema

jurídico e pedagógico. Judicialmente, destacam que o pesquisador deve se pautar pela ética, considerando os deveres fixados na Constituição Federal, na Lei de Direitos Autorais e no Código Civil. Pedagogicamente, destacam que ações educativas como a inclusão de disciplinas de metodologia científica na grade curricular, bem como a função do orientador do aluno, pois consideram que esses têm mais condições de exercer uma atividade pedagógica e educativa.

A Universidade é um espaço contínuo de produção do conhecimento, que oferece aprendizagem significativa para a formação dos alunos e que exerce grande relevância para a sociedade. No ambiente universitário, os docentes exercem um papel estratégico, visto que atuam como principais atores na formação pedagógica dos alunos, futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho. Por isso, a importância de pensar políticas institucionais para abordar, discutir e refletir acerca das más práticas na pesquisa, plágio e autoplágio, e da construção da produção autoral. Dessa forma, utilizar o espaço da pós-graduação é ideal, considerando o número de discentes, docentes e pesquisas desenvolvidas nos programas, é uma oportunidade para ressaltar a importância dos professores e orientadores na formação de seus alunos, formação essa que influencia não só a forma como o aluno irá lidar com as questões éticas relacionadas à pesquisa, mas também a sua vida profissional e social.

Pela proximidade na relação, a formação dos alunos sofre influência dos docentes e essa formação é contínua, indo além dos procedimentos educativos, considerando que exige alguns princípios didáticos, pedagógicos e éticos, previstos na própria conduta docente, e esta conduta inspira, por consequência, a conduta de seus alunos. Por isso, é imprescindível refletir sobre estas questões, desenvolvendo uma consciência crítica nos alunos em formação, futuros profissionais, que também serão formadores de outros profissionais.

Pensar políticas institucionais é ressaltar continuamente as boas práticas na pesquisa e a importância da construção autoral no ambiente acadêmico. Trata-se de um desafio constante para a universidade e para o professor, que exerce um papel fundamental na aplicação das práticas pedagógicas que garantem o processo de aprendizagem pautado nos valores éticos. Demo (2011a) reforça a importância da instituição escolar e do professor na de formação permanente. Para o autor, o aluno

[...] precisa encontrar no professor o seu *ōcoachō* socrático, que o orienta a estudar sistematicamente e sempre de maneira autopoietica, reconstrutiva. O aluno pode aprender muito, se puder contar com um professor que sabe aprender bem. O aluno poderá produzir textos próprios e, assim tornar-se autor, se tiver à sua frente um professor capaz de texto próprio. Por certo, as oportunidades de aprendizagem reconstrutiva não se reduzem ao relacionamento com o professor, até porque formação permanente desborda sempre os limites da escola. Aprender bem depende de infinitos fatores, dentro e fora da escola, mas depende em particular do ambiente escolar, no qual o aluno deveria encontrar todos os incentivos possíveis e imagináveis que o levassem a constituir-se sujeito capaz de história própria. (DEMO, 2011a, p. 49)

A universidade deve ter a preocupação constante com a formação academicamente qualificada, mas também com a formação ética dos alunos, uma vez que essa formação reflete na postura e conduta dos futuros profissionais nos aspectos sociais. Nesse sentido, é importante destacar o papel da Universidade para lidar com a questão do plágio, da ética e da integridade na pesquisa no ambiente acadêmico, tendo em vista que cabe à instituição a responsabilidade de formar os futuros profissionais, de todas as áreas do conhecimento, que atuarão no mercado de trabalho.

A função que o professor exerce na formação dos alunos é fundamental e tão importante quanto o da instituição, visto que tem que manter alguns princípios éticos, didáticos e pedagógicos na sua própria conduta, servindo de exemplo para o aluno. Por isso, é importante que os professores tenham consciência do papel que desempenham, já que, além da responsabilidade de ensinar as profissões do futuro, podem influenciar na conduta de seus alunos.

Tratar de plágio, ética e integridade na pesquisa é complexo e esse estudo pretende colocá-los em evidência na academia. A intenção é suscitar uma discussão na UFMG, de forma ampliada e institucional, abordando os temas como autoria e direitos autorais, a ética e integridade na pesquisa, bem como o papel do professor na formação discente.

Nos itens seguintes, abordaremos alguns pontos que norteiam os temas aqui propostos. Um breve histórico dos direitos autorais, da antiguidade aos dias atuais, o conceito de plágio e autoria, a relevância da ética e integridade na pesquisa, bem como a formação discente e o papel do professor nesse contexto. Além disso, será discutida a importância do desenvolvimento da escrita acadêmica na de formação do aluno e na construção do conhecimento. Por fim, o papel institucional da Universidade no processo de formação e o seu compromisso social.

1.1. Direitos autorais: breve histórico

A discussão sobre plágio e direitos do autor vem de longa data. Desde a antiguidade, a população repudiava os plagiadores, no entanto, não existia, naquela época, o conceito de direitos autorais como nos tempos atuais. Vários autores realizaram estudos sobre os direitos autorais no mundo e no Brasil (ALVES; PONTES, 2009; LOTT, 2011; SOUZA, 2005) e são fontes, aqui arroladas, considerando-se principalmente o estudo elaborado por Souza (2005), que fez um levantamento detalhado da história dos direitos autorais no mundo. Contudo, o objetivo é registrar, de forma sucinta, a evolução histórica e cronológica dos direitos autorais, uma vez que a sua origem é complexa e não há a pretensão de detalhar esses estudos, mas de demarcar a evolução desse processo.

Inicialmente, é oportuno conceituar o termo direitos autorais, definido por Cavalheiro como sendo a titularidade garantida ao criador sobre a obra ou criação a que deu vida, compreendendo o complexo de poderes de usá-la e gozá-la, conforme melhor lhe convier, bem como têm garantido esta titularidade seus sucessores (CAVALHEIRO, 2001, p. 210).

Na antiguidade, com a evolução da escrita nos impérios grego e romano, as cópias dos escritos eram realizadas por copistas que faziam o trabalho manualmente e, por isso, com uma distribuição limitada. Os autores nada recebiam por suas obras, apenas a satisfação de ver o seu trabalho distribuído e divulgado. Nessa época, era comum a organização de concursos de poesia e teatrais, e é neste período que nasce a ideia de plágio, com sanção estritamente moral (LOTT, 2011).

Segundo os estudos de Souza (2005), na Idade Média, a reprodução de material de temas religiosos era realizada nos mosteiros, provavelmente sem fins lucrativos e sem a identificação do autor. Na era moderna, no ano 1436, a invenção da impressora, pelo alemão Hans Gutemberg, e do papel em 1440, possibilitaram a reprodução do livro em grande escala, se tornando mais acessível ao público, resultando na evolução da escrita, na alfabetização de um número maior de pessoas e na produção literária. Nesse período, houve grande crescimento cultural e, conseqüentemente, o incremento de uma indústria cultural, principalmente para os impressores e vendedores de livros. Esse processo de transformação da indústria cultural teve início na França e nessa época, era

importante a parceria com os impressores e vendedores de livros, visto que os autores não tinham condições e recursos para divulgar e distribuir os seus trabalhos. Os impressores e vendedores tinham a exclusividade na reprodução e distribuição de material impresso por tempo determinado, porém renovável, inicialmente por cinco anos, algumas décadas depois foi estendido por 10 anos, e posteriormente em perpetuidade.

Tal exclusividade foi dada pela coroa francesa por conta dos investimentos para a impressão. Assim, os lucros ficavam somente para os editores ou livreiros e aos autores apenas o reconhecimento moral de ter o seu nome vinculado a sua obra. Com surgimento da prensa, no entanto, e a impressão de livros e cópias em grandes volumes, houve também a evolução dos direitos autorais. Os criadores poderiam obter lucro de suas obras e, assim, os intelectuais passaram a reivindicar parte dos lucros de suas criações. (LOTT, 2011)

Com a queda do monopólio dos editores ingleses, em 1664, essa situação começa a mudar. Segundo Lott (2011), os livreiros, sem o amparo legal e pensando em negociar com os autores no futuro, passam a solicitar a proteção dos direitos autorais para os autores. Estratégia que deu certo e resultou na publicação do Estatuto da Rainha Ana.

Em 1710, publicado na Inglaterra, o Estatuto da Rainha Ana é considerado a primeira lei do mundo que reconhece os autores como titulares dos direitos, iniciando uma discussão em termos de direito de propriedade. Segundo Alves e Pontes (2009, p. 9872), o Estatuto da Rainha acabou com a perpetuidade (limitando o tempo de proteção da obra), eliminou a censura ou controle prévio (permitindo a qualquer um ser editor e impressor). A lei estabeleceu 21 anos de proteção para os livros já publicados e o prazo de 14 anos para proteção dos direitos sobre os livros e cópias ainda não publicados, renovados por mais 14 anos se o autor continuasse vivo. Com esse estatuto, os livreiros tinham que negociar com o autor a transferência de direito, possibilitando, então, que o escritor tivesse o seu trabalho reconhecido e recebesse algum valor financeiro por sua obra.

Os movimentos para acabar com os privilégios dados aos livreiros pelo Estado e a busca pelo reconhecimento dos autores, ao assumirem a titularidade de suas obras, deram origem a sistemas jurídicos, na França o *Droit de l'Auteur* (direito de autor) e na Inglaterra o *Copyright* (direito de

cópia), os direitos de representação e reprodução, isto é, o titular é o criador de qualquer obra artística, superando o conceito de *õprivilégioö* dado pela monarquia. Alves e Pontes (2009) registram que o *copyright* tem por base a reformulação das patentes e faz surgir o direito dos autores em detrimento dos direitos dos editores, enquanto que a concepção do *droit d'auteur* está fundamentada no direito natural dos autores sobre sua obra.

Nos Estados Unidos, em 1790, foi publicada a primeira lei federal sobre o direito do autor, por meio do *Copyright Act* (Ato dos Direitos Autorais).

Segundo Souza (2005), apesar de os grandes embates sobre os direitos autorais terem ocorridos na Europa, mais especificamente na França, a Espanha, em 1763 (14 anos antes da França), já havia dado a titularidade exclusiva do autor ou seus herdeiros, em perpetuidade.

Com relação ao Brasil, Lott (2011) registra que,

tradicionalmente, o direito brasileiro segue a tradição jurídica românica, e por força dessa filiação adotou o sistema do *droit d'auteur*. Em nenhum momento da história jurídica brasileira se pode notar qualquer influência marcante do *copyright*, adotado pelo sistema anglo-americano. Desde o início, em 1827, com a criação dos cursos jurídicos, reconheceu-se o autor como titular dos direitos de exclusividade sobre a criação intelectual. (LOTT, 2011, p.35)

Na Constituição do Império Brasileiro ainda não havia registros sobre os direitos autorais, mas foi ressaltado que os inventores teriam propriedades das suas descobertas ou produções e o privilégio exclusivo temporário. Souza (2005) chama a atenção para o atraso jurídico da concessão dos privilégios autorais no Brasil, situação que já era superada em outros países na mesma época. Somente em 1830, o Código Criminal estabeleceu, no seu artigo 261, a proteção penal aos direitos autorais e as possíveis penas, com as seguintes características:

a) apenas os autores brasileiros estariam protegidos; b) o autor teria proteção por dez anos; c) os herdeiros seriam beneficiados por 10 anos após a morte do Autor; d) caberia ao Autor o direito exclusivo de utilização econômica da obra; e) a pessoa jurídica poderia ser titular, ainda que derivado, dos direitos autorais, pelo prazo de 10 anos, a partir de sua comunicação ao público. (SOUZA, 2005, p. 24)

Durante os séculos XIX e XX, as discussões sobre os direitos autorais se intensificaram, principalmente na Europa, de um lado os defensores dos direitos autorais como direito público e

de outro os que defendiam os direitos autorais como sendo de propriedade, também identificado como direito da personalidade, direito espiritual.

Em 1878, na Europa, por influência dos principais especialistas que discutiam sobre o tema, a Associação Literária e Artística Internacional promoveu o reconhecimento legal das prerrogativas do autor, inclusive as morais. Em consequência dessas discussões, que ocorreram em diversas capitais da Europa, esse grupo de especialistas apresentou, em 9 de setembro de 1886, as conclusões do trabalho e a primeira versão a Convenção de Berna. Souza (2005) faz questão de registrar que a Convenção de Berna foi iniciativa dos próprios autores, não dos governos, e tinha por objetivo a universalização e a uniformização da proteção dos direitos dos autores.

A Convenção de Berna ocorreu na Suíça em 1886 e paralelamente ao desenvolvimento do direito do autor, segundo Lott (2011, p. 28), desenvolvia-se a tutela legislativa pela propriedade industrial. Na cidade de Paris em 1883 ocorreu a primeira convenção internacional para propriedade industrial.

A partir de 1967, foi criada, com sede em Genebra, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI/WIPO, sigla em inglês), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), englobando as Uniões de Paris e de Berna. Segundo Barbosa (2002), a Convenção da OMPI define como propriedade intelectual

[...] a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (BARBOSA, 2002, s.p.)

No Brasil, o primeiro Código Penal da República do Brasil, de 1890, incluiu um capítulo para tratar dos Crimes Contra a Propriedade Literária, Industrial e Comercial, que protegia criminalmente os direitos de reprodução e representação e os defendia contra a contrafação e o plágio. Os artigos 342 a 350 estabeleciam punições para violação dos direitos da propriedade literária e científica. O prazo da proteção permaneceu por dez anos após a morte do autor.

No entanto, a primeira Constituição do Brasil, influenciada pela Convenção de Berna, de 24 de fevereiro de 1891, garantiu os direitos autorais por toda a vida do autor e o prazo de proteção previsto em lei. Em 1898, a Lei 496, primeiro estatuto civil regulamentando os direitos autorais do Brasil, foi inovadora, segundo Souza (2005), por proibir as modificações não autorizadas. Em 1912, foi publicada a Lei 2.577 que estendeu a proteção dos direitos autorais às obras publicadas em países estrangeiros, que fossem membros das convenções internacionais. Para esse autor, nesse momento o Brasil entra definitivamente no plano de proteção internacional das obras criativas (SOUZA, 2005, p. 30). Na Constituição de 1934, foram mantidos os princípios dos direitos autorais e do Código Penal, com o título "Dos Crimes contra a Propriedade Intelectual", protegendo os autores contra a contrafação e plágio.

Segundo Souza (2005), várias convenções ocorreram no mundo no período pós-guerra, na segunda metade do século XX. Registra que no Brasil, em 18 de maio de 1949, foi publicado o Decreto 26.675 referente à Convenção Interamericana sobre os Direitos de Autor em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington em 1946. Essa Convenção teve o objetivo de aperfeiçoamento recíproco da proteção e a facilitação e fomento do intercâmbio cultural interamericano (SOUZA, 2005, p. 38).

Em 1952, em Genebra, foi aprovada a Convenção Universal, administrada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), buscando a universalidade, com proteção aceitável por todos. Esse acordo teve a liderança dos Estados Unidos da América, pois não concordava com alguns pontos da Convenção de Berna, como por exemplo, a falta de formalidade para a proteção do autor. Porém, a Convenção Universal acarretou a duplicidade de sistemas de proteção dos direitos autorais no âmbito internacional. Dessa forma, procurou-se equilibrar a geopolítica internacional sobre os bens imateriais estruturada a partir da Europa com a União de Berna, contando com a participação dos Estados Unidos e países socialistas. Sendo assim, em 1971, a Convenção Universal, e a Convenção de Berna foram revistas e se integraram. Na integração, a Convenção de Berna teve a adesão de países potentes economicamente, e assumiu, o papel de principal documento internacional de proteção autoral, tornando-se, assim, efetivamente universal (SOUZA, 2005, p. 40).

Atualmente, no cenário internacional, vale mencionar o Acordo *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS) ou Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, regulamentado no Brasil pelo Decreto 1.355 de 30 de dezembro de 1994. O acordo foi criado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) com a finalidade de proteger especificamente a propriedade intelectual, suprindo algumas deficiências existentes nos modelos existentes de proteção intelectual, e de regulamentar a propriedade industrial (marcas e patentes) entre os países membros, incorporando procedimentos hábeis à proteção e à redução de desigualdades entre os países industrializados e os em desenvolvimento. (SOBRINHO; OLIVEIRA 2014)

No Brasil, a Constituição Federal de 1946 e de 1967 garante aos autores de obras literárias ou científicas o direito exclusivo de reprodução. Em 14 de dezembro de 1973 foi publicada a Lei 5.988, que regulamentou os direitos autorais e conexos. Dessa legislação, Souza (2005) destaca alguns pontos positivos: a) sistematização, consolidação e atualização da matéria; b) o estabelecimento dos dois aspectos dos direitos autorais, o pessoal e o patrimonial; c) a criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), órgão de fiscalização, consulta e de assistência; d) criação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), voltado para os direitos autorais na área musical; e) a previsão de sanções de ordem administrativa e civil para a violação dos direitos autorais. Como pontos negativos, o autor aponta a inclusão do Direito de Arena e a não consolidação de textos legais anteriores, impedindo a sua revogação e simplificação do sistema.

A propriedade intelectual tem duas categorias: a propriedade industrial e o direito autoral. Atualmente, a Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996, regulamenta os direitos relativos à propriedade industrial no Brasil. A sua proteção considera o interesse social, o desenvolvimento tecnológico e econômico do país e efetua-se com a concessão de patentes, marcas, modelos de utilidade, desenho industrial. O direito autoral, por sua vez, está regulamentado pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que revogou a Lei 5988 de 1973. A Lei 9.610 legisla sobre os direitos autorais (moral e patrimonial), regula os direitos do autor e os que lhe são conexos, que protegem artistas, executores, intérpretes, produtores fonográficos e empresas de radiodifusão. Os direitos autorais protegem a

autoria da obra, o criador. O artigo 11 da Lei 9.610 define como autor a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

Barreiros (2011, s.d., s.p.) registra que o Direito Moral de Autor é um Direito vinculado à personalidade do autor, que tem como características ser imprescritível, impenhorável, irrenunciável e inalienável, tendo por fim a proteção da pessoa do autor através da sua obra. Registra, ainda, que o elemento moral é a expressão do espírito criador da pessoa, com reflexo da personalidade do homem na condição de autor de obra intelectual, manifestando-se com a criação da obra. O Capítulo II, artigos 24 a 27, da Lei 9.610 regulamenta os direitos morais do autor. Classificados por Barreiros (2011) como os direitos de paternidade (ligar o nome à obra), nomeação (dar nome à obra), integridade (alterar a obra), retirada de circulação e outros (fazer correções ou emendas, acabar a obra).

Quanto ao direito patrimonial, ainda segundo esse autor, esse direito é destinado a reservar ao autor vantagens econômicas derivadas da exploração da obra, ou seja, são aqueles referentes à utilização econômica da obra, por todos os progressos técnicos possíveis (BARREIROS, 2011, s.p.). O direito patrimonial está regulamentado no Capítulo III, dos direitos patrimoniais do autor e de sua duração, artigos 28 a 45 da Lei 9.610. Do artigo 46 ao 48, Capítulo IV, a Lei trata das limitações aos direitos autorais. O capítulo V, artigos 49 ao 52, trata da transferência dos direitos de autor. Já no Título IV, artigos 53 a 88, a Lei regula a utilização das obras intelectuais e fonogramas.

Além da Lei 9.610, a legislação brasileira prevê a proteção dos direitos do autor considerando a esfera administrativa, civil e penal. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 declara que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Observa-se o registro da expressão de propriedade, vinculado ao direito do autor, conforme estabelecem os incisos XXVII, XXVIII, XXIX, nos seguintes termos:

XXVII é aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII ó são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX ó a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988, ARTIGO 5º)

No Código Penal (1940), o Artigo 184 trata da violação de direito autoral e está regulado da seguinte forma:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:

Pena ó reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1º incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

§ 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente:

Pena ó reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa

§ 4º O disposto nos §§ 1º, 2º e 3º não se aplica quando se tratar de exceção ou limitação ao direito de autor ou os que lhe são conexos, em conformidade com o previsto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, nem a cópia de obra intelectual ou fonograma, em um só exemplar, para uso privado do copista, sem intuito de lucro direto ou indireto. (BRASIL, CÓDIGO PENAL, 1940, ARTIGO 184)

O Artigo 1.228 do Código Civil (2002) estabelece que o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha". Como vimos, apesar de os direitos autorais estarem bem amparado na legislação do Brasil, atualmente há autores que entendem que a Lei 9.610, específica para a proteção dos direitos autorais, necessita de revisão, pois é de 1998, quando a internet ainda não tinha a dimensão de hoje. Lott (2011) registra em seu estudo que Ronaldo Lemos, Diretor do projeto *Creative Commons* no Brasil, acha que a nossa lei de direitos autorais é muito restritiva, sendo assim, um grande desafio para a produção cultural e científica no século XXI.

De fato, com o advento da internet, a comunicação mundial sofreu grandes transformações, pois é utilizada para diversos fins, inclusive para fins pedagógicos no acesso e na construção do conhecimento. A tecnologia possibilitou e democratizou o conhecimento, contudo, no meio acadêmico, onde a internet tem grande potencial de exploração, é possível perceber as limitações da Lei. Podemos citar como exemplo, a exibição em sala de aula de um filme que não caiu no domínio público, o uso de músicas e o compartilhamento de obras digitais sem a autorização dos autores para circular, a atribuição de coautoria de trabalhos científicos desenvolvidos coletivamente e cópia de pequenos trechos, apenas, conforme previsto no inciso II do artigo 49 da Lei de Direitos Autorais. Tudo isso tem sido um grande problema no ambiente acadêmico e tem se apresentado como um problema também na esfera legal.

Parece se tratar de um impasse: de um lado os direitos autorais e de outro, o direito à educação. Ambos são direitos legítimos e previstos na Constituição do País, artigo 5º inciso XXVII e artigo 6º, respectivamente. Nesse sentido, é importante atentar para a necessidade de discutir as limitações e entraves percebidos na Lei de Direitos Autorais, possibilitando o acesso às novas tecnologias e ao conhecimento, sem que os usuários possam ferir os direitos dos autores.

1.2. O papel social dos direitos autorais no ambiente universitário

Após a apresentação do histórico a respeito dos direitos autorais da antiguidade aos dias atuais e atendendo ao caráter acadêmico desse estudo, pretendemos, neste tópico, avaliar o papel social dos direitos autorais e a sua importância no ambiente universitário.

A discussão sobre os direitos do autor é constante e ganhou força com o advento da internet e o surgimento de uma nova era, a digital, novas formas de comunicação e compartilhamento de ideias e de conteúdo. Já se discute que a Lei 9.610, criada quando a internet não tinha a dimensão de hoje, está, em muitos pontos, obsoleta e defasada, já que não contempla e não protege o autor e sua obra em várias categorias, tais como criação literária, científica, musical e artística, e por isso, necessita de revisão em várias dimensões (LOTT, 2011).

No âmbito da universidade, a produção intelectual ó obras literárias, artísticas e científicas ó é de grande magnitude e relevância para a produção do conhecimento. Por esse motivo, a lei de direitos autorais tem grande importância para a academia, uma vez que preserva o direito dos autores, que delas podem tirar vantagens financeiras e econômicas. Contudo, não podemos deixar de lembrar o papel social da universidade, principalmente das universidades públicas, responsável por boa parte das pesquisas realizadas no país, desenvolvidas, por sua vez, com recursos públicos. Portanto, é oportuno registrar a concepção que Fávero (1999) tem de universidade:

[...] instituição dedicada a promover o avanço do saber e do saber-fazer; ser o espaço da invenção, da descoberta, da teoria, de novos processos; o lugar da pesquisa, buscando novos conhecimentos, sem a preocupação compulsória de sua imediata aplicação; deve ser o lugar da inovação, onde se busca a descoberta de tecnologias e de soluções de problemas que a realidade social apresenta. Deve ser o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos. (FÁVERO, 1999, p. 250)

Ainda segundo Fávero (1999), o conhecimento produzido na universidade está profundamente enraizado na vida dos homens, sendo determinado pelo momento histórico e social. Por isso, é importante conciliar os direitos do autor com os direitos da sociedade em geral. No entanto, a lei de direitos autorais preserva os direitos do autor em detrimento da função social. Para Alves (2010, p. 155), ãé preciso que haja um equilíbrio entre os direitos do inventor e os direitos da sociedade, que deve ter garantido o acesso à tecnologia e à informação, principalmente aquela ligada a relevantes interesses coletivos, como a saúde. Deste modo, vale destacar o que Alves (2010) entende por função social:

Mas o que significa dizer que a obra autoral já carrega função social em si mesma? Acredita-se, erroneamente, que a função social do direito de autor se encerra com a mera proteção do direito individual do criador. Ora, garantir direito aos autores não é um fim em si mesmo, mas antes um instrumento a serviço do estímulo à produção e difusão do

conhecimento em benefício da coletividade. São entendimentos como esse que tornam o direito do autor absoluto, ou quase absoluto. (ALVES, 2010, p. 156)

Oliveira (2011) também corrobora com a ideia de que o direito do autor deve estar ligado ao direito social, afirmando que

[...] a função social do direito do autor perpassa pela importância em estimular a criação intelectual na coletividade, para tanto, a função do direito de autor é promover o desenvolvimento cultural, científico, artístico e proporcionar à sociedade acesso às obras autorais. (OLIVEIRA, 2011, p. 7)

Em suma, a universidade possui uma função social, e o seu papel na sociedade é de produzir e transmitir o conhecimento, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social, cultural, econômico e tecnológico do país. Nesse sentido, é importante conciliar os direitos do autor com sua função social de autor, sem, contudo, restringir o acesso à educação, à cultura e à informação.

É preciso reconhecer os avanços e as conquistas dos direitos autorais ao longo da história, tanto para os autores, quanto para a sociedade em geral. Contudo, com o surgimento da internet e o avanço das tecnologias de informação, alguns aspectos da lei de direitos autorais ficaram obsoletos e necessitam de revisão. Nesse contexto, uma discussão que precisa ser feita refere-se à função social do autor, no sentido de conciliar os direitos do autor com os direitos da sociedade de ter acesso às obras e criações literárias, científicas, musicais e artísticas.

Nesse sentido, considerando que o ambiente acadêmico é um espaço de criação e produção do conhecimento, o envolvimento e a participação da universidade nessa discussão são de suma importância, tendo em vista o papel que exerce na sociedade.

A seguir, o tema da ética será abordado e, para contextualizar a sua importância, faremos um breve histórico de seu desenvolvimento conceitual e histórico.

1.3. Dimensões históricas da ética e da ética na pesquisa

O estudo da ética sempre esteve presente na história da humanidade, sendo objeto de exame e reflexão de diversos filósofos desde a antiguidade. A história da ética segue com a história da filosofia e, por isso, alguns autores falam em ética filosófica, que sempre buscou orientar e

encontrar soluções para os problemas básicos das relações entre os homens (SILVA, s.d., s.p.).

A ética nasceu na Grécia e, segundo Ramos (2012, s.p.), o rigor, foram os gregos os primeiros a racionalizar as relações entre as pessoas, repensando posturas e sistematizando ações. De acordo com o autor, foi o momento em que surgiram discussões que até hoje fomentam reflexões éticas.

Walker (2015, s.p.), afirma que a ética grega surge com a especulação dos filósofos sobre os costumes do seu tempo e das suas cidades, isto é, além das práticas habituais de conduta, também as crenças de caráter religioso aí implicadas. Para essa autora, a filosofia ética da antiguidade se desenvolve por um período de mais de dez séculos, sendo tradicionalmente dividido em três grandes momentos: i) os pré-socráticos; ii) Sócrates, Platão e Aristóteles; e iii) os helenistas. Ressalta, porém, que nem todas as correntes de filosofia ética antiga podem ser encaixadas nesta divisão. Walker registra que,

nos pré-socráticos, encontramos algumas reflexões com o intuito de descobrir as razões pelas quais os homens devem se comportar de determinada maneira. Mais do que isto, o discurso ético procura definir uma atitude reflexiva e racional para julgar as ações humanas (como exemplo, podemos citar Demócrito). (WALKER, 2015, s.p.)

Apesar dos pré-socráticos se inserirem neste contexto, segundo Walker (2015, s.p.), há em filosofia certo consenso que a discussão sobre a ética é atribuída ao filósofo Sócrates, mas não foi quem inaugurou a reflexão ética, mas quem criou um estilo de pesquisa ética, analítica e argumentativa.

A palavra ética vem do Grego *ēthos*, que significa modo de ser ou caráter, relacionada ao modo de ser e do caráter do ser humano. Segundo Egg (2012), a palavra ética foi associada pelos filósofos com a ideia de moral e cidadania. Com o desenvolvimento das cidades e da sociedade, esses filósofos consideravam que era preciso honestidade, fidelidade e harmonia entre os cidadãos (EGG, 2012).

Figueiredo (2008) assevera que a palavra ética *ethos* tem sua origem no grego e possui duas grafias, *êthos* e *éthos*. O termo *êthos*, por sua vez, tem dois sentidos: morada, caráter ou índole ou modo de ser ou caráter. Num sentido mais amplo, segundo esse autor, o ético compreende as disposições

do homem na vida, seu caráter, seus costumes e, naturalmente, também a sua moralö. (FIGUEIREDO, 2008, p. 3). Ainda segundo o autor, o termo *éthos* significa õhábitosö, õcostumesö, õtradiçõesö. Na concepção clássica e moderna, a ética ocupa-se tanto dos atos morais quanto dos hábitos no sentido de virtudes e vícios.

No latim, o termo *ethos* (*mos* ou *mores* ó *plural*), que significa õcostumeö, deu origem à palavra õmoralö no português. Por isso, comenta Figueiredo (2008) que a ética e a moral são, algumas vezes, usadas indistintamente. O autor buscou entender o motivo da proximidade semântica dessas palavras, a origem da confusão semântica e, conseqüentemente, da sinonímia ou distinção dos sentidos que se atribui ao uso das palavras õéticaö e õmoralö.

No latim não existia uma palavra para traduzir o êthos, nem tampouco outra para representar o sentido do termo éthos, dado na língua grega. Então, na essência, esta distinção foi perdida. Ambas foram traduzidas por õmosö ou õmoresö (plural de mos, do qual vem o termo *moralis*), pois era a palavra que mais se aproximava do sentido de *ethos*, que nessa língua pode significar tanto õcostumesö como õcaráterö ou gênero de vida. (FIGUEIREDO, 2008, p. 5).

Vázquez (2003) também corrobora da ideia que os termos õéticaö e õmoralö são distintos, embora estejam estritamente relacionados. Desenvolva o seguinte raciocínio a respeito dos dois termos:

A ética não cria a moral. Conquanto seja certo que toda moral supõe determinados princípios, normas ou regras de comportamento, não é a ética que os estabelece numa determinada comunidade. A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais. A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. (VÁZQUEZ, 2003, p. 22)

Ainda segundo o autor

As doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular, pelo seu comportamento moral efetivo. Por isto, existe uma estreita vinculação entre os conceitos morais e a realidade humana, social, sujeita historicamente à mudança. Por conseguinte, as doutrinas éticas não podem ser consideradas isoladamente, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constitui propriamente a sua história. (VÁZQUEZ, 2003. p. 267)

Para Oliveira (2012),

[...] desde a origem das palavras moral e ética percebe-se que elas estão presentes na vida das pessoas. As pessoas querem viver melhor. Para tanto estabelecem costumes, normas e refletem sobre o seu viver. Ao refletirem aprendem a moral e a ética. Descobrem o caminho da liberdade e da responsabilidade pessoal e social. Assim, a moral é uma prática do viver e a ética é pensar o viver bem. (OLIVEIRA, 2012, p. 25)

1.3.1. Evolução e discussão sobre a ética e a moral na sociedade

Por sua relevância e considerando a sua trajetória histórica, registraremos a seguir, de forma sucinta, a evolução e a discussão sobre a ética, segundo alguns autores, estudiosos da ética e da moral e de seus reflexos na sociedade.

Na Grécia Antiga, século IV a.C., Sócrates, Platão e Aristóteles foram os filósofos que iniciaram as reflexões sobre a ética e a moral. Na Grécia do século V, prospera o movimento intelectual denominado sofista. Os sofistas, contemporâneos de Sócrates, reagem contra o saber a respeito do mundo, pois valorizam o saber do homem, o saber político e jurídico. Segundo Ramos (2012, s.p.), os sofistas tinham um conceito relativizado da verdade, duvidaram da possibilidade da virtude poder ser ensinada, contudo admitiam que poderia ser desenvolvida pelo sujeito através do despertar da consciência.

Vázquez (2003) entende que,

[...] numa sociedade em que o cidadão intervém ativamente e é muito importante ter êxito na vida política, a arte de expor, argumentar ou discutir ensinada pelos sofistas é cobrada por isto, com grande escândalo dos seus concidadãos e não deixa de ter uma aceitação excepcional, até o ponto de convertê-los numa verdadeira força social. Mas esta arte de persuadir é desenvolvida e transmitida pondo em dúvida não só a tradição, mas a existência de verdades e normas universalmente válidas. Não existe nem verdade nem erro, e as normas são por serem humanas são transitórias. (VÁZQUEZ, 2003, p. 269)

O filósofo Sócrates, nascido em Atenas, 470 (a.n.e), considerado um adversário da democracia ateniense, compartilhou com os sofistas o desprezo pela natureza, assim como sua crítica da tradição, mas, segundo Vázquez (2003), rejeita seu relativismo e seu subjetivismo. Para Sócrates, a essência humana se revelaria pela atitude de busca da verdade e o verdadeiro objeto do conhecimento seria a alma humana, onde residiria a verdade e a possibilidade de alcançar a

felicidade, segundo Ramos (2012).

Vázquez (2003) reforça que Sócrates valoriza o saber a respeito do homem, e por isso a sua máxima *õconhece-te a ti mesmo*, que se caracteriza, por sua vez, por estes três elementos:

1) é um conhecimento universalmente válido, contra o que sustentam os sofistas; 2) é, antes de tudo, conhecimento moral; e 3) é um conhecimento prático (conhecer para agir retamente). Portanto, a ética socrática é racionalista. Nela encontramos: a) uma concepção do bem (como felicidade da alma) e do bom (como o útil para a felicidade); b) a tese da virtude (*arêté*) ô capacidade radical e última do homem ô como conhecimento, e do vício como ignorância (quem age mal é porque ignora o bem; por conseguinte, ninguém faz o mal voluntariamente), e c) a tese, de origem sofista, segundo a qual a virtude pode ser transmitida ou ensinada. (VÁZQUEZ, 2003, p. 269)

Para Ramos (2012, s.p.), ãa felicidade só pode ser alcançada pela conduta reta, a verdade só pode ser contemplada pelo conhecimento virtuoso do mundo, pelo comportamento orientado pela bondade. Vázquez (2003) resume a ideia de Sócrates da seguinte forma:

[...] a bondade, conhecimento e felicidade se entrelaçam estreitamente. O homem age retamente quando conhece o bem e, conhecendo-o, não pode deixar de praticá-lo; por outro lado, aspirando ao bem, sente-se dono de si mesmo e, por conseguinte, é feliz. (VÁZQUEZ, 2003, p. 270)

Platão também nasceu em Atenas em 427 (a. n. e), foi discípulo de Sócrates, conseqüentemente não comungava da democracia ateniense. Ramos (2012, s.p.) comenta que ãPlatão tratou a ética como componente indissociável da vida política, da harmonia entre os habitantes da *Polis*. Tinha o objetivo de ãpromover o nivelamento entre os indivíduos, diluindo as diferenças em prol do bem comum (Idem) e entendia que ãa ética deveria permitir que os indivíduos partilhassem o poder, impedindo a concentração do governo da Polis nas mãos de um segmento da sociedade ou de um indivíduo (Idem).

Considerando que todas as formas de governo contêm vícios e formam homens não éticos, segundo Vázquez (2003), Platão defende que o indivíduo sozinho não consegue chegar à perfeição, sendo necessária a intervenção do Estado ou da Comunidade política. Para o filósofo, o homem é bom enquanto cidadão e se realiza apenas na comunidade. Dessa forma, a ética se insere na política. Por isso, Platão, em um discurso utópico, propõe um Estado ideal, em *A República*, como uma representação da alma humana. Cortina e Navarro (2001) apontam que Platão sustenta uma

concepção de um Estado orgânico, estruturado por diversos segmentos e cada um com uma função específica dentro da sociedade: a) os governantes, guiados pela prudência, têm a função de administrar, vigiar e organizar a cidade para alcançar o bem geral da cidade; b) os guardiões e os defensores, que têm a missão de defender a cidade, guiados pela coragem e a firmeza em cumprimento às ordens dos governantes; c) os produtores (camponeses e artesãos) que desenvolvem as atividades econômicas, guiados pela moderação ou temperança para realização do desenvolvimento ordenado da produção econômica.

Ainda segundo Cortina e Navarro (2001), a justiça não tem um lugar específico na cidade, nem na alma. Contudo, se apresenta como uma virtude que acolhe e harmoniza todo o conjunto da cidade e todos os indivíduos que a compõem. À justiça compete a harmonia e perfeita ordenação com que cada segmento, ou cada parte da alma, cumpre e realiza a função especial que lhe corresponde.

Na ética platônica, para Vázquez (2003), é evidente o desprezo pelo trabalho físico, por isso os artesãos ocupam um degrau inferior, exaltando as classes superiores, os governantes. Conforme a realidade política e social na antiguidade, não há, inclusive, lugar no Estado ideal para os escravos, pois não seriam capazes de interiorizar virtudes morais e direitos cívicos. Para Vazquez, com as limitações da classe, encontramos na ética de Platão a estreita unidade moral e da política, dado que, para ele, o homem se forma espiritualmente somente no Estado e mediante a subordinação do indivíduo à comunidade (VÁSQUEZ, 2003, p. 271).

Ramos (2012) indica que Aristóteles também considerava a ética como uma possibilidade de acabar com a desigualdade, por meio da harmonia no convívio coletivo, buscando o equilíbrio interno do indivíduo, externalizado pela felicidade coletiva. O filósofo nasceu na Macedônia, em 384 (a. n. e), foi discípulo de Platão em Atenas e considerado o primeiro a elaborar tratados sistemáticos de ética. De acordo com Ramos, Aristóteles

[...] foi grande defensor da democracia, relacionando a liberdade com a responsabilidade para compartilhar o poder de forma igualitária, através do conceito de representatividade. Para tal, seria necessário preparar o indivíduo para o exercício virtuoso da política, cultivando virtudes como prudência, sabedoria e justiça. (RAMOS, 2012, s. p.)

Cortina e Navarro (2001) afirmam que para o filósofo todos os homens têm uma missão a cumprir

na comunidade e o dever moral é desempenhar bem o papel determinado e, para tanto, seria necessário que cada um adquirisse as virtudes correspondentes às suas funções sociais. A ética de Aristóteles está unida à sua filosofia política, pois para ele a comunidade social e política seria o meio necessário para a moral e, nesse caso, a vida moral seria, por sua vez, a condição para uma vida verdadeiramente humana: a vida teórica na qual consistiria a felicidade (VÁZQUEZ, 2003).

Ramos (2012, s. p.) registra que a vida está ligada aos conhecimentos teóricos ó ãaveriguação do que ocorre no mundo, transformando em conhecimento sistematizado, em Ciência e, portanto naquilo que hoje chamamos de éticaõ. Para esse autor, o conceito aristotélico de ética prevê a observação das necessidades do homem como indivíduo e membro da coletividade, sendo necessário estabelecer normas para efetivar-se. Segundo Vázquez (2003),

[...] para Aristóteles, essa vida teórica que pressupõe necessariamente a vida em comum é, por um lado, acessível só a uma minoria ou elite, e do outro, implica uma estrutura social ô como a da antiga Grécia ô na qual a maior parte da população ô os escravos ô mantém-se excluída, não só da vida teórica, mas da vida política. Por esta razão, a verdadeira vida moral é exclusiva de uma elite que pode realizá-la ô isto é, consagrar-se a procurar a felicidade na contemplação ô no âmbito de uma sociedade baseada na escravidão. Dentro desse âmbito, o homem bom (o sábio) deve ser, ao mesmo tempo, um bom cidadão. (VÁZQUEZ, 2003, p. 273)

Durante o período helenístico, com o processo de decadência do mundo antigo greco-romano e a perda de autonomia dos Estados gregos, surgem o estoicismo e o epicurismo, novas formas de reflexão ética filosófica. Ambas entendem que a moral não está mais relacionada à cidade, mas ao universo. Os representantes do estoicismo eram Zenão de Cítio, na Grécia, e Sêneca, Epitelo e Marco Antônio em Roma; sendo o epicurismo representado por Epicuro, na Grécia, e por Tito Lucrecio, em Roma. Os dois sistemas de pensamento filosófico tomam a natureza como referência da moral. A física é, desse modo, a premissa da ética, conforme Vázquez (2003).

Para os estóicos, de acordo com Silva (s.d., s.p.), Deus é a ãrazão finalõ do Cosmo. Nada acontece que não seja determinado por ele e é para ele que todo indivíduo é determinado, assim, consideram que o bem supremo é viver de acordo com a natureza, ou seja, de acordo com a razão. Já os epiruciristas acreditavam que o átomo é o grande ordenador de tudo que existe. O homem é protagonista de sua vida e não há nenhuma intervenção divina nela. Para eles, o bem viver se restringe à busca do prazer, mas o prazer espiritual, que, como menciona Vázquez (2003) são os

prazeres que contribuem para a paz da alma. Ainda segundo Vázquez (2003, p. 275), na ética epicurista e estoíca, ãa unidade moral e da política sutentada pela ética grega, se dissolveö.

Campos *et al.* (2002) resume a ética dos antigos em três aspectos: 1) o agir em conformidade com a razão; 2) o agir em conformidade com a natureza e com o caráter natural de cada indivíduo; e 3) a união permanente entre ética (a conduta do indivíduo) e política (valores da sociedade). Para esse autor, ãa ética era uma maneira de educar o sujeito moral (seu caráter) no intuito de propiciar a harmonia entre o mesmo e os valores coletivos, sendo ambos virtuososö (CAMPOS *et al.* 2002, s. p.).

Na Idade Média (séculos XI-XIX), com a falência do mundo antigo, surge o cristianismo, que é dominado pelo catolicismo na Europa. A política fica na dependência da igreja, que exerce o poder espiritual e monopoliza a vida intelectual. Assim, o conceito de ética dessa época é pautado pela religião e pelos dogmas cristãos. Se antes a ética filosófica tinha a cidade como referência (Aristóteles) ou o universo (estoicos e epicuristas), agora Deus, criador do mundo e do homem, é ãa suprema verdade onde tudo é orientado para ele: a moral e a perfeiçãoö (SILVA, s.d., s.p.).

De acordo com Silva (s.d., s.p.), a época medieval foi marcada pelas concepções filosóficas que influenciaram fortemente o conceito de ética, destacando as ideias de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, que resgatam a Filosofia Grega em suas vertentes platônica e aristotélica e submetem-na a um processo de cristianização.

Cortina e Navarro (2001), afirmam que para Santo Agostinho os filósofos gregos estavam certos ao associar a moral à felicidade, contudo, não perceberam que a felicidade está relacionada ao encontro com Deus. Para Tomás de Aquino, a felicidade se consegue na contemplação da verdade que se identifica com Deus. Segundo Ramos Santo Agostinho entendia a verdade como,

[...] uma questão de fé, é revelada por Deus, superando a razão; subordinando o Estado e a política à autoridade da Igreja. Houve também uma subordinação da ética à moral; com a última sobrepondo-se a primeira e invertendo a ótica a favor da heteronomia pautada pelo cristianismo. O catolicismo alterou profundamente a ética, introduzindo a ideia de que a bondade, uma vida virtuosa, só podia ser alcançada pela vontade de Deus, desvinculando a felicidade da racionalização do mundo. (RAMOS, 2012, s.p.)

Ainda conforme o autor, para Tomás de Aquino,

[...] o caminho para a felicidade passaria pela õgrande éticaõ, caracterizada pelo justo equilíbrio divino, projetado na ordenação da sociedade. Portanto, em aceitar as contradições sociais e econômicas, a desigualdade, como vontade de Deus, esperando receber a recompensa no além, quando finalmente a contemplação do paraíso permitiria atingir a felicidade plena, individual e coletiva, participando e retornando ao espírito divino. (RAMOS, 2012, s.p.)

Embora a doutrina cristã assimile as virtudes fundamentais ó a prudência, a fortaleza, a temperança e a justiça ó essa época é marcada pelas principais virtudes: fé, esperança e caridade. As virtudes fundamentais regulam as relações entre os homens e as virtudes teologias a relação com o Divino, com Deus, de acordo com Vázquez (2003). Ainda, segundo o autor, a igualdade entre os homens se efetivava somente no mundo espiritual, seriam os mandamentos supremos que regulariam o comportamento e as regras de conduta. Dessa forma, õo cristianismo como religião oferece ao homem certos princípios supremos morais que, por virem de Deus, têm para ele o caráter de imperativos absolutos e incondicionadosõ (VÁSQUEZ, 2003, p. 278).

Do século XVI ao início do século XIX, tem-se um período de múltiplas e variadas doutrinas éticas ó a ética moderna ó, mas Vázquez (2003) destaca a tendência antropocêntrica, que tem o homem como referencial, em contraste com a ética teológica da Idade Média, que atinge o seu ponto culminante na formulação de Kant.

Assim como Vázquez, Silva (s.d., s.p.) também entende que, na história da ética, o paradigma mecanicista conduzirá o pensamento ético até à filosofia kantiana da moral. O autor assevera que a filosofia e a ética moderna estão estruturadas no cognoscitivo, isto é, na capacidade do sujeito de pensar a razão e a natureza da verdade.

A transição da Idade Média para Idade Moderna veio acompanhada de várias mudanças na sociedade, na economia e na religião. De acordo com Silva (s.d., s.p.) a ética na modernidade se estrutura a partir de uma corrente Racionalista, tendo o homem no centro das reflexões, dotado de razão e de vontade. A religião perde prestígio diante da ciência moderna, como as ciências desenvolvidas por Galileu e Newton.

Para Campos *et al* (2002), a Idade Moderna é marcada por profundas transformações religiosas, científicas e filosóficas, nas quais predomina o Racionalismo Cartesiano e a razão é o caminho para a verdade, e para se chegar a ela é preciso um discernimento, um método. Em meio a tantas transformações, ocorrem também mudanças nas relações capitalistas de produção, o fortalecimento de uma nova classe social e a burguesia, que segundo a autora luta para manter a hegemonia através de revoluções, a reforma religiosa que destrói a unidade cristã medieval e, principalmente, a predominância do modo científico de pensar (CAMPOS *et al*, 2002, s.p.).

De acordo com Silva (s.d., s.p.), Descartes foi o primeiro filósofo moderno a escrever sobre a ética. Na ética antiga, o *ethos* é autônomo frente às aspirações do indivíduo, enquanto na ética cartesiana, o *ethos* é racionalizado por um sujeito pensante. Para Ramos (2012), a Idade Moderna foi uma época de formação e consolidação dos Estados Nacionais europeus, que precede a Revolução Francesa e Industrial, quando ocorreu a separação entre o Estado e a Igreja, com destaque do antropocentrismo e do avanço da ciência.

Na sociedade moderna, consolida-se um processo de separação dos valores difundidos na Idade Média, a saber: a) a razão separa-se da fé (e a filosofia, da teologia); b) a natureza, de Deus (e as ciências naturais, dos pressupostos teológicos); c) o Estado da igreja; e d) o homem, de Deus segundo Vázquez (2003, p. 280). A ética voltou a ser associada à felicidade coletiva, retomando o sentido original grego, vinculado com a política, compondo orientações para a realização plena do cidadão. O Estado é o responsável por garantir transformações por meio da educação, direitos individuais, justiça e subsistência, registra Ramos (2012). O homem aparece no centro da política, da ciência, da arte e também da moral, considerando a transferência do centro de Deus para o homem, que vem como absoluto, como criador, ou legislador em diferentes domínios, incluindo a moral, aponta Vázquez (2003).

Immanuel Kant, um dos principais filósofos da modernidade, representando o iluminismo alemão, exerceu grande influência na universalização dos princípios conceituais da ética humana. Com ele, conforme Silva (s.d., s.p.), a ética filosófica atinge o seu auge: parte da concepção de um *factum* da moralidade, em que preconiza um sujeito individual, livre e autônomo. A máxima de seu postulado ético está no imperativo categórico: age de maneira que possas querer que o motivo que

te levou a agir se torne uma lei universal. Conforme Ramos (2012, s.p.), o imperativo categórico, aquele que deve ser de toda pessoa, estando também vinculado com a moral, é definido pela vontade, de tal forma que a ação possa ser tomada como uma lei universal da natureza. Outra máxima de Kant se baseia na fraternidade para com o outro e desejar a todos o que se deseja para si mesmo, estreitando este conceito com a liberdade, responsabilidade e igualdade. Nesse sentido, Ramos (2012) registra que para Kant,

[...] não é tarefa da ética normatizar, pois, sendo de caráter puramente racional, é guiada apenas pela boa vontade. Esta é relativa e fixada pela lei moral, porém deve se isentar da vontade emotiva, dos gostos e desejos particulares. Assim, a ética segue os mesmos parâmetros da moral, mas ao racionalizar os atos, seleciona como corretos apenas o que está em concordância com a razão. A ética passa a se distinguir da moral por ser autônoma, enquanto os preceitos morais são fixados pela heteronomia. O agir corretamente passa, não só pelo conceito de liberdade, mas também de responsabilidade pelos próprios atos e intenções. O problema é que o ato pode não corresponder à intenção, motivado pela inclinação moral, onde a racionalização serve de parâmetro. (RAMOS, 2012, s.p.)

Segundo Vázquez (2003, p. 283), a ética kantiana é uma ética formal e autônoma. Por ser puramente formal, além de postular um dever para todos os homens, independentemente da sua situação social e seja qual for o seu conteúdo concreto. De acordo com esse autor, por conceber o comportamento moral como pertencente a um sujeito autônomo e livre, ativo e criador, Kant é o ponto de partida de uma filosofia e de uma ética na qual o homem se define antes de tudo com ser ativo, produtor e criador. Campos *et al.* (2002) destaca que, na concepção da ética moderna, os seres humanos devem ser tratados sempre como fim da ação e não como meio para alcançar seus interesses, sendo esta a ideia defendida por Kant.

No século XIX, Frederich Hegel traz uma nova perspectiva não abordada pelos filósofos da modernidade: Ele apresenta a perspectiva do Homem e Cultura e História, sendo que a ética deve ser determinada pelas relações sociais. Como sujeitos históricos culturais, nossa vontade subjetiva à vontade social, das instituições da sociedade, conforme entende Campos *et al.* (2002, s.p.),

No mundo contemporâneo, de acordo com Silva, a ética se apresenta por três paradigmas éticos:

[...] o Empirismo, voltado para a análise do psiquismo humano, de predominância do individualismo; o Racionalismo, iniciado por Descartes e desenvolvido na ótica de uma moral racional de domínio da natureza; e o Historialismo, de tradição alemã, onde qual o

ethos é uma forma fundamental, o campo privilegiado para o exercício da reflexão ética.
(SILVA, s.d., s.p.)

No entendimento de Silva (s.d., s.p.), Marx, Nietzsche e Freud trazem uma nova reflexão ética no mundo contemporâneo. Marx com um olhar na economia; Nietzsche, na cultura, e Freud, no psiquismo. O autor registra as influências que marcam o século XX:

[...] a hermenêutica de Heidegger fundada na existência humana, sobretudo com a colaboração de Gadamer na experiência hermenêutica e de Ricoeur na decodificação dos símbolos. Edmund Husserl funda uma análise fenomenológica construída na Fenomenologia da Intencionalidade. E Sheler desenvolve a análise fenomenológica numa vertente personalista. (SILVA, s.d., s.p.)

O autor ainda defende que a ética contemporânea se contrapõe ao formalismo e ao racionalismo abstrato de Kant e Hegel, instituindo novas correntes que irão fundamentar o tratado ético-moral no mundo atual:

Para Kierkegaard, o pai do Existencialismo, a ética ocupa um estágio inferior e o homem perde a sua subjetividade. Em Sartre o homem é total liberdade, mas as escolhas não acontecem de forma arbitrária, pois uma decisão remete a um contexto social. Nos Estados Unidos, o Pragmatismo (S. Peirce é o principal representante) toma força e se difunde como filosofia do êxito e do útil. Freud (o fundador da Psicanálise) torna possível fazer um juízo moral de uma ação, ao avaliar o nível de consciência do indivíduo. No Marxismo, as teorias filosóficas da ética esboçada até aqui são colocadas em xeque. E na Filosofia Analítica (também no Neopositivismo), Moore destrói a concepção metafísica da ética em busca de uma linguagem moral. Com o programa da linguagem moral, dois outros modelos filosóficos surgem na filosofia atual: o positivismo lógico, que marca a neutralidade moral da ciência, e a filosofia de Wittgenstein, precursora da metaética do discurso ético e moral. A segunda corrente a se instalar na linguagem moral foi a ética do discurso, desenvolvida por Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas. (SILVA, s.d., s.p.)

Para Campos *et al.* (2002, s.p.) registra duas correntes de pensamento na atualidade: a ética praxista, que entende que o homem tem a capacidade de julgar, ele não é totalmente determinado pelas leis da natureza, nem possui uma consciência totalmente livre. O homem tem uma coresponsabilidade frente às suas ações, e a ética pragmática busca a alteridade e a misericórdia, responsabilização, solidariedade e a justiça para transformar o Ter, o Saber e o Poder em recursos éticos para a solidariedade, contribuindo para a igualdade entre os homens.

A ética ganhou um caráter político, considerando que o homem passa a ser visto como sujeito histórico-social, por isso suas ações são analisadas na coletividade, a partir de um pensamento de justiça e de distribuição igualitária do poder entre os homens, destaca. Campos *et al.* (2002, s.p.).

Por esse breve registro da história da ética, podemos observar a importância das reflexões sobre ética no mundo desde a antiguidade aos dias de hoje, se apresentando como objeto de estudo de muitos filósofos e intelectuais que se preocuparam com a questão da ética e da moral no mundo contemporâneo, trazendo reflexões sobre o homem, a vida em sociedade e os valores sociais, políticos e culturais.

Trazendo essas concepções e reflexões sobre a ética, valores e princípios para a esfera educacional, podemos destacar que o compromisso com a ética é um dever institucional e que a conduta ética dos professores influencia na formação ética dos alunos, impactando no processo de transformação e desenvolvimento de cidadãos responsáveis e conscientes de suas funções na sociedade. O compromisso e a conduta

ética de cada um colabora para a transformação e desenvolvimento de uma humanidade melhor. É o que tomos almejamos.

1.4. Ética e integridade na pesquisa acadêmica

Considerando o caráter institucional desse trabalho, é importante e oportuno introduzirmos o tema ética e integridade na pesquisa, no contexto acadêmico, tomando por base a universidade, local onde grande parte das pesquisas do país é realizada, destacando-se a responsabilidade ética dos docentes e discentes na realização de pesquisas acadêmico-científicas.

Ciência se faz com a construção do conhecimento, na realização de pesquisa, pensando na resolução de problemas, visando o desenvolvimento social e econômico da sociedade, por isso, a credibilidade da ciência. Assim, podemos afirmar que os resultados das pesquisas realizadas no ambiente universitário contribuem para o progresso técnico-científico e desenvolvimento do país. Contudo, observa-se uma preocupação mundial com a integridade científica, pois fraudes têm sido constatadas e denunciadas tanto no meio acadêmico quanto no meio editorial. Diante disso, para a manutenção da credibilidade da ciência, as más práticas científicas têm sido combatidas com normas de condutas, isto é, de acordo com boas práticas de pesquisa.

Podemos dizer que o interesse pelo debate sobre a integridade na pesquisa é crescente e vem sendo

discutido tanto pelos órgãos de fomento como o CNPq e a Capes, quanto por universidades, apesar de incipiente como demonstrou Krokosz (2011). De acordo com Pithan e Oliveira (2013), a denominação de Integridade na Pesquisa é utilizada para designar o respeito às normas éticas de publicação científica com o objetivo de evitar fraudes, tais como a falsificação ou a fabricação de dados, a duplicidade na publicação e o plágio (Idem, p. 240-241). Para a autora, o plágio não é um problema novo, nem no meio acadêmico e nem no meio editorial, tendo em vista que algumas publicações que demonstram que sua preocupação surgiu, em nosso país, praticamente na mesma época em que os estudos sobre a ética na pesquisa (Idem, 2013, p. 241). De qualquer forma, observa-se preocupação crescente com o tema, possivelmente pela dimensão que a situação está tomando atualmente no ambiente acadêmico e editorial.

Para as autoras Campos *et al.* (2002), a integridade na pesquisa

[...] discute as boas condutas no cotidiano acadêmico, tais como a honestidade no tratamento dos dados e na divulgação do conhecimento, tanto na escrita como na publicação dos resultados de pesquisa, e relaciona-se tanto com os valores éticos fundamentais para a produção de conhecimento quanto com o bom funcionamento das instituições científicas. (CAMPOS *et al.*, 2002, s.p.)

Ao falar de ética e integridade na pesquisa vale registrar o trabalho publicado por Bogdan e Biklein (1994), destacando os princípios éticos relevantes para algumas formas de investigação aplicada, particularmente aquela que chamam de investigação-ação. Tendo em vista que a abordagem das boas práticas de pesquisa está em discussão, justifica-se a menção de um desses princípios:

Seja autêntico quando escrever os resultados. Ainda que as conclusões a que se chega possam, por razões ideológicas, não lhe agradar, e se possam verificar pressões por parte de terceiros para apresentar alguns resultados que os dados não contemplam, a característica mais importante de um investigador deve ser sua devoção e fidelidade aos dados que obtém. Confeccionar ou distorcer dados constitui o pecado mortal de um cientista (BOGDAN; BIKLEIN, 1994, p.77).

Como já mencionado, discussões sobre essas questões são recentes no Brasil e têm ocorrido nacional e internacionalmente, demonstrando que a atenção para o tema, isto é, para as más práticas na produção e divulgação dos resultados de pesquisas científicas é crescente e tem ganhado espaço em encontros mundiais sobre o tema. Em junho de 2015, o Rio de Janeiro sediou a *4th World Conference on Research Integrity* (WCRI), no qual o tema foi amplamente debatido. A WCRI

visa promover o diálogo mundial sobre este tema e fomentar a confiança do público na ciência (4th WCRI-2015 no site da Conferência). Por sua relevância, vale a pena registrar a evolução dessas Conferências ao longo dos cinco encontros já realizados. Na primeira, ocorrida no ano de 2007 na Europa, foi elaborada uma agenda pró-ativa que incluiu várias ações, dentre elas a iniciativa de editoras para resolver o problema de plágio, manipulação de imagem e inadequado autor de crédito (4th WCRI-2015 no site da Conferência). A segunda WCRI lançou a Declaração de Singapura sobre Integridade Científica. Esse documento, referência para vários países, estabelece princípios e responsabilidades que devem ser considerados pelos pesquisadores. Baseada na Declaração de Singapura, a terceira conferência lançou a Declaração de Montreal sobre a Integridade Científica, destacando, principalmente, as responsabilidades dos parceiros de pesquisa em esforços colaborativos e na responsabilização dos autores para os resultados de suas pesquisas (4th WCRI-2015 no site da Conferência). A quarta WCRI enfatizou o tema sobre as Recompensas de Investigação e Integridade: a melhoria dos sistemas de promover a investigação Responsável (4th WCRI-2015 no site da Conferência). A quinta Conferência, com vários trabalhos publicados sobre retratação de artigos, discutiu a necessidade de criar alternativas ao conceito de retratação, pois erros cometidos de forma não intencional têm se confundido com casos de fraude.

Outros órgãos também se preocuparam com esses temas e algumas iniciativas foram tomadas, por exemplo, a Declaração conjunta sobre Integridade em Pesquisa, decorrida do II Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa Ética e em Publicações, fez várias recomendações às instituições do país, dentre elas vale registrar a seguinte:

[...] conscientizem os alunos de que o plágio é uma violação acadêmica, seja no ensino fundamental, ensino médio ou universitário. As instituições de ensino e pesquisa do país devem fornecer materiais educativos que mostrem que o plágio em monografias, dissertações e teses também é, além de violação acadêmica, uma prática ilegal no Brasil (II BRISPE, 2012, s.p.).

Em novembro de 2016, ocorreu o IV Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações, sediado na Universidade Federal de Goiás e teve como tema a Integridade em Pesquisa: o papel dos orientadores, Editores e Financiadores. Com a mesma preocupação, o Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis (IBqM), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaborou a Declaração sobre Integridade e Boas Práticas em Pesquisa, destacando que a

[...] conduta responsável em pesquisa deve refletir uma atitude crítica da comunidade acadêmica sobre os aspectos éticos envolvidos nas rotinas de experimentação, colaboração, orientação, revisão e comunicação de resultados e em eventuais conflitos no ambiente acadêmico. (UFRJ, IBqM, 2014).

O documento também destaca, dentre outros pontos, a necessidade de se revisar a formação ética de jovens pesquisadores (incluindo alunos de graduação e de pós-graduação), tema desse trabalho (UFRJ, IBqM, 2014).

Em 2014 a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) publicou o Código de Boas Práticas Científicas com o intuito de reforçar na comunidade científica paulista, uma cultura sólida e bem arraigada de integridade ética da pesquisa mediante um conjunto de estratégias assentado sobre três pilares interdependentes: 1) educação; 2) prevenção; 3) investigação e sanção justas e rigorosas (FAPESP, 2014, p. 10).

Também é oportuno citar o documento da Capes, principal Agência de Fomento da Pós-Graduação Brasileira, as Orientações Capes sobre o Combate ao plágio, no qual recomenda,

[...] com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011, s.p.).

O CNPq motivado pela mesma preocupação da Capes em relação à ética e integridade na pesquisa, instituiu, em 2011, uma Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, que apresentou um Relatório dos estudos realizados. Para a Comissão, as más práticas na pesquisa científica e tecnológica têm sido uma preocupação mundial, incluindo do Brasil, apesar de não se tratar de uma conduta recente. Essa prática deve ser combatida, pois se trata de um grande atraso no avanço da ciência e do conhecimento para o país, podendo trazer consequências econômicas e sociais, e ainda despertar a desconfiança da sociedade.

Constam no Relatório da Comissão do CNPq alguns exemplos que ilustram casos de fraudes na realização de pesquisas, registradas a seguir:

[...] o chamado "Homem de Piltdown" é uma montagem de ossos humanos e de orangotango convenientemente manipulados, que alegadamente seria o elo perdido na evolução da humanidade. Embora adequada para as ideias então vigentes, a farsa foi desmascarada quando foi conferida com novos métodos de datação com carbono radioativo. Outros exemplos podem ainda ser citados, como o da criação de uma falsa linhagem de células-tronco embrionárias humanas que deu origem a duas importantes publicações na revista Science em 2004 e 2005. Por esse feito, o autor principal foi considerado o mais importante pesquisador de 2004. O que seria um feito extraordinário mostrou ser uma fraude e resultou na demissão desse pesquisador e na exclusão desses artigos da revista. (CNPq, 2011, s.p.).

Para a comissão do CNPq, os resultados falsos ou errados atrasam o avanço do conhecimento e interferem no financiamento das pesquisas. As falsificações e o plágio, difícil de ser corrigido, podem favorecer indevidamente seus autores, que conseguem financiamento de pesquisas, e, ainda, têm reforçado a prática do autoplágio. Em ambiente competitivo, e busca de investimentos para as pesquisas, isso pode significar investir em pesquisadores fraudulentos, em detrimento de pesquisadores íntegros e capazes de produzir o avanço do conhecimento. Um aliado no combate ao plágio e ao autoplágio tem sido os *softwares* capazes de identificar trechos de artigos já publicados.

A falta de integridade na pesquisa interfere, assim, no processo de desenvolvimento da ciência e do conhecimento e, por isso, é necessário maior rigor no desenvolvimento das pesquisas. São vários os casos de erros, falhas e equívocos na divulgação de resultados de pesquisas científicas, que muitas vezes ocorrem por conta de conclusões precipitadas. Um artigo publicado no site da Revista Veja, de autoria de Rita Loiola, registra que o número de retratações vem aumentando nos últimos anos.

Em 2012, foram cerca de 400 artigos retratados em periódicos ao redor do mundo, número semelhante a 2011. Em 2013, os dados subiram para 500, de acordo com o site americano *Retraction Watch*, que publica diariamente notificações de pesquisas retratadas em todo o mundo. Trata-se de uma pequena fração dos cerca de 2 milhões de artigos publicados anualmente, mas as fraudes têm se tornado cada vez mais comuns. (LOIOLA, 2014, s.p.)

É notório que os erros e as fraudes nas pesquisas científicas atrasam e atrapalham o avanço da ciência, além dos prejuízos e desperdícios de verbas de financiamento, por isso tem sido uma grande preocupação no meio acadêmico. Considerando, ainda, que o volume de artigos publicados, resultado de pesquisas científicas, é contínuo e crescente e, por conta da tecnologia, cada vez mais fácil de serem acessados, além dos erros científicos também se constata o aumento de casos de

plágio, autoplágio, falsificação e fabricação de resultados. Como consequência, tem ocorrido um aumento no número de artigos retratados no meio editorial.

Uma pesquisa realizada por três cientistas americanos em 2012, Fang, Steen e Casadevall, revelou que apenas 21,3% dos artigos retratados são atribuídos a erros. 67,4% são por má conduta, incluindo fraude ou suspeita de fraude; 14,2% são de publicações duplicadas (autoplágio) e 9,8% são plagiados. Os autores estudaram os casos de 2047 artigos retratados, publicados na base de dados *PubMed* até maio de 2012. Esse estudo registra, ainda, que o número de artigos científicos retratados aumentou em 10 vezes desde o ano de 1975. A pesquisa também revela que o perfil de quem tem artigos retratados mudou. Até os anos 1990 a maioria dos autores tinham vários artigos retratados. Atualmente, mais de 60% das retratações envolve pesquisadores que nunca tinham passado por isso. Um dado positivo dessa pesquisa mostra que o tempo de retratação reduziu, de cerca de quatro para dois anos.

As fraudes e as falsificações de dados e resultados de pesquisas científicas têm sido constantes no meio acadêmico e também no meio editorial e a forma de reverter a situação é a retratação desses artigos. A retratação de um artigo científico equivale à sua despublicação, enquanto nos casos de erro de menor gravidade as revistas tendem a publicar a correção do artigo.

Um artigo publicado por Reinaldo José Lopes na Folha Digital, em 2013, registra que um jornalista americano, John Bohannon, da *Science*, um dos periódicos mais influentes do mundo, enviou diversas versões de um estudo falso, para mais de 300 revistas de acesso livre. O resultado foi que mais da metade, 157, aceitaram publicar o artigo; 98 rejeitaram, 29 não confirmaram o recebimento e 20 disseram que o artigo ainda estava em revisão. Segundo a *Science* o objetivo do teste foi mostrar que existem algumas revistas de acesso livre predatórias. Em geral são revistas fora da Europa ou EUA. A revista brasileira, *Genetics and Molecular*, por exemplo, aceitou publicar o falso artigo.

O bioquímico Sérgio Pena, um dos autores do guia *Rigor e Integridade na Conduta da Pesquisa Científica*, da Academia Brasileira de Ciência, entrevistado por Saulo Pereira Guimarães, da

Revista *Exame*⁴, discute sobre as consequências de uma fraude no meio científico e menciona um estudo publicado no periódico *The Lancet* em 1998. Nesse caso, os pesquisadores apontavam uma conexão entre a vacina contra o sarampo e o desenvolvimento de autismo. Houve a retratação, mas a informação errada já estava difundida nos Estados Unidos. Como resultado, muitos pais deixaram de vacinar seus filhos, o que fez com que microepidemias da doença voltassem a ocorrer.

Sérgio Pena defende que a comprovação de uma fraude deveria levar à rejeição dos defensores, mas isso raramente acontece. De fato, no mesmo artigo, é citada uma ocorrência de imagens fraudadas numa publicação científica em julho de 2013. Entre os autores desse artigo, está o químico Cláudio Airoidi. Em 2011, esse mesmo pesquisador foi suspenso por 15 dias da Unicamp após investigações comprovarem o uso de imagens fraudadas em 11 artigos nos quais ele aparecia como autor. Em função disso, o responsável pela parte experimental desses trabalhos, o cientista Denis Guerra foi demitido da Universidade Federal do Mato Grosso. Esse caso é tido como o maior caso de infração ética da história acadêmica brasileira. Segundo Pena, a confiança é o pilar da atividade de pesquisa e as fraudes comprometem a credibilidade da atividade científica.

Para as autoras Munhoz e Diniz, também ouvidas pela *Exame*, nem todo caso de fraude é necessariamente fruto de má fé. Segundo elas, fatores como preguiça, engano e desinformação podem gerar o problema. Para elas, é preciso fazer duas coisas: falar e educar. Em nome da ciência, com certeza é necessário discutir e ampliar o debate sobre essas questões, pois além de influenciar na credibilidade da ciência e dos pesquisadores, a falta de integridade na pesquisa atinge também a sociedade. Dessa forma, é importante repensar a formação dos novos pesquisadores e profissionais sobre a ética e integridade na pesquisa e, se isso acontece na academia, cabe às universidades contribuir com o processo dando uma resposta à sociedade.

⁴ GUIMARÃES, Saulo Pereira. *Como a fraude em artigos afeta a atividade científica*. Exame. 2015. Entrevista com Sérgio Pena e Munhoz e Diniz. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/como-a-fraude-em-artigos-afeta-a-atividade-cientifica/> Acesso em: ago. 2017.

De acordo com Russo (2014, p. 196), além de criarmos mecanismos de sanções, detecções, códigos de conduta, também é preciso pensarmos como transformar o próprio conceito de responsabilidade em um desses valores na *mensuração* da prática científica. Para ela,

Tornamo-nos mais responsáveis quando temos mais consciência dos atos que praticamos e de suas consequências. Deveríamos pensar não só em instaurar câmara de integridade de pesquisa, mas promover com maior frequência o debate sobre ciência, responsabilidade científica, garantindo a presença de cientistas, alunos, instituições, editores, juristas e também demais atores da sociedade. Esse tipo de debate ainda é bastante tímido nas instituições de pesquisas e mesmo nos grandes congressos temáticos raramente se vê espaço para debater questões de ética e integridade, sendo todas as chamadas voltadas unicamente para trabalhos de análise de dados. Ao mesmo tempo, os valores dados aos critérios de publicação científica e classificação de autores deveriam urgentemente voltar-se para o quesito *qualidade* ao invés de *quantidade*. (RUSSO, 2014, p. 196)

Nessa mesma perspectiva, de diretrizes para toda a comunidade científica, o relatório da comissão do CNPq, já mencionado aqui, que define algumas modalidades de fraude e má conduta na pesquisa, recomendou duas linhas de ações: i) ações preventivas e pedagógicas visando orientar, principalmente os jovens nas boas práticas e estimular a oferta de disciplinas com conteúdo ético e de integridade de pesquisa nos cursos de graduação e de pós-graduação e ii) ações de desestímulo a más condutas, inclusive de natureza punitiva, com a recomendação de uma comissão permanente pelo Conselho Deliberativo do CNPq, constituída de membros de alta respeitabilidade e diferentes áreas do conhecimento. Esta comissão ficará responsável por examinar situações que envolver dúvidas quanto à integridade da pesquisa realizada ou publicada por pesquisadores do CNPq, detentores de bolsa de produtividade ou auxílio à pesquisa.

É patente perceber a importância de se coibir e punir todos os atos e ações de más práticas na pesquisa, pois no ambiente acadêmico não há espaço para isso. Nesse sentido, é importante a atuação institucional, chamando a atenção de todos os envolvidos no processo, técnicos, discentes e docentes, para o desenvolvimento de pesquisa de forma consciente e responsável, utilizando-se, sempre, das boas práticas de pesquisa, pois é essa conduta que contribui para a formação de sujeitos comprometidos com uma postura ética. Nesse contexto, o ambiente universitário tem um papel importante, considerando-se que a universidade é uma instituição responsável pela educação e formação de alunos, futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho em todas as áreas do conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento de princípios e posturas éticos, buscando uma sociedade mais justa e um mundo melhor para todos.

CAPÍTULO II

PLÁGIO X AUTORIA: QUEM É O AUTOR?

Conforme visto no item anterior, as más práticas de pesquisa decorrem de uma conduta não ética de quem a pratica. Tratar desse tema não é trivial e envolve vários atores, discentes, docentes, pesquisadores, universidades, institutos de pesquisa e editores de revistas científicas. Considerando o objetivo desse estudo, enfatizaremos agora mais a questão da autoria, do plágio, do autoplágio e da importância do processo de construção do autor no ambiente acadêmico, pensando na formação do aluno enquanto autor.

Para Munhoz e Diniz (2011), o plágio é uma infração ética que faz fronteira com outras fraudes relacionadas à autoria, como exemplo o autoplágio ou a divulgação dos resultados de um mesmo estudo em várias publicações, tendo como objetivo provável o aumento da quantidade de publicações do pesquisador, violando, no entanto, a expectativa do ineditismo. As autoras fazem uma interessante analogia do plágio no meio da comunicação científica e no meio acadêmico, relacionando o primeiro ao pesquisador e o segundo ao estudante. Para elas, o estudante é aquele que aprende as regras da comunicação científica, mas os trabalhos realizados nas disciplinas dificilmente serão trabalhos publicados. No meio acadêmico, o prejuízo é, em última análise, do aluno, que não desenvolveu o seu potencial. As sanções para o aluno que comete o plágio acontecem no âmbito pedagógico e administrativo da instituição de ensino, tais como: nota baixa, realização de outro trabalho, reprovação e em situações mais graves, a expulsão do aluno e a cassação de seu título (MUNHOZ; DINIZ, 2011, p. 52). No caso do pesquisador, o plágio tomaria, segundo as autoras, outras dimensões, pois se espera que as publicações realizadas sejam inéditas. As sanções também seriam de outra ordem: vergonha e descrédito, retratação do artigo publicado e a divulgação e a repulsa do plagiador por parte dos periódicos. No meio acadêmico, o pesquisador pode sofrer sanções disciplinares, processos administrativos e até o seu desligamento da instituição.

Ainda segundo Munhoz e Diniz (2011), as sanções devem mesmo ser aplicadas e ajudam no controle do plágio, mas a universidade, as revistas científicas e os institutos de pesquisa devem, antes, apostarem

[...] numa postura ética de prevenção ao plágio, por dois caminhos: no campo da ciência, por meio do rigor na exigência de respeito às normas da comunicação científica [í] e no campo educacional, por meio da adoção de uma cultura de formação ética, que abranja estratégias pedagógicas valorizadoras da honestidade acadêmica (MUNHOZ; DINIZ, 2011, p. 54).

Albuquerque (2009), a partir de sua experiência como revisor e editor de uma revista científica, identificou dois tipos de problemas que comprometem a qualidade geral das publicações científicas. O primeiro é a qualidade da ciência e a sua apresentação e o segundo a má conduta na pesquisa científica. O plágio, consciente ou inconsciente, é õuma grave infração ética do plagiadorö (Idem, p. 294). O autor identifica o plágio inconsciente quando as referências ao autor são feitas de forma equivocada, por exemplo, õse um trecho for transcrito *ipsis litteris* e não estiver entre aspasö, ou quando õum parágrafo seja escrito com base na idéia de um autor e este não for citado apropriadamenteö (Idem, p. 294). Ainda segundo o autor, é comum os alunos terem esse tipo de dúvida e fazerem citações erradas, cometendo assim o plágio inconsciente. Silva (2008) atribui esse tipo de plágio a uma prática antiga, da época do ensino fundamental, quando os alunos na execução de trabalhos escolares, faziam cópia dos livros da biblioteca, algo que atualmente fazem pela internet.

A discussão acerca do plágio nos leva a pensar no modo de constituição e construção da autoria, contrário ao plágio, visto ser o autor aquele que realiza, constroi e desenvolve um trabalho, um estudo, uma pesquisa e apresenta produtos originais, pois são resultantes dessa imersão no processo de construção autoral. Dessa forma, a reflexão sobre o plágio, nos remete à questão do õautorö e, conseqüentemente, a uma pergunta formulada pelo filósofo Michel Foucault: õO que é um autor?ö Essa pergunta foi feita por Foucault em uma conferência realizada na Sociedade Francesa de Filosofia em 1969. Para Foucault (1969), õa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das idéias, dos acontecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia das idéiasö. Para ele,

[...] a idéia de que o nome do autor não passa, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu, mas que ele corre, de qualquer maneira, aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza. Ele manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura. O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. (FOUCAULT, 1969, s.p.)

Para Foucault (1969), definir o que é um autor e analisar a função autor no interior de uma cultura é difícil e complexo, porque é preciso reconhecer muitos traços característicos da função autor, mas resume esta última assim:

[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 1969, s.p.)

A questão do autor também foi tema da tese de Marco Antônio Sousa Alves, intitulada *O autor em cena: uma investigação sobre a autoria e seu funcionamento na modernidade*, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação de Filosofia da UFMG. Alves (2014) fez um estudo profundo em torno do autor e a sua obra na modernidade, tomando por base a obra de Foucault. A partir de pressupostos foucaultianos, apresenta uma definição de autor nos seguintes termos:

O autor é visto justamente aquele que tem a função de criar e organizar certos discursos em determinada época e cultura, exercendo também um papel coercitivo, como qualquer outro procedimento de controle. Resumindo, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso (ALVES, 2014, p. 127).

A tese defendida por Alves (2014) demonstra o processo de construção e transformação do autor ao longo dos tempos até os dias atuais, tendo em vista as transformações ocorridas na sociedade e no mundo contemporâneo, considerando, principalmente, a evolução das tecnologias de informação e comunicação. Para o autor, a

[...] figura moderna do autor sofre hoje uma profunda transformação, um processo que coloca em questão a forma-livro e a autoridade autorial, além de subverter as formas de controle e os modelos comerciais. Novas tecnologias de poder e posições-sujeito emergem, no seio daquilo que se convencionou chamar de cibercultura, entendida como uma formação histórica, um conjunto de práticas e representações que se baseiam nas redes telemáticas e que se desenvolve com a crescente mediação da vida cotidiana pelas tecnologias da informação, que se tornam cada vez mais ubíquas e pervasivas. A pesquisa genealógica, como pretendi desenvolver nesta tese, constitui um pano de fundo fundamental para a realização de um diagnóstico da atualidade. Somente seremos capazes de analisar criticamente as transformações atuais na ordem do discurso e no funcionamento da função-autor se levarmos em conta o processo histórico de constituição desses procedimentos, noções, sujeitos, práticas e conceitos tipicamente modernos que são ainda tão presentes. E mais do que uma crítica das transformações que marcam nosso tempo, acredito que esse esforço envolve, sobretudo, uma crítica de nós mesmos, de nosso modo de ser, o que confere à investigação realizada (e que se pretende realizar) a dimensão

de uma autêntica experiência de pensamento, ou seja, de algo do qual saímos nós mesmos transformados. (ALVES, 2014, p. 435)

Silva (2008) também entende que a função autor passou por transformações ao longo do tempo e, considerando a sua concepção hoje, na sociedade informatizada em que vivemos, também introduz um artigo com a mesma pergunta feita pelo filósofo Michel Foucault: "O que é um autor?" A autora considera que esta pergunta é nos tempos atuais e tendo em vista as variações sofridas em relação à função autor é poderia ser feita da seguinte forma: "O que é um autor e como se forma um autor no contexto da sociedade em que a tecnologia digital transforma a linguagem num elo virtual entre o homem e o mundo?" Para responder a essa pergunta, a autora levantou uma discussão sobre o plágio na universidade, realizando um estudo, por meio de entrevistas com 19 graduandos de Letras. A pesquisa revelou que 36,84% dos entrevistados assumiram claramente já terem cometido plágio de textos; 21% plagiavam, mas não assumiram claramente; 41,1% disseram não ser a favor do plágio. A pesquisa foi realizada com graduandos da área de Letras, mas, segundo a autora, o plágio está presente em todas as áreas do conhecimento e em virtude dessa realidade, acredita-se ser relevante pensar-se em projetos/ações que estimulem o exercício da construção da autoria/autonomia na universidade (Idem p. 359). Nesse sentido, para a autora é preciso

[...] refletir sobre a necessidade de abrir espaços objetivos e subjetivos na universidade o lugar de produção de linguagem o para que, na dialética entre o coletivo e o individual, a construção da autoria se efetive. E que nesse sentido, as práticas de leitura e escrita, no contexto da sociedade digital, possam ser vivenciadas na perspectiva de incentivo à produção intelectual, bem como na intenção de proporcionar ao graduando o professor em formação o a autonomia para escrever e inscrever-se como autor, no seu percurso labiríntico pelas malhas da rede digital, entendendo que é o ato de escrever que faz o autor (SILVA, 2008, p. 413-414).

A questão do autor também foi muito abordada por Roland Barthes (1988), que escreveu sobre as diversas formas de pensar sobre o autor e autoria de um texto. Para ele,

[...] um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação: mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura: a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia: ele é apenas esse *alguém* que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é constituído o escrito. [...] para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor. (BARTHES, 1988, p. 70-71)

Ainda falando da constituição de um texto, Barthes (1988) diz o seguinte:

[...] um texto não é feito de uma linha de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a mensagem do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saída dos mil focos da cultura. (BARTHES, 1988, p. 68-69)

Assim como Foucault e Barthes, Mikhail Bakhtin ajudou a definir um novo paradigma nas Ciências Humanas, discutindo e refletindo sobre concepções modernas e fundamentais como o enunciado, o autor, a autoria, o dialogismo, o polifonia. Para Bakhtin (1997), a atividade humana está diretamente ligada à comunicação e ao uso da linguagem, considerando-se que o uso da língua se dá por meio de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos. Na visão de Bakhtin, o discurso é uma concepção dialógica presente nos processos de comunicação no contexto da linguagem. No diálogo, a interação com o outro é constante e essa interação do eu com o outro se constitui pelo dialogismo. Essa interação, seja escrita ou oral, entre o eu e o outro, acontece de forma simultânea, ativa, dinâmica e, principalmente, responsiva entre os interlocutores. O eu não existe sem a perspectiva do outro.

Além do conceito de dialogismo, podemos mencionar os estudos realizados por Bakhtin referentes à polifonia que marca a multiplicidade de vozes presentes numa mesma obra. Dessa forma, a polifonia indica a presença de obras que aparecem dentro de outra. Da concepção de Bakhtin, as autoras Pires e Tamanini-Adames (2010) apreendem que a polifonia é parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam, e que todo discurso é formado por diversos discursos. E ainda, os sujeitos se constituem na e pela interação. O discurso, construído a partir do discurso do outro, nunca está concluso. (PIRES; TAMANINI-ADAMES, 2010 p. 66).

Em relação ao autor e autoria, destaca-se o trecho abaixo que revela o pensamento de Bakhtin (1997) sobre o tema.

[...] o autor da obra manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra. Esse cunho de individualidade apostado à obra é justamente o que cria as fronteiras internas específicas que, no processo da comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural — as obras dos antecessores, nas quais o

autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc. (BAKHTIN, 1997, p. 298)

Observa-se que as concepções de Bakhtin a respeito do dialogismo e da polifonia também estão presentes no trecho destacado acima, pois o autor considera que toda obra é criada a partir de enunciados já existentes e pronunciados por outros.

Toda essa temática também está diretamente relacionada com a questão da intertextualidade. A filósofa Júlia Kristeva é uma estudiosa da obra de Bakhtin e, a partir de estudos sobre dialogismo, definiu bem o termo *intertextualidade*: *todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto* (KRISTEVA, 2005, p. 68). Ainda segundo a autora,

[...] o dialogismo bakhtiniano designa a escritura simultaneamente como subjetividade e como comunicatividade, ou melhor, como intertextualidade; face a esse dialogismo, a noção de pessoa-sujeito da escritura começa a se esfumar para ceder lugar a uma outra, a da ambivalência da escritura. (KRISTEVA, 2005, p. 71)

O autor pode se servir da palavra de outrem para nela inserir um sentido novo, conservando sempre o sentido que a palavra já possui. Resulta daí que a palavra adquire duas significações, que ela se toma ambivalente. Essa palavra ambivalente é, pois, o resultado da junção de dois sistemas de signos. (KRISTEVA, 2005, p. 76)

Considerando a questão da intertextualidade, vale mencionar a autora Olival (1990), que realizou um estudo relacionando a intertextualidade com o plágio. Olival destaca que na intertextualidade, ao misturar texto, o autor procuraria transformá-lo, reconstruí-lo inovando. Nesse sentido, faz a distinção entre intertextualidade e plágio, pois o plágio é *um intertexto só que inócua quanto ao efeito da nova estrutura; desprovido da intenção da recriação, da renovação, da proposta crítica* (OLIVAL, 1990, p. 159-160). Ainda segundo a autora,

[...] plágio é aquilo que imita sem organizar, sem transformar, que imita por atitude de xerox, por pobreza de proposta, por ausência de criatividade, por desconhecimento dos preceitos éticos e conseqüentemente desrespeito aos direitos de um autor. (OLIVAL, 1990, p.161)

Para Olival (1990), no plágio, a autoria é duvidosa porque tem o objetivo de *usurpar o direito à estrutura de origem enquanto que, na intertextualidade, há uma apropriação dessa estrutura como meio para seu verdadeiro fim: a recriação, o olhar crítico* (Idem, p. 160). Nesse caso, citações e

notas explicativas dos reais autores regularia a prática da intertextualidade, demonstrando uma sensibilidade ética.

Considerando as interfaces de um texto, de um discurso e do processo de criação, Pedro Demo elabora uma visão interessante do que seria plágio e autoria. Para o autor, não há plágio que seja só plágio, assim como não há criação que seja só criação. Contudo, faz uma distinção do que seria plágio cru ou o procedimento de reprodução direta e apropriação do reproduzido, como seria xerocar texto alheio e por seu nome como autor. Em todos esses casos, estamos diante de fraude por apropriação indébita (DEMO, 2011b, p. 128). Mas, desconsiderando o plágio cru ou reprodução pura e simples, o autor entende que qualquer texto plagiado (reproduzido) revela alguma autoria, mesmo quando se agrega modificação ínfima. Torna-se, então, difícil, se não impossível, delimitar com clareza quando o texto é suficientemente original ou suficientemente plagiado (Idem, p. 128). Para o autor, todo texto, por mais brilhante e engenhoso que seja, implica recorrências linguísticas e culturais, gramáticas e códigos repetidos, sem falar em ideias compartilhadas (Idem, p. 129):

Esta condição também é lógica, no sentido de que todo discurso supõe outros discursos, antes e depois, enredando-se em círculos sem fim: não há como definir um termo sem recorrer a termos ainda não definidos; não há como pretender palavra primeira ou última. Toda criação não é final, pode ser recriada, assim como toda criação envelhece e carece de ressurreição. Do nada não sai nada; só sai do que já existe. Nem por isso abandonamos o conceito de criatividade. (DEMO, 2011b, p. 129)

Podemos relacionar o que foi arrazoado por Pedro Demo com o que disse Bakhtin sobre o problema do texto. Para Bakhtin, é

[...] possível a reprodução mecânica da impressão digital (em qualquer quantidade de exemplares). Dá-se o mesmo com a reprodução, igualmente mecânica, de um texto (a reimpressão, por exemplo), mas a reprodução do texto pelo sujeito (volta ao texto, releitura, nova execução, citação) é um acontecimento novo, irreproduzível na vida do texto, é um novo elo na cadeia histórica da comunicação verbal. (BAKHTIN, 1997, p. 332)

Ainda segundo Bakhtin, assim como a construção de um texto se dá com a interação com outros textos, o mesmo ocorre com a construção do autor, pois

[...] o autor de uma obra literária (de um romance) cria um produto verbal que é um todo único (um enunciado). Porém ele a cria com enunciados heterogêneos, com enunciados

do outro, a bem dizer. E até o discurso direto do autor é, conscientemente, preenchido de palavras do outro. (BAKHTIN, 1997, p. 343)

O que podemos absorver da concepção de cada um desses autores sobre autor e autoria é que são conceitos complexos e vêm se modificando na contemporaneidade, principalmente nos dias atuais, com a internet e as novas tecnologias de informação e comunicação. Dessa forma, é importante discutir a concepção de autor, considerando a sua complexidade e as transformações advindas com a internet e com a nova era digital. Assim, vale registrar o pensamento de Alves (2015), sobre a concepção de autor na modernidade:

Considero importante enfatizar a contemporaneidade da questão do estatuto da autoria. Entendo que a figura moderna do autor está sofrendo uma intensa e radical alteração. A *internet* e os novos meios digitais vêm desencadeando um processo que coloca em questão a forma-livro e a autoridade autoral, além de subverter as formas de controle e os modelos comerciais, muitos deles estabelecidos desde o século XVIII. Novas tecnologias de poder e inéditas posições-sujeito emergem no seio daquilo que se convencionou chamar de *ôcibercultura*, entendida como uma formação histórica, um conjunto de práticas e representações que se baseiam nas redes telemáticas e que se desenvolvem com a crescente mediação da vida cotidiana pelas tecnologias da informação, que se tornam cada vez mais ubíquas. (ALVES, 2015, p. 94)

Ainda considerando a questão da autoria no meio digital, é pertinente citar o projeto da Wikipédia, licença livre de código aberto, que tem por princípio a construção coletiva de textos sem autoria definida. Nesse ambiente, o conhecimento é construído coletivamente a partir da contribuição de cada indivíduo. Sendo assim, a autoria não é identificável, pois ela é comunitária, pertence à comunidade que contribuiu para aquele projeto, nesse caso, a construção de um texto sobre um determinado assunto.

De acordo com Johnson (2009),

[...] uma das características centrais do projeto geral Wikipedia é a abertura para que qualquer pessoa, independente de faixa etária, sexo e grau de escolaridade, possa participar escrevendo artigos, modificando e editando os já existentes na enciclopédia, independentemente do nível de conhecimento sobre o tópico em questão. Essa filosofia de escrita coletiva diverge radicalmente da forma tradicional de escrita das enciclopédias impressas sempre produzidas com a contribuição de acadêmicos e especialistas reconhecidos em suas áreas de competência que recebem créditos pelo seu trabalho. Na Wikipédia, uma vez que os verbetes são criados por múltiplos autores e editores, nenhuma pessoa pode reivindicar crédito pelo resultado. (JOHNSON, 2009, p. 24)

Considerando o ambiente acadêmico, é comum, e até desejável, o desenvolvimento de pesquisas científicas em colaboração, isto é, a construção do conhecimento muitas vezes ocorre com a participação de vários pesquisadores que trabalham juntos no desenvolvimento dessas pesquisas. É usual, nesse processo, a constituição de redes de pesquisa em colaboração, envolvendo pesquisadores de diversas partes do mundo e de diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, a produção científica, resultado dessas pesquisas, também são publicações conjuntas que ocorrem em coautoria.

A tese defendida por Vanz (2009) investigou as publicações nacionais indexadas pelo SCI do ISI no período de 2004-2006. O objetivo da pesquisadora era de aprofundar e entender a colaboração científica na comunidade brasileira. Na realização de sua pesquisa Vanz (2009) identificou que

[...] a co-autoria entre indivíduos cresceu ao longo do triênio, representando cerca de 96% da produção nacional. A média de autores por artigo é 6,3. A análise das instituições revela que a produção concentra-se em poucas instituições, a maioria universidades públicas localizadas em regiões específicas. A média de instituições por artigo é 2,4, e o exame das instituições mais produtivas destacou a prática da co-autoria intra-institucional. (VANZ, 2009, s.p.)

Garcia *et al.* (2010) também pesquisaram sobre a autoria em artigos científicos, considerando os desafios que esse tema nos apresenta. Para os autores

[í] a coautoria é amplamente aceita no mundo científico e até estimulada por colocar diferentes autores, institutos e instituições em contato para enfrentar grandes problemas. No entanto, é preciso observar certos critérios para evitar que esses objetivos fiquem em segundo plano e ela seja utilizada apenas como recurso para aumentar índices de produtividade de pesquisadores incluídos no trabalho por status ou por terem legitimidade no meio, não pela efetiva participação. (GARCIA *et al.*, 2010, p. 561)

Da citação acima, podemos apreender que as pesquisas realizadas em colaboração são importantes para o avanço da ciência, apesar de os autores apresentarem certa preocupação em relação à questão da ética e integridade no desenvolvimento dessas pesquisas.

O estudo de Garcia, *et al.* (2010, p. 561), considerando o trabalho de outros autores, registra que as áreas de física e de biomédica têm tradição na publicação de artigos com múltipla autoria, cita como exemplo, um artigo na área de física que foi assinado por 1.681 autores. Na área biomédica a publicação com mais de cem autores deu origem ao fenômeno de hiperautoria. Nas áreas de

humanas a coautoria é mais recente, mas vem crescendo, principalmente na Psicologia, Economia e Ciências Sociais.

Em suma, na sociedade contemporânea, considerando as mídias digitais disponíveis, principalmente a internet, a identificação do autor é complexa e muitas vezes sem qualquer relevância, como por exemplo no caso da política da wikipédia. Nesse sentido, nos parece, que o conceito de autoria está em cheque e precisa ser revisto. Assim, é pertinente retomar a pergunta realizada por Foucault (1969) "O que é um autor?", porém, aqui a pertinência da pergunta seria "Quem é o autor?" Fica, então, a pergunta para reflexão.

Voltando o foco para o ambiente acadêmico o espaço do conhecimento, da criação, inovação e originalidade os estudos realizados por esses autores, aqui referenciados, mostram a necessidade de uma discussão mais aprofundada do processo de formação do aluno referente à construção do autor.

Vimos que a discussão sobre os direitos autorais vem sendo amplamente debatido, principalmente no meio acadêmico, visto as facilidades que a internet oferece para o livre acesso às informações que são constantemente disponibilizadas. Contudo, a liberdade de uso das informações não é ilimitada, tendo em vista que a lei de Direitos Autorais apresenta diversas restrições de proteção a autores e obras.

Por um lado, temos uma excelente ferramenta para divulgar e acessar, de forma universal, qualquer conteúdo de pesquisa, ampliando, conseqüentemente, o acesso à educação e à cultura, por outro, temos as restrições jurídicas de poder copiar, colar e divulgar conteúdos disponibilizados na rede. Nesse sentido, é oportuno e relevante comentar a proposta do *Creative Commons*, que tem a preocupação de divulgar o conhecimento de forma ampla, protegendo os direitos do autor e sem ferir a lei de Direitos Autorais; lei, essa, considerada extremamente restritiva, principalmente na esfera acadêmica, conforme já mencionado nesse trabalho.

2.1. Acesso Aberto: A Proposta do *Creative Commons*

A Lei de Direitos Autorais é de grande relevância na proteção dos direitos do autor, no entanto, já

considerada muito restritiva, principalmente no meio acadêmico. Dessa forma, uma solução encontrada, inclusive com respaldo jurídico, foi o acesso aberto da informação científica.

Andrade e Muriel óTorrado (2017) definem o movimento de Acesso Aberto ou Open Access (OA) como

[í] um movimento que está ligado à disponibilização aberta da informação, sem restrição de acesso, seja via meio eletrônico ou pela concessão de cópias impressas para qualquer finalidade. Trata-se da liberação da divulgação de resultados científicos em espaços abertos, em contraposição com o modelo restrito de comunicação científica, representado entre outros, pelas grandes bases de dados que impõem um pagamento para acessar às obras. A ideia subjacente é que autores e leitores tenham acesso as pesquisas de terceiros, sem que o dinheiro seja uma barreira. (ANDRADE; MURIEL-TORRADO, 2017, p. 2)

A *Open Archives Initiative* (OAI), de acordo com Silva e Alcará (2008), criada no Novo México (EUA), em 1999, na Convenção de Santa Fé, foi um marco importante para a dissiminação dessa filosofia, visto que definiu ãos princípios básicos do acesso aberto à produção científica (Idem, 2008, p. 1). A partir dessa iniciativa de acesso aberto, o movimento passou a ser amplamente discutido e a partir do ano 2000 e ganhou força com a Declaração de Budapeste, elaborada em dezembro de 2001, após encontro organizado pela *Open Society Institute* (OSI), com o objetivo de discutir o tema sobre o acesso livre à literatura científica. Essa declaração foi fundamental para elaboração de princípios e estratégias de acesso aberto e, por isso, de suma importância para esse movimento.

Além da Declaração de Budapeste, outras duas declarações foram fundamentais para o movimento de acesso aberto, a Declaração de Bethesda Statement on Open Access Publishing e a Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades.

A Declaração de Bethesda foi realizada em 11 de abril 2003 na sede do Howard Hughes Medical Institute em Chevy Chase, Maryland, Estados Unidos, após reunião de cientistas, editores, bibliotecários da área de biomédica, ãteve a proposta de estimular as discussões na comunidade de pesquisas biomédicas direcionadas à concretização efetiva do acesso aberto à literatura científica. (ARAYA; VIDOTTI, 2010, p. 124). Segundo as autoras, a Declaração de Bethesda indicou duas condições para que uma publicação científica possa ser considerada de acesso livre, a saber:

O(s) autor(es) e o(s) detentor(es) do copyright garantem a todos os usuários o direito de acesso gratuito, irrevogável, global e perpétuo; e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e para fazer e distribuir obras derivadas, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um número pequeno de cópias para seu uso pessoal.

2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença como estabelecido acima, em um formato eletrônico padrão adequado é depositado logo após a publicação inicial em pelo menos um repositório on-line mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra organização devidamente estabelecida que procure promover o acesso aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento a longo prazo (a PubMed Central é um desses repositórios para as ciências biomédicas). (Bethesda Statement on Open Access Publishing, 2003, tradução nossa) (ARAYA; VIDOTTI, 2010, p. 124)

A Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento e Humanidades foi criada em Berlim, em outubro de 2003, por representantes de importantes instituições científicas europeias e, segundo Silva e Alcará (2008),

[í] foi elaborada de acordo com as idéias das declarações de Budapeste e Bethesda e, entre as recomendações do documento, está o incentivo aos pesquisadores para que publiquem seus trabalhos dentro da filosofia do acesso aberto. Além disso, reforça a necessidade de avaliação da produção disponível em acesso aberto, visando assegurar os padrões de qualidade. (SILVA; ALCARÁ, 2008, p. 2)

Ainda segundo Silva e Alcará (2008, p. 2), com as três Declarações, Budapeste, Bethesda e Berlim, o movimento de acesso aberto à informação científica ganha proporções mundiais e recebe apoio de diferentes organizações, todas com o objetivo de conscientizar universidades, pesquisadores e demais produtores de informação científica a inserirem-se nessa nova filosofia.

Os autores Oliveira e Gomes (2013, s.p.), citando Zanaga e Liensenberg⁵ (2008), afirmam que existem inúmeras licenças de uso flexível, aplicadas às mais variadas áreas de produção intelectual e citam alguns exemplos: *General Public License (GPL)*, *Open Source Journalism (OSJ)*, *Free Art License*, *Common Documentation License*, *Open Music Licenses*, *EFF Open Audio License*, *Open Content License* e *Creative Commons*. Contudo, esse trabalho será direcionado para ressaltar algumas características das licenças da *Creative Commons*.

⁵ ZANAGA, Mariângela; LIESENBERG, Hans Kurt Edmund. Autoria e compartilhamento social: a criação de conteúdos na Internet. Disponível em: < <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/autoria-e-compartilhamento-social-cria%C3%A7%C3%A3o-de-conte%C3%BAdos-na-internet>>

Mantovani *et al.* (2006) assevera, que a Creative Commons fundamentou sua proposta no modelo do movimento de *software* livre, tomando por base as próprias leis que protegem os direitos autorais para flexibilizá-la e propor alternativas de acesso à informação sem ferir os direitos dos autores. Isso é possível porque a Lei de Direitos Autorais ãoã ao autor a prerrogativa de estabelecer as condições de uso de suas obras de acordo com o seu próprio arbítrio, ele pode relaxar as condições determinadas por lei que julgar inadequadas ao estabelecer uma licença específica de uso mais flexívelö. (MANTOVANI *et al.*, 2006, p. 263-264)

Segundo consta em seu site o ãCreative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitosö. Foi criada em 2003, por iniciativa do professor Lawrence Lessig, atualmente sediada na Universidade de Stanford. No Brasil, o projeto é coordenado pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

É relevante mencionar a importante adoção das licenças da *Creative Commons* por parte da Scielo ó Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) uma das principais bases de dados de publicação aberta, que contempla diversas revistas e periódicos acadêmicos do Brasil e da América Latina. (BRANCO; BRITTO, 2013, p. 13-14)

De acordo com Lemos (2005), a *Creative Commons* tem por objetivo

[í] desenvolver licenças públicas, isto é, licenças jurídicas que possam ser utilizadas por qualquer indivíduo ou entidade, para que seus trabalhos sejam disponibilizados na forma de modelos abertos. Em outras palavras, o Creative Commons cria instrumentos jurídicos para que um autor, um criador ou uma entidade diga de modo claro e preciso, para as pessoas em geral, que uma determinada obra intelectual sua é livre para distribuição, cópia e utilização. Essas licenças criam uma alternativa ao direito da propriedade intelectual tradicional, fundada de baixo para cima, isto é, em vez de criadas por lei, elas se fundamentam no exercício das prerrogativas que cada indivíduo tem, como autor, de permitir o acesso às suas obras e a seus trabalhos, autorizando que outros possam utilizá-los e criar sobre eles. (LEMOS, 2005, p. 82-83)

As licenças disponibilizadas pelo *Creative Commons* conseguiram romper com muitas restrições previstas em leis para favorecer o acesso, o uso e o compartilhamento de obras, podendo essas obras serem copiadas, distribuídas, editadas, remixadas. Lemos (2005) afirma que é exatamente isto o que um modelo de licenciamento como o *Creative Commons* faz, isto é,

[í] cria meios jurídicos para que autores, criadores e outros detentores de direitos possam indicar a todos que eles não se importam com a utilização de suas obras por outras pessoas. Isso é feito por meio das mencionadas licenças públicas, dos contratos de licenciamento, tendo, de um lado, o autor e, do outro, a sociedade e todos os interessados de modo geral. Trata-se de textos standards, que padronizam o entendimento sobre o licenciamento e sobre o tipo de direito que está sendo disponibilizado. (LEMOS, 2005, p. 84)

A *Creative Commons* disponibiliza vários tipos de licenças com características de acesso distintas, constituídas de combinações de cláusulas escolhidas pelo autor. Dessa forma, tais licenças não ferem os direitos do autor atribuídos por lei, pelo contrário, pois ao disponibilizar suas obras têm a chance de divulgar suas criações, e os usuários, por terem acesso livre às obras disponibilizadas, devem sempre atribuir os devidos créditos aos seus autores. Nesse sentido, Lemos afirma que

A cláusula comum a todas as possíveis licenças promovidas refere-se à exigência de reconhecimento da autoria. Todas elas também permitem que cópias possam ser tiradas livremente e sem a necessidade de consulta prévia ao autor da obra que está sendo copiada. Uma outra cláusula permite ou não o uso comercial da obra liberada e uma terceira permite ou não a derivação de novos trabalhos. Caso autorizada a derivação de novos trabalhos, então o autor original pode ainda requerer ou não que a obra derivada seja liberada sob a mesma licença de uso adotada para o trabalho original. Portanto, todas as obras liberadas sob uma licença promovida pela *Creative Commons* podem ser usadas livremente e sem custo, para fins não-comerciais e, dependendo das escolhas feitas pelos autores, também para fins comerciais. Se trabalhos derivados são autorizados, então a obra pode ser modificada ou uma parte dela incorporada em outra. (LEMOS, 2005, p. 264)

Trazendo a discussão do acesso aberto para o campo educacional, Mantovani *et al.* (2006) ressaltam a importância de se compartilhar o conhecimento produzido não só no sentido da divulgação, sobretudo no sentido da transformação para a efetivação do conhecimento do outro, seja ele aluno ou professor. (MANTOVANI *et al.*, 2006, p. 258). É fato que a divulgação e transformação do conhecimento é de grande relevância para a educação e a adesão do Scielo no processo de acesso aberto contribui imensamente para o acesso à literatura científica, considerando que disponibiliza toda a sua base de periódicos e artigos por meio do *Creative Commons*.

Para Mantovani *et al.* (2006, p. 270), a promoção de facilidades de uso e de compartilhamento de conteúdos representa uma estratégia importante não só para a preservação da cultura, mas também para a inovação, a experimentação e o desenvolvimento, princípios básicos da educação para aplicação na sociedade.

Apesar de enfatizarmos nesse trabalho as produções científicas, vale mencionar que as licenças do *Creative Commons* podem ser utilizadas para quaisquer obras, tais como música, filme, texto, foto, blog, banco de dados, compilação, software ou qualquer obra passível de proteção pelo direito autoral. (LEMOS, 2005, p. 85).

Em suma, podemos dizer que as licenças da *Creative Commons* são flexíveis, porém reconhecem sempre a autoria, construídas com cláusulas escolhidas pelos autores, podem ser usadas livremente, sem custos, permitindo a realização de cópias e edições sem autorização do autor, possibilitando o uso não comercial e até comercial, dependendo do tipo da licença. Essa liberdade e flexibilidade possibilitam produzir e criar a partir da produção e criação do outro, apresentar novos resultados e produtos, contribuindo para a construção de autoria e do conhecimento, sem ferir os direitos autorais.

2.2. Transformações tecnológicas e a prática de plágio

Nas últimas décadas, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação transformou a sociedade de uma forma geral. As novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam outras formas de experimentação, um novo modo de pensar, nos dá uma visão globalizada do mundo, fazem parte de nossa rotina, interferem em nossas vidas e no nosso modo de ser, exercendo, assim, forte influência na sociedade. Essas tecnologias, principalmente a internet, permite acessibilidade a todo tipo de informação, inclusive em tempo real, permitindo a difusão e circulação da informação de forma democrática e globalizada.

Na educação, no ambiente acadêmico e de pesquisa, a utilização das tecnologias é intensa, e vem sendo usada como poderoso instrumento de pesquisa entre alunos e professores, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico. A internet oferece acesso rápido a diversas fontes, de diferentes conteúdos, favorecendo a aquisição da aprendizagem e do conhecimento de forma dinâmica e autônoma. Assim, podemos dizer que as tecnologias da informação e de comunicação tem mudado a forma de ensinar e de aprender e, nesse contexto, o professor atua mais como mediador do processo de ensino-aprendizagem, indicando aos alunos formas de buscar informações, auxiliando em sua formação, para que alcance autonomia para buscar o conhecimento

necessário.

No contexto de ensino e aprendizagem, o professor tem um papel primordial na formação de novos profissionais, cidadãos que, se bem formados, integrarão e atuarão no mundo globalizado e tecnológico de forma exitosa. Contudo, o professor deve estar atento para a forma que o aluno tem utilizado a internet, na busca de novos conteúdos que favoreçam o seu potencial de aprendizagem, de capacitação e de formação. O olhar atento do professor é importante porque, com tantas facilidades que a internet oferece na busca de conteúdos, muitos alunos estão caindo na tentação do plágio e abrindo mão de se tornarem autores de suas próprias obras. Assim, apresentam textos e trabalhos alheios como se fossem de autoria própria, comprometendo, por consequência, o seu processo de crescimento e aprendizagem na construção da escrita e na formação do sujeito-autor. Dessa forma, se já era difícil definir o conceito de autor e de autoria, devido à sua complexidade, com o surgimento da internet e as facilidades de acesso às tecnologias da informação, essa tarefa ficou ainda mais difícil.

Como dito antes, a internet é uma fonte rica de conhecimento e o acesso à informação facilita o processo de aprendizagem do aluno, no entanto, a falta de ética leva ao mau uso da rede na apropriação de trabalhos alheios e faz crescer os casos de plágio, o que vem se tornando uma grande preocupação no meio acadêmico, visto que essa prática representa um desrespeito aos direitos do autor e uma violação da propriedade intelectual, apesar das sanções previstas na Lei de Direito Autoral, conforme já mencionado anteriormente.

Para Silva (2008), a prática de plagiar existe há muito tempo, bem antes da *internet*; mas com ela esse ato torna-se uma possibilidade aberta ao infinito (SILVA, 2008, p. 361). Numa pesquisa realizada sobre plágio, a autora identificou que, nesse mundo de possibilidades que é a internet, a facilidade de contato com textos e obras digitais acaba por desencadear o ato de plagiar. Porém, o que se espera é a utilização da internet como uma fonte de pesquisa e de conhecimento e não a sua utilização para apropriação intelectual indevida, para a prática de plágio. Nesse sentido, vale registrar mais uma vez o pensamento de Pedro Demo sobre o papel do professor no uso das tecnologias como ferramenta de aprendizagem:

O papel do professor precisa ainda incluir a habilidade de fazer das tecnologias meio de aprendizagem, não fim em si mesmas. Entre tantos desafios está o de educar o estudante para **pesquisar e elaborar na internet**, não plagiar. A tentação de plágio é enorme, também porque, em ambiente instrucionista, plágio é a regra. Mais que proibir, ameaçar, incentivar, é fundamental cuidar que os estudantes aprendam a pesquisar e a elaborar com maior desenvoltura, fazendo da *internet* a plataforma mais à mão do manejo crítico e autocrítico da informação. (DEMO, 2008, p. 13)

Como já mencionado, a prática de plágio é uma questão séria e tem incomodado as instituições de ensino, os institutos de pesquisa e os editores de revistas científicas, que se vêm obrigados a tomar atitudes de intervenção para coibir essa prática. Uma das medidas que tem sido tomada é a utilização de ferramentas antiplágio para auxiliar na detecção do plágio. Segundo Lima (2011, p. 25), os detectores de plágio são ferramentas automatizadas que tem (*sic*) por objetivo identificar similaridade entre dois ou mais documentos, seja ele documento texto ou código fonte.

Muitos professores também têm feito uso dessas ferramentas antiplágio quando desconfiam da autoria dos textos apresentados por seus alunos. Por um lado, se a internet favoreceu a prática de plágio, por outro, também facilita a sua identificação, haja vista que disponibiliza vários detectores de plágio e vários são gratuitos. Como exemplo, vale citar o artigo publicado por Moretti (2017) que relacionou, no site ViaCarreira, dez dessas ferramentas gratuitas e suas principais características, a saber:

1 ó Google: primeira ferramenta para identificar plágios é bem óbvia e muito utilizada. O motor de busca mais usado do mundo é capaz de encontrar plágios escancarados, basta copiar a frase ou parágrafo suspeito, colar no campo de pesquisa e clicar em "Pesquisar". Colocar o texto entre aspas duplas torna o resultado da busca mais eficaz. Site: <https://www.google.com.br/>.

2 ó Plagiarism detect: essa ferramenta analisa websites, textos e documentos com alto desempenho. O usuário pode, inclusive, fazer o upload do arquivo que precisa passar por verificação na plataforma. O resultado da pesquisa exibe uma porcentagem do conteúdo plagiado e disponibiliza links para trabalhos similares. Site: <http://plagiarism-detector.com/c/es/index.php?>.

3- Plagium: foi criado pela Septet Systems e conta com um grande potencial de busca por documentos na internet. Seu funcionamento é prático e bem simples. Ao acessar a ferramenta, o usuário deve colar o texto com suspeita de cópia no campo de pesquisa. Em seguida, basta clicar em "Busca rápida". A versão gratuita do software online é capaz de analisar textos com no máximo 25 mil caracteres. O Plagium faz uma varredura nos documentos na internet. Em seguida, disponibiliza links que apresentam conteúdos semelhantes ou idênticos. Uma das grandes vantagens dessa ferramenta é o fato de ser em português. Site: <http://www.plagium.com/>.

4 ó Anti-Plagiarism: a ferramenta possui vários recursos interessantes e consegue analisar arquivos em diferentes formatos, como rtf, doc, docx e pdf. Site: <https://sourceforge.net/projects/antiplagiarism/> .

5 ó Ephorus: muitos professores não se contentam com os resultados do Google e buscam uma ferramenta mais parruda, como é o caso do Ephorus. Essa ferramenta é paga, mas você pode solicitar um teste grátis para experimentar. Site: <https://www.ephorus.com/> .

6 ó DupliCker: aparece entre as melhores ferramentas gratuitas para detectar plágio na monografia. Ele analisa textos com até 1000 palavras através da sua caixa de pesquisa. Basta copiar e colar o conteúdo que precisa ser analisado. Também existe a possibilidade de fazer o upload do arquivo na plataforma para fazer a verificação. Site: <https://www.duplichecker.com/> .

7 ó PaperRater: faz a verificação do texto com bilhões de páginas online. O usuário pode usar a caixa de pesquisa ou subir um arquivo para análise. Site: <https://www.duplichecker.com/> .

8 ó PlagiarismChecker: permite checar a existência de plágio em um determinado texto. Site: <http://www.plagiarismchecker.com/help-teachers.php> .

9 ó PlagTracker: também é uma ótima ferramenta para identificar conteúdos plagiados. Versão gratuita da ferramenta, disponibilizada para teste. Site: <http://www.plagtracker.com/> .

10 ó SeeSources: esse serviço online funciona de forma bem simples: o usuário carrega um documento e inicia a verificação. A plataforma não considera apenas as fontes online, mas também um acervo com 20 mil revistas científicas. Em seguida, é gerado um relatório de plágio. Site: <https://www.plagscan.com/plagiarism-check/> .

(MORETTI, 2017 ó site ViaCarreira)

Também de forma institucionalizada as ferramentas antiplágio têm sido cada vez mais utilizadas, ou seja, como política da direção geral das instituições de ensino e isso tem evitado a exposição da imagem institucional, a divulgação e a publicação de trabalhos e artigos plagiados ou com suspeição de plágio, evitando-se a atribuição de títulos indevidos ou a submissão de artigos eticamente condenáveis. O *Turnitin* é uma ferramenta americana e tem sido utilizada por mais de 15 mil instituições de ensino em mundo todo, inclusive no Brasil. É oferecida em mais de 12 idiomas e utilizada por mais de 1 milhão de professores. A ferramenta informa a porcentagem de conteúdo copiado e destaca os trechos que houve plágio, além de agregar ferramentas educacionais (gerenciamento de aulas e ferramentas de revisão por pares para publicações científicas). Somente pode ser utilizada pela instituição, não sendo possível a utilização individual. Parece se tratar de uma boa ferramenta na detecção de plágio, entretanto, não é gratuita.

É importante destacar que essas ferramentas auxiliam no processo de detecção de plágio, contudo, não se trata de uma questão simples, pois, na literatura, não há clareza ou consenso do que é, efetivamente, plágio (grau, quantidade, extensão). De qualquer forma, mesmo com o auxílio dessas ferramentas, cabe ao professor a identificação e a constatação se houve ou não plágio.

A utilização de ferramentas antiplágio é crescente no ambiente acadêmico e editorial, todavia, a melhor forma de encarar esse problema é usar de meios para inibição dessa prática, que deve ser encarada pela instituição com a criação de propostas pedagógicas e educativas e quando necessário a aplicação de sanções.

2.3. Tipos de plágio

Estudos sobre plágio classificaram alguns tipos, sendo que os mais comuns na academia foram caracterizados como: plágio total, integral ou direto; plágio parcial; plágio conceitual; plágio indireto; plágio às avessas; plágio invertido; plágio por encomenda e plágio consentido. Os autores Wachowicz e Costa (2016), sem o intuito de esgotar o assunto, classificaram cada um desses tipos de plágio no livro que publicaram, intitulado "Plágio Acadêmico", sucintamente registrados a seguir.

- a) Plágio Total, Integral ou Direto é quando uma determinada obra é basicamente copiada por inteiro, palavra por palavra, sem citar a fonte. Para os autores esse tipo de plágio vem crescendo no ambiente acadêmico, principalmente pela facilidade de acesso à internet.
- b) Plágio Parcial é uma obra é apresentada como uma, como fruto da concepção de um determinado autor, porém trata-se de um mosaico de partes extraídas de obras de terceiros e se caracteriza pela simples omissão dos créditos para os verdadeiros autores (Idem, p.131).
- c) Plágio Conceitual é o que ocorre quando o plagiado se utiliza do texto de outro autor, escrevendo de outra forma, sem atribuir a devida citação àquele que teve a originalidade da ideia ou da concepção teórica original. Aqui os autores diferenciam o plágio

conceitual de paráfrase, que seria a reescrita por terceiro de um conteúdo existente no texto de outrem, atribuindo-lhe a autoria (Idem, p. 132). Os autores colocam que no plágio conceitual, o texto plagiado se apropria das ideias, concepções e teorias de outros autores sem referenciá-los, mesmo que o texto seja distinto dos originais.

- d) Plágio Indireto é o conteúdo é um reaproveitamento de outros textos e pesquisa de terceiros, sem citar os verdadeiros autores. (Idem, p.135). Citam os seguintes exemplos de plágio indireto:

I. um sumário de um livro ou dissertação, na qual se aproveita toda a estrutura da obra estabelecida por outrem, para reescrever seu conteúdo, dando-lhe assim uma expressão distinta. Porém, tal ato de dissimulação é, sem dúvida, usurpação dissimulada da espinha dorsal da obra de terceiro;

II. a apresentação trabalhos o uso das novas tecnologias na elaboração de *powerpoints*, dentre outras formas de exposição, como o reaproveitamento de planilhas, gráficos e dados sempre que se forem extraídos sem que lhes sejam atribuídas as fontes originais;

III. a reprodução de citações no texto quando forem oriundas de citações utilizadas em outras obras, fruto da pesquisa de outros pesquisadores, fazendo crer como se houvesse sido realizada a pesquisa nas obras e documentos citados. (Idem, p. 134-135).

- e) Plágio às Avessas é o ato de retirar da obra a autoria do seu legítimo autor e atribuí-la a terceiro, que detenha em determinada área do conhecimento grande prestígio (Idem, p. 135). Segundo os autores, isso é muito comum na internet, muitas frases, poemas, crônicas, dentre outros tipos de textos, é atribuído a uma pessoa famosa e conhecida, sem que essa seja o real autor.
- f) Plágio Invertido é também muito utilizado na internet, quando o autor retira o próprio nome da obra para atribuí-la a um terceiro, autoridade naquele campo, buscando atribuir maior reconhecimento e validade à obra (Idem, p. 136). Nesses casos, o autor abre mão de sua autoria e a confere a um terceiro, sem o seu consentimento. Academicamente, Wachowicz e Costa (2016) fazem duas considerações desse tipo de plágio:

I. um primeiro mais restrito em que quem será atingido é a coletividade acadêmica, na medida em que esta terá a ilusão de que determinada produção emerge de uma origem,

que o discurso teórico possui uma fonte de excelência, sem que tais informações não condigam com a realidade; e

II. um âmbito mais amplo, alcançando a própria sociedade, pois todo conhecimento acadêmico tem sua responsabilidade ético-social e tem o seu papel social de transbordar para a sociedade universalizando o conhecimento. (Idem, p.137)

- g) Plágio por Encomenda ó esse tipo de plágio vem ganhando visibilidade no meio acadêmico ó ocorre ã sempre que se contratar um terceiro para que (i) faça integral ou parcialmente um trabalho qualquer monográfico; (ii) realize uma determinada pesquisa ou analise determinado levantamento de dados criação de novas obras intelectuais; e, ainda (iii) produza determinado experimento. Tudo para que, com isto, o plagiado tenha para si os méritos acadêmicos, alcance com êxito os títulos acadêmicos de graduação, mestrado ou doutorado; e ou progressão funcional.ö (Idem, p. 141)
- h) Plágio Consentido ó de acordo com Wachowicz e Costa (2016) esse tipo de plágio é ãaquele em que dois ou mais pesquisadores trocam suas pesquisas, suas produções para que sejam utilizadas por um ou por ambos com o intuito de potencializar suas produções acadêmicasö. (Idem, p. 142)

Wachowicz e Costa (2016) tratam de forma distinta o autoplágio, que segundo eles, é uma terminologia muito conhecida na academia e no meio editorial, que consiste no ato de um pesquisador reutilizar, total ou parcialmente, textos de sua autoria, como se fossem originais e inéditos, sem qualquer referência ao texto anterior. Essa prática é extremamente condenada e eticamente reprovada na academia, pois essa conduta assinala a intenção de fraudar, atitude não compatível com a carreira universitária. O autoplágio, para os autores, pode estar associado às pressões que os pesquisadores sofrem por parte de agências que fomentam a pesquisa para elevar o nível e o volume de produtividade.

Alguns autores mencionam também o plágio acidental, quando os estudantes utilizam conteúdos de outros autores, mas por não saber a forma correta de indicação da fonte, apresentando esses conteúdos como se fossem próprios. Tambor (2016) considera que o plágio acidental é praticado pelo aluno ãpor puro desconhecimento, pois não é orientado sobre o plágio, sobre a reprodução

sem referência, sobre a cópia de textos da internet, etc. A autora lembra, ainda, que o aluno, muitas vezes vindo de escola pública, não acostumado com a prática da pesquisa, das citações, da normalização e, não raras vezes, lhe é imposta uma pesquisa científica sem um preparo prévio e uma explicação sobre a prática da cópia e suas consequências. (TAMBOR, 2016, s.p.)

Podemos perceber, pelos vários tipos de plágio praticados, que há um espaço enorme para a universidade trabalhar, no sentido de disseminar as boas práticas de pesquisa, bem como desenvolver o potencial dos alunos para a escrita acadêmica.

2.4. Formação de docentes e discentes e o processo de construção autoral

Ao pensar na formação de professores, devemos considerar que esse processo está relacionado a questões didáticas, pedagógicas e éticas e deve estar presente em todos os níveis de formação ó educação básica, fundamental e superior. A atuação do professor é determinante no ensino/aprendizagem, pela sistematização, organização e tradução do conhecimento e conseqüentemente pela formação do aluno. Cabe a ele a formação de alunos criativos, críticos e pensadores, preparando-os para atuar como cidadãos capazes de romper paradigmas numa sociedade em constante transformação.

Percebe-se que ser professor não é uma tarefa trivial, pelo contrário, é um grande desafio e responsabilidade, pois a prática docente vai além dos muros da escola, uma vez que prepara e forma novos profissionais capazes de enfrentar desafios que vão se apresentando em todas as áreas do conhecimento. Podemos refletir sobre o termo óformaçãoó citando a concepção de Freire (1996, p. 14): óformar é muito mais que puramente treinar o educando no desempenho de destrezasó. Nesse contexto, para Cardoso (2016),

[...] cabe ao profissional da docência estruturar uma prática pedagógica deslocando o eixo do ensino para a aprendizagem, contemplando o estudante, propiciando-lhe condições para o desenvolvimento de sua autonomia, da criatividade e da reflexividade, para que este se sinta apto ao enfrentamento dos desafios que lhe são postos pelo mundo do trabalho e pela complexidade do atual momento sócio histórico. (CARDOSO, 2016, p. 4)

Dessa forma, o docente assume um lugar estratégico que transcende a mera transmissão de conhecimentos e se preocupa com o estudante em formação, num processo complexo que só é

possível ser este se perceber autônomo e autor de suas práticas (CARDOSO, 2016, p. 5).

Uma questão importante a se considerar é que existe um momento em que o ser aluno se transforma no ser professor/profissional. Não basta ter conhecimento pedagógico da disciplina e de seu conteúdo, pois o ato de ensinar envolve preparação constante, considerando aspectos didáticos e formativos para a construção de novos saberes. Essa questão é colocada por Ramalho (2005) da seguinte forma:

[...] pensar o ensino como atividade profissional, não é suficiente o domínio do conteúdo, se fazem necessários outros saberes, como o chamado conhecimento pedagógico do conteúdo, ou seja, o conhecimento de como um conteúdo se faz compreensível pelos estudantes. No âmbito escolar, a pedagogia se mune dos saberes da didática para desenvolver, dialeticamente, sua prática de ensino. Logo a pedagogia refere-se ao campo de teorização da educação, enquanto a didática diz respeito aos processos e estratégias que fundamentam a arte de ensinar. Uma é requisito para a outra daí, a dificuldade de conceber uma ação educativa formalizada sem o conhecimento formal fornecido pela pedagogia e o aporte do campo da didática. (RAMALHO., 2005, p. 18)

Nesse sentido, ainda segundo Ramalho (2005),

[...] o ato de ensinar se apóia em uma base de conhecimento com seus saberes pedagógicos, nos quais os professores podem legitimar, julgar e validar e, portanto, fundamentar a sua ação na sala de aula. Isso nos leva a pensar o trabalho do docente do ensino superior afastado de um certo amadorismo persistente e anacrônico. (RAMALHO 2005, p. 24)

Quando falamos de saberes, podemos mencionar os estudos de Tardif (2005) sobre os saberes docentes. Para o autor,

[...] a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais. (TARDIF, 2005, p. 36)

Ainda segundo Tardif (2005, p. 39) o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos. Para dar conta de acompanhar todas as mudanças que ocorrem constantemente na sociedade, cada vez mais tecnológica e informada, é necessário que o professor esteja atento à sua

formação permanente, pois para ensinar é preciso aprender. É uma troca constante de ensino e aprendizagem. Nesse mesmo contexto, para garantir uma educação de qualidade, as instituições de ensino também buscam constante atualização e formação permanente de seu corpo docente, a fim de garantir, por sua vez, a formação de alunos criativos e atualizados no contexto social e econômico que o mundo moderno exige.

Para formar alunos pensantes, bem informados e inovadores, capazes de desempenhar suas profissões com a competência que o mercado competitivo e globalizado requer, temos que contar com professores também bem formados, informados e criativos. Para lidar com essa realidade é necessária constante formação, ou seja, uma formação permanente. É interessante notar que a busca de formação permanente ocorre dos dois lados: do professor, para formar bem os seus alunos; e dos alunos, que, uma vez inseridos no mercado de trabalho, também necessitam buscar atualização constante, pois essa é uma exigência do mundo moderno. Desse modo, se forma um ciclo virtuoso, ensino e aprendizagem, envolvendo professores, alunos e profissionais numa busca constante de conhecimento e de autonomia. Na lógica do mundo globalizado, esse é o processo esperado para se manter ensino e aprendizagem de forma permanente, caso contrário todos os envolvidos ó professores, alunos e profissionais ó ficam obsoletos e fora do contexto.

Contudo, é importante registrar o que Demo (2011a) diz sobre a formação permanente. Para o autor, essa busca deve ser da esfera pessoal e não uma imposição do mercado:

A mente dos seres vivos não funciona como xerox, porque são entidades capazes de construir autonomia própria, funcionando de dentro para fora, na condição de sujeitos ativos. São dinâmicas tipicamente reconstrutivas, hermenêuticas, na acepção de que entendem a realidade agindo reconstrutivamente sobre ela, não a copiando, repassando, reproduzindo. Trata-se de mudanças acionadas de dentro, profundas e que definem a razão histórica de ser, montando um tipo autopoietico de identidade: a pessoa continua idêntica porque muda, não porque não muda. Formação permanente passa a querer dizer que vamos nos fazendo, desfazendo e refazendo a vida toda, sem fim, com o objetivo maior de desenvolvimento pessoal e social, não mercadológico. Aprendemos para a vida, não para o mercado, por mais que não seja o caso interpor qualquer dicotomia. (DEMO, 2011a, p. 34-35)

Pedro Demo complementa o seu pensamento de formação permanente da seguinte forma:

No conceito de formação permanente comparece, por isso, a expectativa de grande profundidade de que a pessoa permaneça se repensando a vida toda, mantendo-se

atualizada pela via da habilidade de desconstrução e reconstrução. Esta pressão, como regra, provém do mercado, mas não é uma noção mais apropriada, claramente. Para manter-se competitivo, o mercado precisa repensar-se toda hora. No caso do ser humano, o desafio está no horizonte do bem comum, o que torna desafio maior, por exemplo, repensar a democracia, a política social e econômica, o igualitarismo, os direitos humanos, as éticas, as multiculturalidade, etc. (DEMO, 2011a, p. 35-36)

As autoras Bolsan e Isaia (2010) discutem novos sentidos de professoralidade na universidade, sustentando que não é possível falar de aprendizagem docente sem referência aos discentes em seus percursos formativos, considerando que existe uma reciprocidade no processo de formação: ao mesmo tempo em que os professores formam, também se formam. Para as autoras,

[...] a construção da aprendizagem de ser professor, portanto, é colaborativa, faz-se na prática de sala de aula e no exercício de atuação cotidiana da universidade. É uma conquista social, compartilhada, que envolve trocas e representações. Com essa postura, o professor está produzindo sua professoralidade, o que implica não só em dominar conhecimentos, saberes, fazeres de determinado campo, mas também na sensibilidade em termos de atitudes e valores que levem em conta os saberes da experiência. Esta, contudo, precisa ser entendida a partir de uma ótica de reflexão sistemática na qual o foco está nas relações interpessoais, componente intrínseco ao processo de ensinar, aprender, formar-se e, conseqüentemente, desenvolver-se profissionalmente. (BOLZAN; ISAIA, 2010, p. 16)

O pensamento das autoras Bolsan e Isaia, referente a uma formação compartilhada, que envolve trocas e representações, é também o pensamento de Nóvoa (1992). Para esse autor, a formação não se dá de forma isolada, pois envolve vários atores, individuais, coletivos, sociais, profissionais e institucionais.

O território da formação é habitado por actores individuais e colectivos, constituindo uma construção humana e social, na qual os diferentes intervenientes possuem margens de autonomia na condução dos seus projectos próprios. A formação continua é uma oportunidade histórica para que se instaurem dispositivos de parceria entre os diversos actores sociais, profissionais e institucionais. (NÓVOA, 1992, s.p.)

Como vimos, a formação envolve várias situações e atores ó docentes, discentes, as instituições e a sociedade ó, cabendo a cada um o desempenho de um papel. Aos professores e alunos a busca pela formação permanente para desempenharem bem os seus papéis na sociedade. No percurso de formação, o professor é como um espelho para o aluno, por isso, ao ensinar, se o professor articula bem os seus saberes, pessoais, experimentais, curriculares e pedagógicos, certamente conseguirá motivar seus alunos para o processo de aprendizagem e construção do conhecimento. Assim, conforme bem colocado por Demo (2011a), se o professor sabe aprender, saberá ensinar e se

colocando como autor, construirá sua própria autonomia, contribuindo para a construção da autoria e autonomia, por sua vez, de seus alunos.

Em estudo sobre a construção da autoria na formação do professor, Cardoso (2016, p. 3) assevera que a autoria implica o ato de o sujeito *expressar a si mesmo*, escrever seu próprio nome, inscrever-se aí, em quaisquer circunstâncias individuais e sociais; implica em saber-ser-sendo. Compreendendo-se o Sujeito/Autor como pessoa que atua com a sua subjetividade, proposicionalmente, criando estratégias, respostas, apropria-se de suas experiências-vivências e se constitui autor, reinventando-se (Idem, p. 14). Contudo, é importante mencionar que para a autora cada sujeito produz a sua própria forma de ser autor, não se pode definir, ou melhor, ter um conceito fechado de autoria (Idem). Assim, para a trajetória de formação do professor funcionar,

[...] o sujeito precisa ser/estar envolvido, iniciar um processo formativo e deixar as coisas acontecerem para que esse processo autoral aconteça e lhe possibilite enxergar a sua realidade subjetiva, profissional, cognitiva, intelectual, institucional, para, a partir de então transformá-las. (CARDOSO, 2016, p. 15)

Por fim, para finalizar esse item, vale citar Paulo Freire que chama a nossa atenção para a

[...] responsabilidade ética no exercício da tarefa docente. Sublinhar esta responsabilidade igualmente àquelas e àqueles que se acham em formação para exercê-la. [...] da necessária eticidade que conota expressivamente a natureza da prática educativa, enquanto prática formadora. Educadores e educandos não podemos, na verdade, escapar à rigorosidade ética. (FREIRE, 1996, p. 15)

Em síntese, podemos concluir que no processo de ensino e aprendizagem e de construção da autoria temos dois atores de grande relevância, professor e aluno, que interagem todo o tempo durante o processo de formação. Nessa relação, o aluno é um agente ativo e participativo, enquanto o professor atua como mediador do ensino e da aprendizagem. Dessa forma, não cabe somente ao professor a responsabilidade pela formação, mas também ao aluno, que deve atuar como ator principal no seu processo de aprendizagem, de autonomia e de se constituir autor.

2.5. O papel da instituição e a escrita acadêmica

Em uma sociedade, as instituições de ensino, principalmente as universidades, exercem um importante papel na transformação e construção do conhecimento, além da responsabilidade da

formação de alunos, futuros profissionais que atuarão em todas as áreas do conhecimento.

Assim como a sociedade, essas instituições vêm sofrendo transformações ao longo dos anos, sendo um desafio constante ter que repensar o seu papel social, para cumprir o objetivo de contribuir para o avanço da ciência e para o desenvolvimento científico e tecnológico, social, cultural e econômico da sociedade. Apesar de inúmeras dificuldades, as universidades, principalmente as públicas, que além do ensino e da extensão também fazem pesquisa, têm desempenhado bem esse papel, por isso é uma instituição que tem o seu reconhecimento na sociedade. Para Nogueira (2008), a universidade possui a

[...] omissão de produzir e transmitir conhecimento, acumular e disseminar pensamento crítico, formar outras pessoas, jovens sobretudo, como cidadãos, profissionais e lideranças intelectuais. Trata-se de uma instituição eminentemente social, cuja razão de ser é publicamente reconhecida e legitimada, na medida mesma que se reporta o tempo todo à sociedade e ao Estado, à cultura, à política e à economia. De certa maneira, a universidade recebe o delegação da sociedade, que transfere a ela determinadas responsabilidades e incumbências. Tudo o que é humano lhe interessa e diz respeito, tudo o que há de mais típico nas épocas históricas e nas estruturas sociais reverbera em seu interior, dando a ela uma existência dinâmica e socialmente referendada. Seus movimentos como instituição seguem as demandas e expectativas da sociedade, ainda que não se submetam passivamente a elas. (NOGUEIRA, 2008, s.p.)

Considerando o objetivo dessa pesquisa, tendo a Universidade Federal de Minas Gerais como objeto desse estudo, é relevante registrar o perfil institucional da UFMG, a sua finalidade e missão, conforme registrado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017.

CAPÍTULO 1 O PERFIL INSTITUCIONAL:

1.1. FINALIDADES: A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípua a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de classe mundial.

1.2. MISSÃO DA UFMG: Visando ao cumprimento integral das suas finalidades, e ao seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, *destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos*, dotados de sólida base científica

e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, visando o desenvolvimento econômico, a diminuição de desigualdades sociais e a redução das assimetrias regionais, bem como o desenvolvimento sustentável (UFMG, PDI 2013-2017, p.6, *grifo nosso*).

Pelo exposto, podemos entender que, para além da educação, da formação e da profissionalização, a universidade tem a preocupação de conscientizar o seu corpo docente do compromisso de desenvolver a consciência ética de seus alunos. Nesse caso, podemos pensar em um processo educativo, de formação de profissionais, cidadãos conscientes dos valores morais e éticos.

Nesse percurso de formação, cabe à universidade estimular sempre as boas práticas de pesquisa e, nesse caso, é oportuno abordar a questão da escrita acadêmica, uma vez que bem trabalhada no ambiente acadêmico contribui para a formação de alunos autônomos e autores de seus próprios textos, cooperando, num ambiente de pesquisa, para a evolução da ciência. Nesse sentido, vale mencionar o estudo elaborado pela autora Marinho (2010), que teve por objetivo suscitar uma discussão e uma reflexão a respeito da dificuldade apresentada por alunos de graduação com a leitura, a escrita e a produção de textos acadêmicos.

Para Marinho (2010), um dos problemas dessa dificuldade do aluno com a escrita refere-se ao fato de os gêneros acadêmicos não serem estudados no ensino fundamental e médio. Os estudos desses gêneros, por sua natureza, ocorrem na universidade, porém tardiamente na vida acadêmica dos alunos. Por isso, para a autora, para suprir a carência desse tipo de conhecimento, é de suma importância que as instituições de ensino, responsáveis pela formação desses futuros profissionais, implementem projetos com foco na leitura, na escrita e produção de textos acadêmicos. Marinho entende que seja necessário suprir as deficiências linguísticas, gramaticais e técnicas dos alunos numa perspectiva etnográfica. Para a autora, é importante refletir sobre a relação dos alunos com a escrita acadêmica, ir além da análise dos textos para entender e explicar determinados comportamentos, atitudes e crenças no universo das relações com a escrita no ambiente acadêmico, permitindo aos alunos desenvolver criticamente a capacidade de ler, escrever e produzir textos, contribuindo com a produção do conhecimento.

Também para Pereira (2013), num ambiente universitário a escrita acadêmica é

[...] fundamental para a constituição da ciência. Para além de uma forma da prática e da relação com o mundo, na constituição de verdades, a ciência ancora-se em uma certa performance discursiva que constitui campos de validade. A escrita científica busca dar corpo à interpretação objetiva da realidade, superando o imediatismo da opinião e do senso comum, buscando expedientes de universalização e generalidade. (PEREIRA, 2013, p. 216)

Pereira ainda explicita que no processo de construção da escrita o autor deve

[...] negociar com seu próprio repertório, já que a escrita emerge e articula arranjos possíveis entre o que já se sabe, o que já se conhece e o que se está em via de dizer ó muitas vezes, a escrita vem para dizer algo que ainda não sabemos, ela vem justamente para constituir um saber que, até ser escrito, era mero movimento do pensamento. (PEREIRA, 2013, p. 215)

Para Silva (2008), a dificuldade dos alunos na produção de textos acadêmicos está relacionada a um fator histórico, que vem desde o ensino fundamental até a universidade, e tem a ver com uma prática comum de copiar textos alheios de forma parcial ou total sem citação da fonte. Daí a grande dificuldade dos alunos quando chegam à universidade e têm que desenvolver a produção de textos de forma autônoma. Assim, cabe à universidade lidar com essa realidade, de reverter essa situação, contribuindo para a formação de alunos criativos, capazes de produzir textos de autoria própria. Ou seja, a universidade deve contribuir para a formação de o sujeito-autor atuante, crítico, autônomo e interventor, capaz de, a partir da sua autoria, interpretar e analisar a realidade, retirando-se da condição de sujeito acomodado e reproduzidor de modelos textuais para um sujeito capaz e consciente do seu dizer/escrever. (SILVA, 2008, p. 362)

Dessa forma, na construção da autoria, é importante considerar o que isso requer do aluno. O que ele precisa mobilizar para essa produção? Pois, estimular a autonomia requer um trabalho consciente e planejado tanto por parte do professor quanto da universidade. Nesse sentido, Silva (2008) acredita

[...] ser relevante pensar-se em projetos/ações que estimulem o exercício da construção da autoria/autonomia na universidade. Torna-se vital a reflexão sobre a prática do plágio entre os graduandos, professores em formação, visto ser esse um problema que tem tomado proporções críticas, pois roubar de si mesmo a possibilidade de um outro pensar, da inventividade, é um preço muito caro que o sujeito tem a pagar. (SILVA, 2008, p. 359-360)

Portanto, o professor exerce um papel importante na formação do aluno e, no mundo globalizado

de hoje, onde as tecnologias de comunicação e informação fazem parte do cotidiano do aluno, o professor deve atuar como um mediador do ensino-aprendizagem, já que não detém mais o saber, conduzindo o aluno para a construção de novos saberes e conhecimento, aumentando o seu capital intelectual, e preparando-o para a busca de autonomia.

Quando falamos do papel da universidade, do professor e também do aluno, é relevante destacar que alguns autores entendem que seja necessário quebrar paradigmas, mudando as práticas pedagógicas para que o processo de construção do aluno autor/autônomo ocorra, pois

[...] a escola distanciou-se do objetivo de formar autores, no sentido já explicitado; isto é, sujeitos autônomos, que se responsabilizem pelo seu dizer/escrever; que possuam autoria; um ãeuõ que se assume como produtor de linguagem e, nesse sentido, confere voz à sua identidade. A escola, na maioria das vezes, tem pensado a escrita como prática estritamente escolar, cristalizada, sempre reforçada pelos exercícios escolares e provas que enfatizam a memorização, seqüência e hierarquização de conteúdos, modelos, receitas. E é fato que a prática pedagógica sempre repetitiva e reprodutora adotada pela escola ocasionou a baixa auto-estima do sujeito/leitor/ produtor de textos e a prática da escrita reduziu-se ao ato pedagógico de reproduzir, copiar, negando ao aluno a possibilidade de assumir-se como sujeito-autor: dá-se a repetição do dito lateral dos livros e do mestre! (SILVA, 2008, p. 363)

Ainda segundo Silva (2008), é importante criar e implementar no espaço acadêmico

[...] ações/modificações com relação à prática de produção de texto na universidade, a fim de que essas produções, cumprindo sua função social, possam ser socializadas, na forma de comunicações em congressos, seminários; possam reverter-se em artigos para publicação em periódicos especializados ou em livros. (SILVA, 2008, p. 367)

Nessa mesma linha de pensamento, o autor Albuquerque (2009) desenvolve suas ideias em relação ao papel social da universidade e do seu compromisso com a formação de futuros profissionais autônomos. Para o autor, o cientista, na elaboração e divulgação de textos científicos deve

[...] reunir habilidades de comunicação oral e escrita para expor os seus achados, de modo que os mesmos sejam incorporados ao cabedal de conhecimentos da ciência e assim participarem do chamado progresso científico. Na verdade, se aceitarmos a idéia de que o progresso científico é um bem público [...] precisamos assumir também a responsabilidade social do cientista em divulgar seus achados respeitando os princípios de rigor, honestidade e ética. (ALBURQUEQUE, 2009, p. 292)

Com as constantes mudanças da sociedade, a universidade também sofre com essas modificações e tem que se adaptar constantemente. Nesse contexto, a autora Juchum (2014) também entende que

um dos desafios da universidade seja a revisão de sua prática pedagógica para atender às necessidades dos estudantes, e destaca:

[...] uma prática pedagógica, que toma os projetos como fio condutor, valoriza os significados que os alunos atribuem à escrita em suas práticas e enxerga-os como sujeitos da linguagem, colaborando para que eles passem de meros reprodutores de discursos legitimados na universidade a produtores de seus próprios discursos, rompendo com o discurso do déficit dos professores e dos próprios alunos. (JUCHUM, 2014, p. 125)

Diante de vários estudos já realizados, o que está claro é que a universidade exerce uma função social de grande relevância na sociedade, contribui com o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do país e é responsável pela formação de jovens profissionais, criativos e autônomos, para lidar com um mundo globalizado e em constante modificação. Para cumprir bem o seu papel, a universidade precisa acompanhar as mudanças e transformações que ocorrem continuamente na sociedade.

CAPÍTULO III

ANÁLISES E RESULTADOS ACERCA DA INTEGRIDADE NA PESQUISA ACADÊMICA

De acordo com os procedimentos metodológicos, iniciamos o percurso de obtenção de dados por meio de pesquisa documental qualitativa. Procuramos, inicialmente, avaliar como a UFMG e os programas de pós-graduação *stricto sensu* têm abordado e enfrentado as questões referentes ao plágio. Para tanto, efetuamos um levantamento das informações disponíveis pelos Órgãos de Deliberação Superior da Universidade, CEPE e Conselho Universitário, e pelos programas de pós-graduação sobre essa temática nos seus sites.

Em seguida, realizamos consultas aos programas de pós-graduação com o objetivo de obter informações referentes aos planos de ensino das disciplinas de metodologia de pesquisa. Além da consulta aos programas, essa pesquisa foi complementada por meio das grades curriculares dos cursos, de maneira a possibilitar o mapeamento das estratégias utilizadas para a formação dos discentes em ética e integridade da pesquisa, bem como no processo de construção autoral.

Considerando, ainda, a preocupação existente no meio editorial sobre a questão das boas práticas na pesquisa, tema muito discutido, nos encontros da *Word Conference on Research Integrity* e também nos Encontros Brasileiros de Integridade em Pesquisa e Ética e em Publicações, já referenciados nesse trabalho, avaliamos a pertinência de verificar quais as orientações relacionadas às questões do plágio e da ética e integridade na pesquisa que os editores de revistas e periódicos científicos da Área de Educação disponibilizam para os autores que publicam seus artigos nessas revistas. Essa etapa da pesquisa se justifica tendo em vista que os artigos publicados são resultados de pesquisas, em sua grande maioria, realizadas nas universidades, mais especialmente nos programas de pós-graduação, com o envolvimento de docentes e discentes.

Antes de iniciar a discussão dos resultados obtidos das pesquisas realizadas julgamos oportuno dar uma visão geral da Pós-Graduação da UFMG.

3.1. Os Programas de Pós-Graduação

Considerando que os programas de pós-graduação são parte do objeto de estudo dessa dissertação, apresentamos a seguir algumas informações referentes à Pós-Graduação da UFMG.

A pós-graduação teve início na década de 60, com exceção do Doutorado em Direito que foi criado já no ano de 1931. A UFMG conta atualmente com 87 programas de pós-graduação, sendo 69 cursos de doutorado, 75 de mestrado acadêmico e 11 de mestrado profissional, abrangendo todas as áreas do conhecimento, que envolvem mais de 9.000 alunos e cerca de 1.900 professores orientadores credenciados como permanentes ou colaboradores. Todos os professores, permanentes ou colaboradores devem ter o título de doutor e comprovar produção intelectual relevante na área de acordo com os critérios estabelecidos pelos colegiados de cursos.

Desde a implantação dos cursos até o ano de 2014, foram defendidas 24.047 dissertações e 7.589 teses. Na última década, período de 2005-2014, foram defendidas 14.160 dissertações e 5.294 teses. Nesse universo de pessoas, a produção intelectual é grande e não é incomum professores e orientadores levarem aos Colegiados de Cursos a suspeita de plágio por parte dos alunos no desenvolvimento de suas teses e dissertações. No entanto, quando isso ocorre percebe-se que a Universidade ainda não possui procedimentos sistematizados para se seguir.

Na UFMG, o número de artigos publicados também é crescente, na última década passou de 2.639 artigos em 2004 para 4.302 em 2014, aumento de 61%⁶. Grande parte desses artigos é publicada em revistas e periódicos da própria instituição. Hoje, a UFMG possui 62 revistas e periódicos vinculados a Departamentos e Programas de Pós-Graduação. Também por isso, há grande preocupação institucional em zelar pela originalidade e qualidade das pesquisas nela realizadas. Esses números, dentre outros índices, colocam a UFMG em destaque no cenário nacional e internacional, tendo em vista a excelência das pesquisas realizadas, principalmente nos Programas de Pós-Graduação. Essa excelência pode ser constatada nos resultados apresentados nas avaliações realizadas pela Capes dos Programas de Pós-Graduação do país. A UFMG, na avaliação do

⁶ Informação disponível no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG - https://www.ufmg.br/prpq/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=78

quadriênio 2013-2016, última realizada, teve 68,4% dos programas avaliados com conceitos 5, 6 e 7, sendo que os conceitos 6 e 7 (42,6%) demonstram que o nível de internacionalização desses programas é muito bom. Nesses dados, consideramos apenas os Programas da própria UFMG, total de 84, tendo em vista que três mestrados profissionais são ofertados em rede nacional e têm sedes em outras instituições do país.

A seguir os registros dos resultados das pesquisas realizadas.

Como já mencionado no item aspectos metodológicos todos os documentos disponíveis nos sites dos programas de pós-graduação foram analisados, tendo em vista a intermitência de documentos disponibilizados. Dessa forma, o total de 822 Atas de reuniões de Colegiados de Cursos foram analisadas com o intuito de verificar a forma que vem sendo discutida a questão do plágio no meio acadêmico.

Assim, os sites de 87 Programas de pós-graduação foram analisados. Dezesesseis programas (18,40%) disponibilizam algumas Atas de reuniões do Colegiado, sendo que seis desses programas (6,89%) possuem algum tipo de registro sobre plágio nas Atas do Colegiado. Esses casos de plágio encontrados serão comentados mais à frente.

Trinta programas (34,48%) registram em seus sites algum tipo de informação sobre plágio, ética, boas práticas na pesquisa, normalização de trabalhos acadêmicos, indicando a necessidade de registrar as referências bibliográficas nos projetos de pesquisa. Porém, tais informações são apresentadas de forma muito sucinta e superficial.

Onze programas (12,64%) disponibilizam informações referentes à submissão de projetos ao Comitê de Ética em Pesquisa ou Comitê de Ética Animal.

Vale mencionar que alguns Programas disponibilizam informações referentes à atividade de estágio docente, manual do aluno com informações acadêmicas, normas do programa, grade curricular, docentes credenciados, etc. No entanto, como vimos, pouquíssimos programas, apenas seis, registram em seus sites informações sobre a questão do plágio, conforme podemos verificar no documento em anexo. Contudo, não foram encontrados registros de definição de plágio ou

orientações de como fazer citações em trabalhos acadêmicos, como forma de não cometer plágio.

Os GRAF. 1 e 2 demonstram os dados registrados acima.

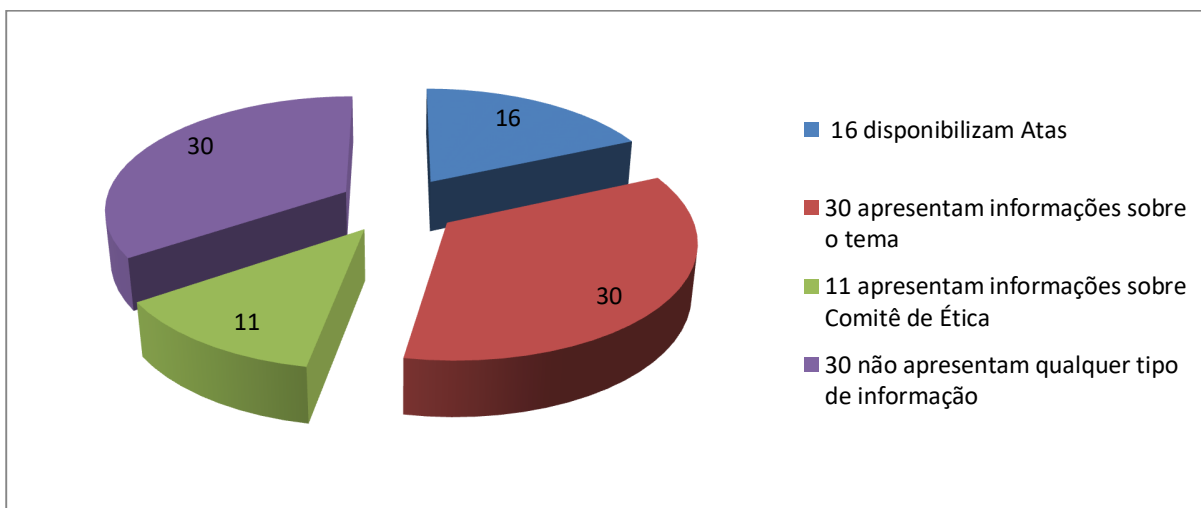


GRÁFICO 1 . Análise dos sites dos programas de pós-graduação.
FONTE: Sites dos programas de pós-graduação da UFMG.

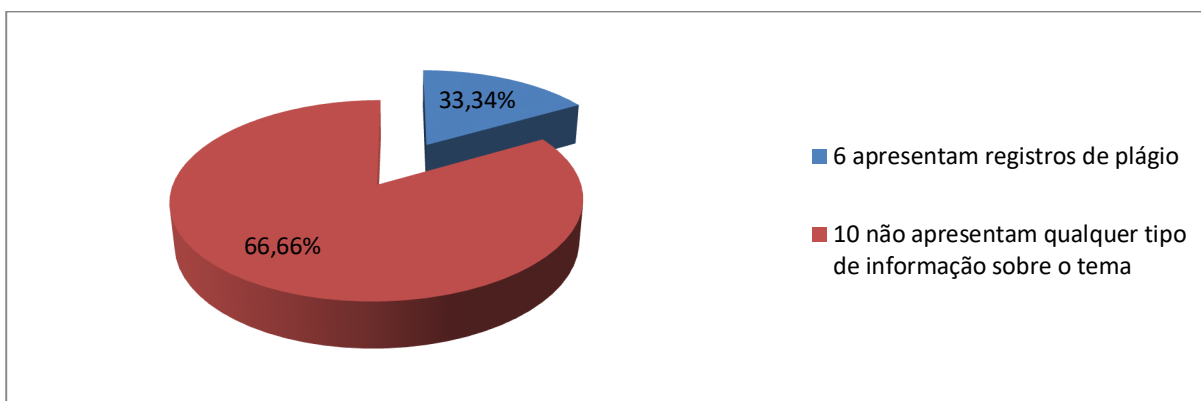


GRÁFICO 2 . Programas de Pós-Graduação que disponibilizam atas nos próprios sites.
FONTE: Sites dos programas de Pós-Graduação da UFMG.

Cabe aqui uma observação em relação ao número de programas que disponibilizam as Atas acerca das decisões do Colegiado, apenas 16 (18,40%). Esse percentual não deveria ser tão baixo, visto o que estabelece o Regimento Geral da UFMG, a saber: Artigo 17 § 2º, do Título II ó Dos Órgãos Colegiados, Subtítulo I ó Do Funcionamento: ãApós aprovada, a ata terá caráter público e será disponibilizada na página eletrônica do órgão competenteö.

Nesses casos, segundo o Regimento Geral, todos os programas de pós-graduação deveriam disponibilizar as Atas do Colegiado. Contudo, o resultado dessa pesquisa nos mostra que além de pouquíssimos programas cumprirem essa normativa, as Atas são divulgadas de forma bastante irregular, considerando a periodicidade na linha de tempo, e sem qualquer critério, portanto, totalmente em desacordo com o Regimento da Universidade. Entendemos que esse comportamento deve ser revisto pelos programas de pós-graduação uma vez que tornar públicas as discussões e decisões dos Colegiados faz parte do processo democrático, demonstra maturidade e transparência do Colegiado. Além disso, principalmente no serviço público, o acesso à informação é um direito de cidadania. Se não for para serem respeitadas, então porque se estabelecer normas? Nesse sentido, compete à Administração Central acompanhar e cobrar dos diversos segmentos da Universidade o cumprimento das Normas estabelecidas por seus Órgãos de Deliberação Superior. Caso contrário, corre-se o risco de suas decisões caírem no descaso.

3.2. Iniciativas de formação docente e/ou discente em ética e integridade na pesquisa

Foi realizada uma consulta aos programas de pós-graduação solicitando informações sobre o plano de ensino das disciplinas de Metodologia de Pesquisa ou disciplinas similares com a intenção de avaliar os programas e/ou planos de ensino, ementas e bibliografias dessas disciplinas e verificar se as mesmas abordam questões referentes à ética e integridade na pesquisa, plágio, autoplágio e formação profissional. Como dito anteriormente, da consulta realizada aos 87 programas, 31 responderam (35,63%), gerando o seguinte resultado:

- a) Onze Programas (35,48%) ofertam disciplinas de Metodologia de Pesquisa, mas as ementas e bibliografias das disciplinas ofertadas não registram itens referentes à ética e integridade na pesquisa e formação profissional.
- b) Treze Programas (41,93%) fazem algum tipo de referência e registram bibliografias que tratam da questão da ética e da integridade na pesquisa nas disciplinas de Metodologia de Pesquisa ofertadas.
- c) Quatro Programas (4,76%) informaram que não ofertam disciplinas específicas de Metodologia de Pesquisa. Contudo, vale registrar que um programa informou que os métodos de pesquisa são abordados em todas as disciplinas ofertadas, apesar de não ofertar disciplina de Metodologia de Pesquisa.
- d) Um programa, que não tem disciplina de Metodologia de Pesquisa, ofertou uma disciplina em cuja bibliografia constavam referências sobre formação docente e

normas técnicas (Manual para a normalização de publicações técnico-científica).

- e) Um programa também faz referência ao Manual para normalização para publicações técnico-científicas.
- f) Um programa possui uma disciplina específica de Metodologia do Ensino em Direito, que aborda a questão do ensino, da aprendizagem, a pedagogia e a formação profissional docente.

Esses dados podem ser visualizados no GRAF. 3 abaixo.

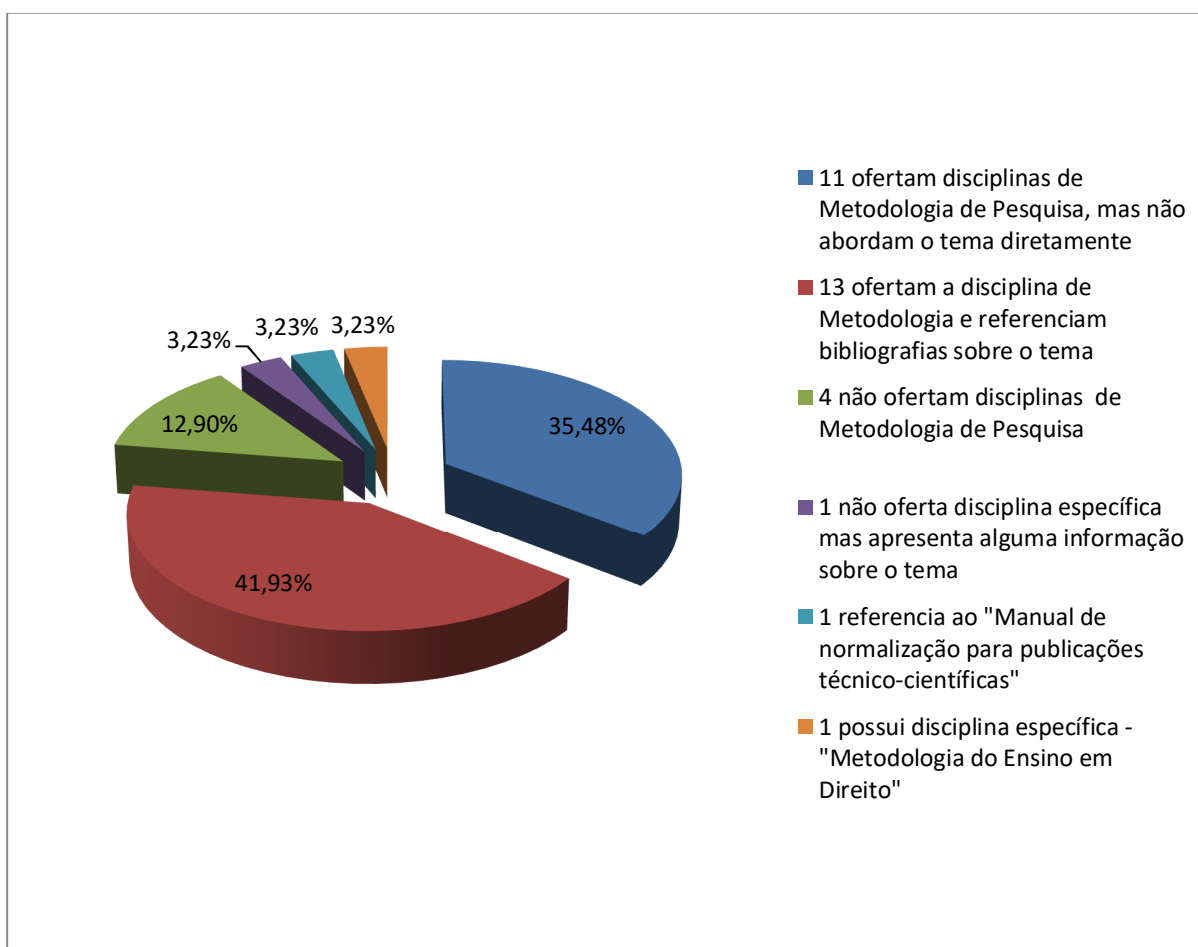


GRÁFICO 3 . Oferta de disciplinas de metodologia de pesquisa ou similares nos cursos de pós-graduação.

FONTE: Programas de Pós-Graduação da UFMG.

Todavia, tendo em vista a relevância desses conteúdos para a formação dos alunos, jovens pesquisadores, e visando complementar os dados desse estudo, foi realizada uma pesquisa no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da Pós-Graduação da UFMG, com objetivo de verificar a

oferta de disciplinas dessa natureza nas grades curriculares dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. A consulta, no Sistema Acadêmico, foi feita buscando a palavra *Metodologia*. Um total de 179 disciplinas foram apresentadas. Esse número informa todas as disciplinas que fazem ou já fizeram parte das matrizes curriculares dos cursos. Considerando, porém, que os conteúdos de algumas dessas disciplinas não abordavam, efetivamente, a questão da metodologia na pesquisa, foi realizada uma análise nas ementas de umas disciplinas para filtrar essas informações. E, também, visando precisar essa pesquisa optamos por definir um período de tempo. Dessa forma, buscamos as disciplinas de Metodologia ofertadas nos últimos cinco anos, isto é, 2014-2018. Dessa consulta, verificamos que 79 disciplinas, que abordam conteúdos de metodologia científica, foram ofertadas nesse período. Essas disciplinas foram ofertadas por 42 cursos, o que representa 48% do total dos cursos de pós-graduação da UFMG, representado no GRÁF. 4 abaixo. Nessa pesquisa, constatamos que apenas três cursos ofertaram recentemente disciplinas de metodologia de ensino.

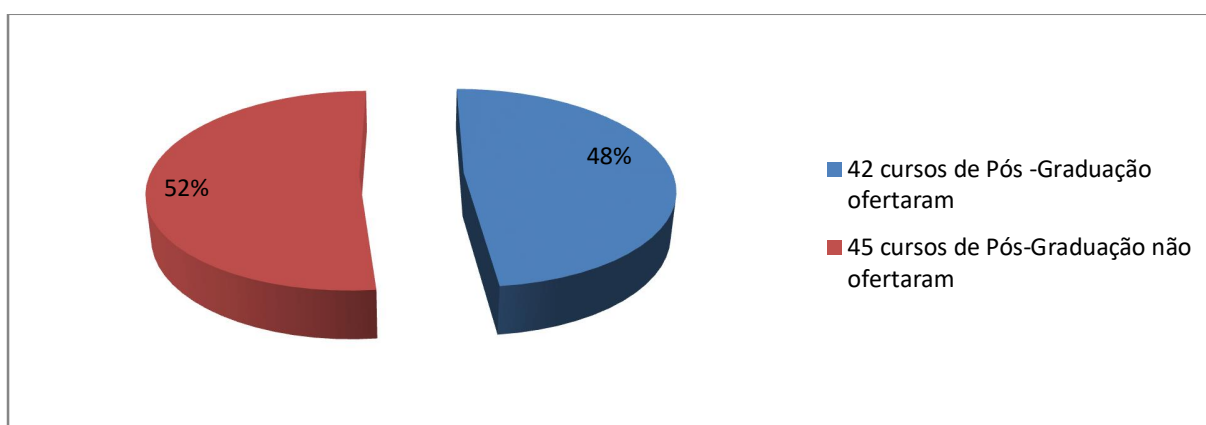


GRÁFICO 4 . Disciplinas de Metodologia Científica na Pós-Graduação.
 FONTE: Sistema Acadêmico da Pós-Graduação da UFMG.

Ainda com o objetivo de fundamentar e subsidiar a pesquisa, também foi feita uma busca no Sistema Acadêmico a partir das palavras *Ética*, *Redação* e *Escrita*. Vinte disciplinas, com variação de nomes além de *Ética* se apresentaram, tais como: Bioética, Biossegurança e Bioética, Ética Aplicada à Saúde, Ética e Epistemologia da Psicanálise, Iniciação à Bioética, Seminários de Bioética, Tópicos Especiais e Tópicos Especiais em Ética e Política. Todavia, vale registrar que das 20 disciplinas, apenas 8 constam das grades curriculares atuais dos programas, as demais foram ofertadas em algum momento, mas atualmente não mais. O resultado das buscas pelas palavras *Redação* e *Escrita* também não foi significativo, pelo contrário, nos últimos cinco anos

somente 7 disciplinas cujas ementas tratavam da questão da escrita acadêmica foram ofertadas. O mesmo ocorre com as disciplinas que tratam da redação científica, visto que, também, apenas oito foram ofertadas nos cursos de pós-graduação.

Dos dados apresentados, podemos observar que as disciplinas que abordam o conteúdo de metodologia são ofertadas com maior regularidade nos programas de pós-graduação do que as disciplinas de ética e integridade e de redação científica e escrita acadêmica. É possível que esses conteúdos sejam ofertados em disciplinas de Tópicos Especiais ou de Seminários. No entanto, acreditamos que, tendo em vista os índices registrados acima, não deve haver muitos programas que fazem isso e, nesse caso, os percentuais não seriam significativos a ponto de mudar essa realidade.

Em geral, considerando que os Programas de Pós-Graduação ofertados pela UFMG são programas consolidados e bem conceituados, podemos observar que os resultados das pesquisas realizadas, tendo por base os diversos documentos e informações disponibilizadas, bem como a oferta de disciplinas que abordam métodos de pesquisa, ética e integridade na pesquisa, redação científica e escrita acadêmica, são muito incipientes e reflete o modo como o assunto é tratado na pós-graduação.

Dessa forma, podemos concluir que os temas abordados nessa dissertação, apesar de relevantes, não têm sido objetos de discussão da grande maioria dos programas, mas também não têm sido discutidos pelo CEPE e Conselho Universitário, Órgãos de Deliberação Superiores da UFMG, a não ser em situações pontuais, visto que nas Atas das reuniões desses Órgãos encontramos apenas os registros dos dois casos de plágio, que serão discutidos mais à frente.

Esse resultado é condizente com a pesquisa realizada por Kroskocz (2011), já mencionada nesse trabalho. Nessa pesquisa, Kroskocz (2011) buscou identificar e analisar as abordagens sobre o plágio em instituições de cinco continentes e do Brasil e comparou as abordagens das melhores universidades mundiais com as abordagens das melhores universidades brasileiras. Segundo o autor, ãa forma como o plágio acadêmico vem sendo enfrentado pelas instituições de ensino no Brasil pode ser considerado, da melhor forma, muito incipiente e, da pior forma, chega a ser

constrangedorö (Idem, p. 760).

Os resultados das pesquisas realizadas junto aos Programas de Pós-Graduação e Órgãos de Deliberação Superior da UFMG, por meio de seus sites, são preocupantes. Podemos afirmar que a Universidade não possui políticas institucionais de enfrentamento e combate ao plágio, demonstrando a necessidade de promover ações para diagnosticar o plágio e tomar medidas educativas, preventivas e corretivas, de acordo com o caso.

Quanto à pesquisa realizada nas revistas e periódicos da Área de Educação, iniciamos um levantamento nas Revistas e Periódicos da própria Universidade e verificamos que a UFMG possui 62 Revistas, dessas 18 são da grande Área de Ciências Humanas, sendo que 13 fazem parte do Qualis da Área de Educação. Na classificação no Qualis, 2 são A1, 3 B1, 1 B2, 2 B3, 2 B4, 1 B5, 2 C. Os GRÁF. 5 e 6 evidenciam esses dados.

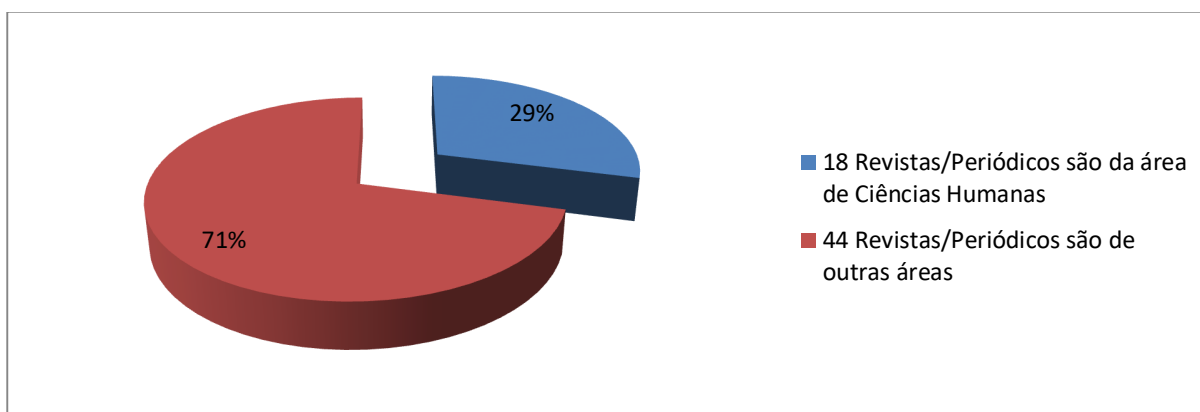


GRÁFICO 5 . Revistas/Periódicos da UFMG.
FONTE: Site da UFMG.

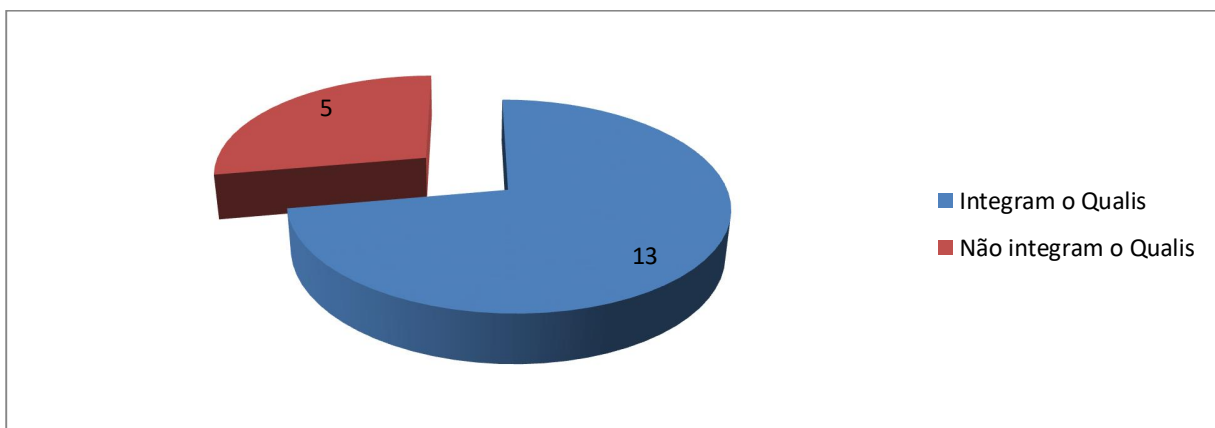


GRÁFICO 6 . Revistas/Periódicos da Área de ciências humanas que integram o Qualis da Educação.
 FONTE: Qualis da Área de Educação . maio 2015.

Contudo, o foco da pesquisa era o Qualis da Área de Educação, ano base 2015. Dessa pesquisa, constatamos que a Área possuía 3.167 periódicos, considerando os estratos de A1 a C. Fizemos um recorte dos grupos A1 e A2, que somam 286 periódicos. Dessa forma, analisamos os sites de 286 periódicos, dos quais apenas 25 (8,74%) registram alguma informação acerca de políticas de prevenção ao plágio, ao autoplágio e questões referentes à ética e integridade na pesquisa e autenticidade dos dados publicados. Esses dados estão representados no GRÁF. 7 abaixo. Algumas revistas e periódicos admitem o uso ou a possibilidade de utilizarem ferramentas antiplágio nos artigos que serão publicados. Todavia, tais informações também são registradas de forma muito tímida e superficial.

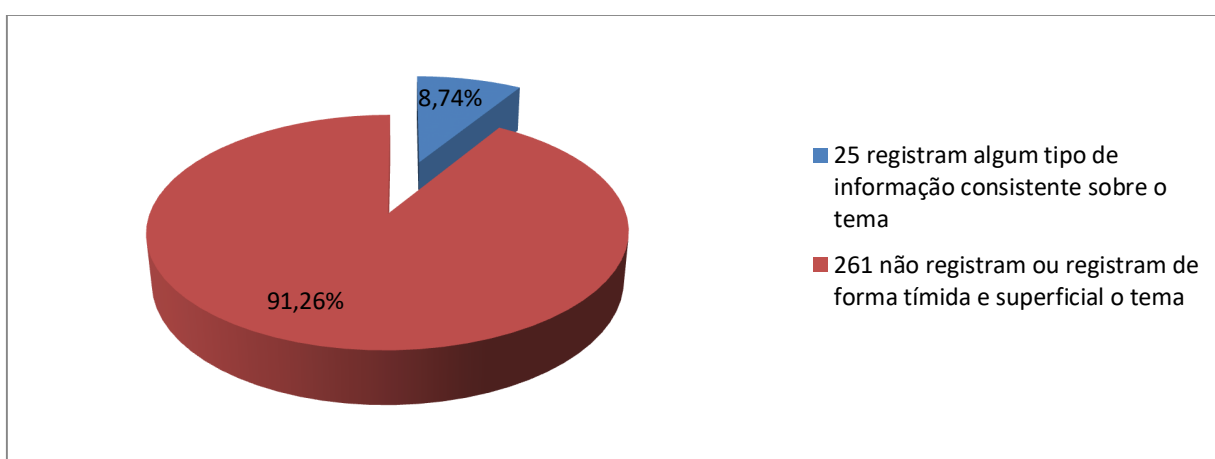


GRÁFICO 7 . Qualis da Área de Educação . A1 E A2 . Registros sobre plágio.
 FONTE: Qualis da Área de Educação . maio de 2015.

Considerando, como já mencionado, a preocupação dos editores com esse tema, esperávamos que um índice maior das Revistas Qualis A1 e A2 abordassem e orientassem seus autores em relação à questão do plágio, conseqüentemente em relação às boas práticas de pesquisa, tendo em vista a preocupação com o desenvolvimento da ciência, com a credibilidade e originalidade das pesquisas realizadas.

3.3. Os casos de plágio na UFMG

Os casos de plágios acadêmicos vêm ganhando visibilidade na imprensa nacional e internacional. No entanto, poucos casos chegam ao poder judiciário, pois a maior parte é resolvida administrativamente e internamente em cada instituição.

O estudo do plágio acadêmico é importante, pois se observa que poucas universidades possuem regras internas claras sobre quais os procedimentos administrativos devem ser adotados no caso de detecção de plágio. Apesar disso, podem ter conseqüências graves como a cassação de títulos, reprovações, exoneração de professores, como casos ocorridos na UFMG que serão aqui registrados e comentados a seguir. Trata-se de dois casos de plágio que tramitaram nas instâncias máximas na Universidade, sendo um do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, da Faculdade de Letras (FALE), e outro do Curso de Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO).

Os dados aqui registrados foram fornecidos pela Secretaria dos Órgãos Superiores da UFMG, extraídos dos pareceres de professores que analisaram os processos para subsidiar as decisões do CEPE e o Conselho Universitário. Nesses registros, os nomes dos pareceristas, bem como das pessoas envolvidas de alguma forma nos processos, alunas acusadas de plágio, autoras dos trabalhos plagiados e orientadores e coorientadores, foram identificados pelas iniciais de seus nomes, inclusive nas citações.

3.3.1. O Caso da Faculdade de Letras - FALE

Os dados registrados a seguir foram todos extraídos do parecer elaborado por um professor da Universidade, membro do CEPE, para subsidiar a decisão do CEPE quanto ao pedido de cassação

do diploma de Doutor em Estudos Literários.

Trata-se da aluna do Doutorado em Estudos Literários, S. Y. O., que ingressou no Curso em agosto de 1999 e defendeu a tese intitulada "A Mitopoética Marajoara na Construção do Imaginário Amazônico" em 9 de setembro de 2004. Vale registrar que as bancas de defesa de tese na UFMG são constituídas com pelo menos cinco membros, o orientador e mais quatro membros, sendo dois externos à UFMG, todos doutores. Para que o candidato tenha seu trabalho de tese aprovado, o parecer positivo deve ser unânime pelos membros da banca.

Nesse caso, a denúncia de fraude e de plágio ocorreu em 20 de dezembro de 2008 pela autora do trabalho plagiado, J. A. F., por meio de um e-mail enviado à orientadora do trabalho, Profa. H. R. C., informando que a S. Y. O. teria plagiado sua dissertação defendida na Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 1997, denominada "Imagens da Mitopoética Amazônica: Um Memorial das Matintas Pereras" e também a sua tese de doutorado intitulada "Cartografias Marajoaras: Cultura, Oralidade, Comunicação". J. A. F. afirmara que mais de 60 páginas foram copiadas, com apenas duas citações.

O coordenador do Programa de Estudos Literários, em 25 de maio de 2009, instituiu uma comissão constituída de dois docentes e um discente para analisar o caso. Em 24 de novembro de 2009, segundo o relator do processo, a comissão constatou que, mesmo com ligeiras modificações, havia um número considerável de passagens copiadas da dissertação de J. A. F., sem a devida citação, concluindo, então, que houve plágio. O parecer da comissão foi homologado pelo Colegiado do Programa de Estudos Literários em 16 de dezembro de 2009 e o processo foi encaminhado ao diretor da FALE para apreciação da Congregação da Unidade, em 28 de dezembro de 2009.

Em 30 de setembro de 2010, com o objetivo de apurar a denúncia de plágio, o diretor da Unidade instituiu uma Comissão Investigatória, constituída por três docentes. De acordo com o parecerista do processo, em 30 de novembro de 2010, a comissão ratifica o parecer emitido pela comissão do Programa de Estudos Literários, de que houve plágio e registra várias passagens copiadas.

Ao se comparar a tese de S. Y. O. e a dissertação e a tese de J. A. F., verificou-se, com

muita clareza, a cópia de vários trechos, em geral parágrafos inteiros, com nenhuma ou pouca alteração, e sem indicação de origem [...] A tese de J. A. F. (2003), mesmo com trechos copiados 'ipsis litteris', não é sequer citada na Bibliografia de S. Y. O. Acrescente-se, ainda, que S. Y. O. não somente copia dados de J. A. F. como também os deturpa, ao descrever a cidade de Soure com as características que J. A. F. havia utilizado para a cidade de Bragança, por exemplo. (p.2)

Em 17 de fevereiro de 2011, a diretora em exercício da Faculdade de Letras encaminha consulta à Procuradoria Jurídica da UFMG (PJ) sobre os procedimentos a seguir, pois, após consulta à SODS, foi informada que o processo havia perdido a validade por decurso de tempo, por isso, não tinha como estabelecer uma penalidade no âmbito da Universidade. A resposta foi dada pelo Gabinete do Reitor, em 20 de maio de 2011, esclarecendo que o processo deveria ser submetido à Congregação da Faculdade de Letras para manifestação quanto ao parecer final da Comissão de Investigação. Assim, em 17 de junho de 2011, a Congregação da FALE solicita que a Comissão apresentasse

[í] um levantamento exaustivo dos casos em que foram detectados plágio e as citações no trabalho em que apareça o nome do lugar onde foram colhidos os dados da pesquisa para fundamentar o pedido de Cassação do grau da Indicada S. Y. O. (p. 3)

Contudo, segundo o relator, o levantamento da Comissão não constou do processo. Em 02 de julho de 2011, o diretor da FALE envia ofício à acusada de plágio, S. Y. O., informando que ela teria o prazo de 30 dias para apresentar sua defesa (esse prazo foi prorrogado por uma semana). S. Y. O. teve acesso aos dois pareceres das comissões formadas na UFMG, assim como à tese de J. A. F. Em sua defesa S. Y. O. registra que ingressou no Doutorado Interinstitucional em Estudos Literários ofertado pela UFMG e pela UFPA. Comenta que sempre teve uma relação tumultuada com sua orientadora e durante o desenvolvimento da escrita da tese começou a haver também discordâncias sobre os encaminhamentos e procedimentos da pesquisa. Em 2002 teve a qualificação adiada e o afastamento da orientadora para realização de pós-doutorado. Segundo S. Y. O., teria ficado sem orientação por quase quatro meses. Com um cronograma atrasado, realizou sua qualificação em 2003. Nesse procedimento, constatou-se a necessidade de reescrita da tese, tarefa que segundo S. Y. O., coincide com um momento de muitos encargos na sua instituição de origem, UFPA.

O relator do processo registra que em junho de 2004 S. Y. O. resolve desistir do doutorado, considerando que

[í] *ãpós muitos períodos de entrega e devolução de textos*", pois nada do que produzia *"era bom o suficiente"*. S. Y. O. afirma que todos os textos que sua orientadora lhe devolvia corrigidos eram fotocopiados para que ela tivesse certeza de que as modificações seriam efetuadas. S. Y. O. ainda afirma que essa desconfiança esteve sempre presente na relação entre ambas, o que considera constrangedor. Diz ainda que tem certeza que sua orientadora é uma ótima pessoa, e o que realmente aconteceu *"foi uma questão de incompatibilidade de gêniosö* (p. 4).

De acordo com o relator e, segundo S. Y. O., a sua orientadora não aceitou que ela desistisse do doutorado, literalmente afirma que foi *õproibidaõ* de desistir e que a defesa da tese ocorreria ainda no ano de 2004. No entanto, os conflitos entre orientadora e orientanda, assim como as discordâncias sobre a tese continuaram e com o esgotamento do prazo a pressão também aumentava. O relator registra a seguinte fala de S. Y. O.:

[í] foi nessa situação desesperadora que, deparei com a dissertação de mestrado da Profa. J. A. F., em cima da mesa da biblioteca da pós-graduação, entre os volumes a serem devolvidos às prateleiras. Levei por empréstimo para casa e tanto li e reli, tantas vezes, exaustivamente, que acabei por memorizar muito bem, muitas passagens, decorar até, como nos tempos em que decorava os textos de História e Geografia no ensino fundamental, para transcrevê-los idênticos, na prova (p. 5).

Registra ainda o relator que S. Y. O. afirma que não teve acesso à tese de doutorado de J. A. F. e que *õa razão* pela qual é mencionado também o plágio à tese é que, possivelmente, a referida professora deve ter feito, ainda que de forma inconsciente, um autoplágio, utilizando-se, em sua tese, de muitas partes de sua dissertação de mestradoõ (p. 5). Em sua defesa, S. Y. O. alega que se tivesse plagiado a tese de J. A. F. jamais teria convidado sua orientadora, Profa. J. P. F., para participar da banca de defesa da tese. O relator registra a seguinte fala de S. Y. O.

Ao receber e ler o exemplar de minha tese, imagino que a referida professora percebera ressonâncias do trabalho de sua orientanda, mas percebera também que não havia sido intencional ou por má fé de minha parte, pois ela já conhecia o estilo do meu texto e o meu trabalho de interlocução visual [...] Daí, talvez, ter optado por comunicar que se ausentaria da banca, no dia da defesa, alegando problemas de saúde, a comparecer e me submeter a uma situação vexatória, acusando-me de plágio, levemente, na frente de todos". Diante da situação, a defesa foi adiada por um dia, com um membro suplente assumindo o lugar da Profa. J. (p.5)

Ainda em sua defesa, S. Y. O. afirma que não teve a intenção e não premeditou o plágio; que em 18 anos de docência, foi o único deslize cometido, ainda que não intencional; jamais divulgou o conteúdo de sua tese em congressos, simpósios ou eventos; a parte plagiada não corresponde a 30% da sua tese, o que, de acordo com ela, juridicamente não se configuraria plágio.

Segundo o relator, S. Y. O. apresenta, ainda para sua defesa, um texto retirado da internet de Publicações On-line do Juridico Newsão qual, em um julgamento, o STJ definiu como prazo para prescrição de ações de plágio o tempo de três anos e outros textos, também retirados da internet, em que o renomado escritor José Saramago é acusado de plágio. (p.6)

O relator destaca também em seu parecer várias considerações de S. Y. O., que segundo ele, seriam até de caráter filosófico e conceitual sobre plágio, as quais transcrevo a seguir;

A punição pura e dura penaliza, por vezes, de forma irreversível, aquele que infringiu as normas. Corre-se, assim, o risco de penalizar em excesso, às vezes, muito injustamente. A segunda forma de punir o plágio busca, antes mesmo da penalização, a compreensão do contexto em que ocorreu o plágio, de forma que o plagiador não se sinta desmoralizado ou tenha toda sua carreira profissional desacreditada.

Na grande maioria das vezes, toda a culpa recai sobre o discente, por má conduta ou má intenção, e nenhuma à instituição que não o preparou adequadamente para elaborar seus próprios textos, desenvolver análise textual crítica, aprimorar sua criatividade e assumir responsabilidades por eventuais deduções que deva apresentar como sendo suas e não de outros.

Apesar do plágio ser aparentemente intencional, por vezes, a intenção de se copiar não fica totalmente caracterizada por falta de conhecimento e despreparo daquele que cometeu o plágio. (sic)

A sociedade vê o plagiador como um criminoso, muitas vezes de maneira implacável, mesmo que o plagiador tenha cometido plágio em uma extensão pequena, eventualmente de forma não intencional, e pela primeira vez.

[...] estabelecer punições ao plágio pode, ao mesmo tempo, ser uma tarefa complexa e constrangedora. Principalmente no caso de não se conhecer as reais circunstâncias que levaram o plagiador a plagiar, e se o plágio foi realmente intencional ou não. Assim, o estabelecimento de punições ao plágio deve ser considerado com extrema cautela e profissionalismo. (p. 6)

E continua o relator do caso,

S. Y. O., na sua defesa, ainda faz uma grave acusação, afirmando que "existem, entre a UFMG e a UFPA, outras teses e dissertações plagiadas de outros trabalhos de colegas". Nessa acusação, opina que, como os casos nunca foram denunciados "e os autores originais não se sentiram ofendidos, tudo transcorre na mais tranquila normalidade acadêmica". Ao final da acusação, diz que "Não pretendo aqui, me travestir com o cinismo da roupagem da generalização: isso seria algo da ordem, para mim, inaceitável, da tentação (ao menos subjetiva) humana de publicizar outros casos, para amenizar ou fazer equivalência ao meu próprio. (p.7)

Após a defesa de S. Y. O., de acordo com o relator, novos atos administrativos foram registrados no processo, a saber:

a) Em 10/08/2011 o Diretor da FALE envia à coordenação do Pos-Lit a defesa de S. Y. O. e solicita parecer da coordenação. Mas, de acordo com o relator, a resposta dessa solicitação não consta do processo. No entanto, nas pesquisas realizadas às Atas dos colegiados de cursos, encontrei a seguinte resposta dessa demanda, registrada na Ata de nº 193 do Colegiado do Programa de Estudos Literários, de 18/08/2011:

Ata 193, de 18/08/2011 ó õProcesso de suposto plágio: A Diretoria da FALE encaminhou ao Pós_Lit um recurso da acusada de plágio, S. Y. O., solicitando parecer. O Colegiado decidiu devolver à Diretoria da FALE o documento relativo à resposta da profa. S. Y. O. sobre acusação de plágio, uma vez que tal processo encontra-se tramitando no âmbito da Congregação da FALE. Sendo assim, não cabe ao Colegiado do Pós-Lit emitir parecer sobre o mesmo.õ

b) Oficialização por parte de J. A. F. da denúncia de plágio ó J. A. F. formaliza a denúncia de plágio feita em 2009 apresentando um documento, datado de 13/09/2011, conforme orientação recebida (segundo o relator essa orientação não consta do processo). Nesse documento J. A. F. solicita que a UFMG tome providências para que S. Y. O. receba a punição pertinente ao caso de plágio e fraude. J. A. F. afirma, em tal documento, que além da tese e da dissertação outros quatro artigos foram plagiados e demonstra de forma criteriosa e detalhada uma comparação de cada trecho, ora copiado integralmente, ora parafraseado ou parodiado.

c) Em documento datado de 14/08/2014, a Diretora da FALE declara que a Congregação, reunida no dia 08/08/2014, õdeliberou pelo pedido de cassação de grau de S. Y. O., por ter plagiado a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de J. A. F. õ (p. 8).

d) Na mesma data, 14/08/2014, a Diretora da FALE encaminha ofício ao Pró-Reitor de Pós-Graduação solicitando que o grau de doutor de S. Y. O. fosse cassado, considerando os pareceres do Colegiado e da Congregação.

e) Em 16/09/2014, a Câmara de Pós-Graduação aprovou a cassação do diploma de doutorado em Estudos Literários de S. Y. O., após analisar o processo referente denúncia de plágio do trabalho de J. A. F.

Após a decisão tomada pela Câmara de Pós-Graduação, de cassar o título de doutor conferido à S. Y. O., o processo foi enviado ao CEPE, para apreciação, e em 15 de outubro de 2014 foi enviado, pela SODS, ao relator para emissão de parecer para subsidiar a decisão do CEPE.

Cabe aqui uma observação, as Atas das reuniões da Câmara de Pós-Graduação não são disponibilizadas no site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, descumprindo o que estabelece o Regimento Geral da UFMG, conforme mencionado anteriormente.

Conforme já mencionando, os registros acima, referentes à tramitação desse processo, foram extraídos do parecer emitido por um docente, membro do CEPE. Após registrar toda a sua tramitação, ele faz duas considerações, registradas a seguir:

Dois fatos chamam a atenção. Um deles, devidamente observado no Histórico, é que o processo se iniciou 12/2008, com o e-mail de J. A. F., caminhou a passos extremamente lentos até 09/2011, ficou parado inexplicavelmente por três anos, até 08/2014, quando a cassação do diploma de S. Y. O. foi aprovada pela Congregação da FALE-UFMG e pela Câmara de PósGraduação. No total, cerca de seis anos de duração, um tempo muito elevado e injustificável. Outro é que a orientadora da tese objeto da acusação, dada a gravidade dos fatos, surpreendentemente, pelo menos na opinião deste relator, não ter sido instada a se manifestar por uma das comissões encarregada de analisar o assunto. (p. 9)

Apesar das impropriedades mencionadas na condução do processo, sobressai acima de tudo os levantamentos claros e indiscutíveis dos casos de plágio e fraude feitos pelas duas comissões formadas no âmbito da UFMG e pela própria acusadora, e o fato de que a defesa apresentada por S. Y. O. constituiu-se, a rigor, em uma confissão de culpa. Uma avaliação dessa defesa, de fato, não deixa qualquer dúvida da admissão das acusações por parte da denunciada, embora esta afirme que nada foi premeditado ou mal intencionado e mencione diversos fatos com o objetivo de justificar ou atenuar a gravidade de seus atos. Uma questão séria, que merece consideração, é que ela cita haver, entre a UFMG e a UFPA, outras teses e dissertações plagiadas, em relação às quais nenhuma providência foi tomada em função de inexistência de denúncia. (p. 10)

E o relator conclui seu parecer da seguinte forma:

Com base exposto, smj, este relator se manifesta pela ratificação do parecer da Câmara de Pós-Graduação, favorável à cassação do diploma de doutorado em Estudos Literários obtido na Faculdade de Letras da UFMG por S. Y. O.

Este relator toma ainda a liberdade de recomendar que o Pós-Lit investigue formalmente, com o devido rigor, a afirmação de S. Y. O. de que existem, entre a UFMG e a UFPA, outras teses e dissertações plagiadas.

Em reunião do dia 07 de abril de 2015, o CEPE delibera pela anulação da defesa da tese e cassação do título de Doutora de S. Y. O. No plenário do CEPE, conforme a Ata da Reunião, o assunto foi colocado em votação.

Após discussões, a Sr.^a Presidente submeteu a votação o voto do Parecer do Relator, de forma desmembrada:

a) Voto a favor da ratificação do Parecer da Câmara de Pós-Graduação, que conclui pela cassação do diploma de doutorado em Estudos Literários, obtido na Faculdade de Letras da UFMG por S. Y. O. Aprovação unânime do Plenário.

b) Recomendação de que o Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras (Pós-Lit) investigue formalmente, com o devido rigor, a afirmação de S. Y. O. de que existem, entre a UFMG e a UFPA, outras teses e dissertações plagiadas. Aprovação do Plenário, apurando-se uma abstenção na votação.

A seguir, a Sr.^a Presidente submeteu a votação a proposta de que o CEPE recomende ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários investigação para apurar a existência ou não de plágio no artigo intitulado A mitologia marajoara no imaginário amazônico, também de autoria de S. Y. O., resultado de sua tese de Doutorado, publicado na Revista Em Tese, periódico eletrônico quadrimestral do Pós-Lit, e, na hipótese de constatação de plágio, seja providenciada a retratação pelo Conselho Editorial do referido periódico. O Plenário aprovou a proposta de recomendação, apurando-se duas abstenções na votação. (p. 3)

Vale registrar, no entanto, que cabe ao Conselho Universitário da UFMG a decisão final sobre a matéria. E, antes de o processo ser discutido no plenário desse Órgão, a Comissão de Legislação da Universidade também emite parecer para subsidiar a decisão do Conselho Universitário. O relator, nessa fase de apuração, é realizado por um docente, Diretor de uma Unidade Acadêmica.

De acordo com o relator ficou provado ãa autoria e a materialidade de plágio de que foi vítima J. A. F.ö (p.2). Dessa forma, considera que,

A decisão adotada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sustentada em farto material probatório, está revestida de legitimidade e confere segurança à comunidade acadêmica para ratificar o veredito, pois, além de combater a fraude acadêmica, cumpre-se função pedagógica no sentido de dar amplo conhecimento de que a improbidade intelectual é inadmissível no ambiente universitário e deve ser severamente repudiada. (p. 2)

A decisão proferida pelo CEPE, no sentido de anular a defesa da tese e cassar o título de Doutor conferido a S. Y. O., deve, por esses motivos, ser referendada por este Conselho. (p. 2)

Com o objetivo de reforçar os fundamentos de seu parecer, o relator da Comissão de Legislação comenta que consultou na Plataforma Lattes o *curriculum vitae* de S. Y. O. e verificou que a autora de plágio é Professora Associada da Universidade Federal do Pará, com título de Doutor emitido pela UFMG o que lhe qualificou para ascender a condição de Professora Associada.

O relator entende que a decisão de cassação do título de Doutor acarreta uma série de efeitos que não se encerram com a deliberação do Conselho Universitário (p. 3), pois afirma que nesse caso há repercussões financeiras, considerando que sem o título de Doutor não poderia ser professora associada e conseqüentemente não seria remunerada por sua titulação. Dessa forma, com a cassação do grau de Doutor de S. Y. O., compreende que é imprescindível que a UFPA seja informada para tomar as providências administrativas pertinentes, bem como o Ministério Público, por ser a autora do plágio servidora pública federal, que utilizou de meio fraudulento para obtenção do título de Doutor e que, em decorrência desse ardil, obteve indevida vantagem econômica, [] para averiguar a prática de ato de improbidade administrativa. (p. 3). Sendo assim, o relator conclui seu parecer da seguinte forma:

Pelo exposto, considerando estar demonstrado a existência do plágio praticado por S. Y. O., bem como a sua inadequação à probidade, responsabilidade e compromisso que a Universidade Federal de Minas Gerais exige de seus pós-graduandos, em harmonia com a conclusão da Comissão Processante, voto pela anulação da defesa da tese e cassação do título de Doutor que lhe foi concedido.

Recomendo, ainda:

1. seja oficiado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ informando sobre a deliberação do Conselho Universitário da UFMG, para que adote as providências administrativas e disciplinares que entender cabíveis;

2. dar ciência deste processo ao Ministério Público Federal para fins de responsabilização legal da autora do plágio por eventual prática de ato de improbidade administrativa e apuração de outros ilícitos porventura existentes;
3. intimar S. Y. O. para ter conhecimento da decisão;
4. oficiar à Professora J. A. F. comunicando-lhe a decisão deste Conselho.

O parecer do Relator da Comissão de Legislação foi discutido no plenário do Conselho Universitário, em reunião do dia 13 de outubro de 2015. A Ata dessa reunião registrou o seguinte:

[í] por se tratar do primeiro caso dessa natureza na UFMG, foi adotado o procedimento de apreciação da matéria e deliberação tanto pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão como pelo Conselho Universitário. Houve breves considerações sobre o assunto e a sugestão de que a UFMG reforce a divulgação de documento produzido pela Academia Brasileira de Ciências, disponível na página da Pró-Reitoria de Pesquisa na Internet, intitulado Rigor e integridade na condução da pesquisa científica: guia de recomendações de práticas responsáveis, cujas diretrizes foram adotadas pela UFMG, conforme decisão tomada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 05 de novembro de 2013. O Sr. Presidente, após obter a anuência do Plenário, colocou em votação o Parecer no 24/2015 da Comissão de Legislação, cujo voto conclui pela anulação da defesa da tese de doutorado de S. Y. O. e pela cassação do título de Doutora em Estudos Literários, obtido na UFMG. O documento foi aprovado pelo Plenário, apurando-se na votação trinta e sete votos a favor e quatro abstenções, duas das quais com a declaração de voto das Professoras Sandra Regina Goulart Almeida e Graciela Inés Ravetti de Gomez, que afirmaram já terem se manifestado sobre o assunto, no âmbito da Faculdade de Letras. O Sr. Presidente observou que o Parecer nº 24/2015 da Comissão de Legislação apresenta algumas recomendações, tais como a de que a Universidade Federal do Pará seja cientificada da deliberação do Conselho Universitário da UFMG, para que adote as providências administrativas e disciplinares que entender serem cabíveis, e a de que o processo seja enviado ao Ministério Público Federal, para fins de responsabilização legal da autora do plágio por eventual prática de ato de improbidade administrativa e apuração de outros ilícitos porventura existentes. Os Universitários participantes da presente sessão como convidados pediram registro em ata de que, se pudessem votar, haveria seis abstenções adicionais.

Por ter mencionado, acima, a reunião do CEPE de 05 de novembro de 2013, resgatei a Ata dessa reunião para verificar a decisão referente ao documento produzido pela Academia Brasileira de Ciências, disponível na página da Pró-Reitoria de Pesquisa na internet, intitulado Rigor e integridade na condução da pesquisa científica: guia de recomendações de práticas responsáveis, cujas diretrizes foram adotadas pela UFMG. Da Ata consta o seguinte registro:

Proposta de adoção, pela UFMG, das diretrizes da Academia Brasileira de Ciências para a condução de pesquisa científica - Foram distribuídos aos Conselheiros o Ofício nº 446/2013 da Pró-Reitoria de Pesquisa (ANEXO G) e o Relatório sobre integridade científica, elaborado pela Academia Brasileira de Ciências (ANEXO H). O Sr. Presidente

passou a palavra ao Pró-Reitor de Pesquisa, Professor Renato de Lima Santos, que apresentou a matéria aos Conselheiros, esclarecendo que, caso seja aprovada pelo CEPE a proposta de adoção, pela UFMG, das diretrizes da Academia Brasileira de Ciências para a condução de pesquisa científica, o documento será disponibilizado na página eletrônica da Pró-Reitoria de Pesquisa.

Por oportuno, vale registrar uma informação resgatada do Jornal *o Impacto*⁷, publicada em 02 de fevereiro de 2016, na internet.

Após as denúncias de plágio em sua tese e cassação do título de doutorado obtido em 2004, a Universidade Federal do Pará (UFPA) informou que a docente S. Y. O. foi exonerada de funções administrativas na instituição e perdeu gratificações e progressões salariais referentes a titulação de doutora. Ainda de acordo com a nota, a professora deverá ainda devolver à UFPA os valores retroativos recebidos devido à titulação que foi anulada. O valor total que deve ser devolvido não foi divulgado. (sic)

Apesar da exoneração nas funções administrativas, S. Y. O. continua como professora da Faculdade de Comunicação da instituição. O motivo, segundo a nota da UFPA, é que o concurso público no qual foi aprovada não exigia o título de doutorado.

A repercussão desse caso de plágio foi até as últimas consequências, visto que além da cassação do título de doutor, a docente da UFPA teve sua reputação exposta, pois o caso foi divulgado em várias mídias, teve perdas salariais advindas da titulação, e ainda, teve que devolver valores financeiros retroativos recebidos por conta da titulação anulada. É um caso desastroso, considerando a repercussão que teve, mas, apesar de danoso, fica de exemplo para a academia o plágio não compensa.

3.3.2. O Caso da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO)

Assim como no caso de plágio da Faculdade de Letras relatado acima, os dados que serão registrados a seguir, referentes ao caso de plágio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, foram extraídos dos pareceres emitidos pelos relatores dos processos para subsidiar a decisão do CEPE e do Conselho Universitário, bem como das Atas do CEPE e Conselho Universitário que deliberam sobre o assunto. Diante disso, ressalta-se que os dados registrados a seguir foram extraídos do parecer emitido por membro do CEPE para subsidiar a

⁷ O IMPACTO. *Professora da UFPA é exonerada após plágio em sua tese*. 2016. Disponível em: <<http://oimpacto.com.br/2016/02/02/professora-da-ufpa-e-exonerada-apos-plagio-em-sua-tese/>> Acesso em: dez. de 2017.

decisão do CEPE.

Para apuração da denúncia de plágio em dissertação de mestrado defendida por P. C. L., em 2010, junto ao Mestrado em Lazer da EEEFTO, foram abertos dois processos, um de Sindicância Investigatória e outro Administrativo Disciplinar.

A relatora registra, detalhadamente, todas as comunicações eletrônicas que ocorreram entre a orientadora do trabalho e sua orientanda, P. C. L., iniciadas em 07 de junho de 2011, antes da abertura formal do processo de denúncia, que ocorreu em 05 de agosto de 2011. Algumas informações da tramitação do processo serão registradas a seguir de forma sucinta, considerando-se que o processo de sindicância tramitou de 08 de novembro de 2011 até 26 de abril de 2013.

Em 08 de novembro de 2011 o diretor da EEEFTO abriu processo disciplinar para apurar denúncia de plágio em dissertação defendida no Mestrado em Lazer em 2010. Foi instituída uma Comissão constituída por três professores da Escola. No processo, constam registros de várias mensagens eletrônicas trocadas, inicialmente, entre E. L. F., autora do trabalho plagiado, e P. C. L., em que a primeira aponta a cópia literal de trechos de sua tese na dissertação da segunda. Essa mensagem foi enviada com cópia para a orientadora e para o co-orientador do trabalho de P. C. L., em 07 de junho de 2011. Do mesmo modo, constam ainda no processo mensagens de P. C. L., datadas de 27 de junho de 2011 e 06 de julho de 2011, para seus orientadores, agendando encontro presencial na UFMG e ãndicando ausência de má fé de sua parte na questão da cópia de trechos da tese em questão e atribuindo parte da responsabilidade a problemas de orientação (p. 1).

De acordo com registros, em 17 de julho de 2011, P. C. L. envia aos seus orientadores e para E. L. F. versão revista, ainda incompleta, de sua dissertação, indicando ter realizado alteração nos textos em que ãhavia feito um uso incorreto do trabalho de E. L. F. (p. 1); e em 20 de junho de 2011 envia versão completa de sua dissertação revista e solicita à E. L. F. que fizesse uma ãleitura e verificação da persistência de plágio.

Em 5 de agosto de 2011, a orientadora de P. C. L. envia ofício ao Comitê de Ética relatando ter tomado conhecimento da acusação de plágio e que, após encontro com a orientanda e o co-

orientador do trabalho, a situação não ficou esclarecida. Esse ofício também foi enviado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Lazer para conhecimento.

Em 6 de agosto de 2011, P. C. L., por meio de mensagem eletrônica, informa aos seus orientadores, que õbuscou *software* farejador de plágio para comparar os dois trabalhos de conclusão de pós-graduação. (p. 2). Dois dias depois, informa as providências tomadas para a revisão de sua dissertação e encaminha consulta que enviou a advogado sobre a questão de plágio.

Em 10 de agosto de 2011, P. C. L. envia versão final, revista, de sua dissertação e a versão da dissertação apresentada na defesa, destacando as partes identificadas pelo *software* antiplágio. Em resposta, no dia 18 de agosto de 2011, a orientadora informa que o caso foi encaminhado ao Comitê de Ética, não cabendo, portanto, receber material adicional. No entanto, ainda em 9 de setembro de 2011, o Comitê de Ética informa à orientadora da dissertação que esse caso não é de sua atribuição, já que, conforme Resolução nº 08/2007 do Conselho Univertário, é um Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Assim, em 21 de setembro de 2011, a orientadora envia cópia da informação do Comitê de Ética ao Colegiado do Programa de Estudos do Lazer para providências.

Em 1º de novembro de 2011, o coordenador do Programa de Estudos do Lazer envia ofício ao diretor da EEEFFTO relatando a denúncia de plágio e solicitando, após consulta à Procuradoria Jurídica da UFMG, a instauração de processo disciplinar. Seis dias depois, o diretor da EEEFFTO publicou a Portaria 054 constituindo uma Comissão para verificar os fatos relatados sobre a acusação de plágio. Em 29 de novembro de 2011, a Comissão inicia os trabalhos e decide por ouvir todos os envolvidos no caso (orientadora, coorientador, coordenador do programa, E. L. F. e P. C. L.).

Como encaminhamentos seguintes, em 28 de dezembro de 2011, a Comissão envia Termo de remessa do processo ao diretor da EEEFFTO e em 9 de fevereiro de 2012 o diretor envia processo à PJ e solicita orientações sobre os procedimentos seguintes. Em resposta, a PJ, em 6 de março de 2012, indica õa necessidade de continuidade dos trabalhos da comissão de sindicância investigatória até a verificação dos fatos e emissão de parecer conclusivo, quando os autos devem retornar à PJõ (3-4). Assim, em 06 de março de 2012, a Comissão é reconstituída (Portaria

021/2012) para retomar os trabalhos e dar continuidade ao processo disciplinar para apuração da denúncia de plágio.

Em 27 de março do mesmo ano, a Comissão analisa todos os registros e conclui que as evidências são suficientes para caracterizar plágio cometido pela aluna P. C. L. e recomenda a instauração de comissão para aplicação das penalidades cabíveis (p. 4). O diretor novamente envia o processo para apreciação da PJ, em 29 de março de 2012, que responde, em 4 de maio de 2012, instruindo sobre a necessidade de continuidade dos trabalhos da comissão de relatório final indicando onde os destaques apontados teriam sido extraídos do trabalho supostamente "plagiado" indicando as páginas correspondentes, assim como especificar as demais provas consideradas em suas conclusões (p.4) (sic).

No ano seguinte, em 5 de março de 2013, nova comissão é instituída (Portaria 07/2013) a comissão punitiva à discente que cometeu plágio em trabalho de dissertação de mestrado defendido em 2010 no curso de Estudos do Lazer. A comissão punitiva, em 19 de março de 2013, entende que a comissão investigativa deve atender às recomendações da PJ. Tal comissão investigativa, em 26 de abril de 2013, reitera a conclusão de plágio realizado na dissertação de P. C. L. sobre a tese de E. L. F., listando 50 (cinquenta) referências, indicadas páginas, parágrafos e linhas, em que há direta sobreposição do texto da dissertação ao da tese (p. 4-5). Nesses termos, em 27 de setembro de 2013, o processo é enviado à PJ pelo Diretor da EEEFTO.

3.3.2.1. O Processo Administrativo Disciplinar

Nesta etapa, o Processo Administrativo Disciplinar tramitou de 17 de maio de 2013 a 12 de março de 2015 e teve a seguinte tramitação:

Em 17 de maio de 2013, o diretor revoga a Port. 07/2013 e institui novamente a comissão punitiva à discente que cometeu plágio em trabalho de dissertação de mestrado defendido junto ao Mestrado em Lazer, no ano de 2010 (Portaria 19/2013). Assim, em 06 de junho de 2013, a comissão decide pela indicação e citação de P. C. L., que tem direito a amplo acesso ao processo para que possa apresentar defesa escrita (p. 5).

A defesa de P. C. L. foi apresentada por advogado, que solicita a nulidade do processo de Sindicância Investigatória, em função de supostos vícios relativos à instauração e instrução do mesmo; quanto ao mérito, o representante legal discute o conceito de plágio e a falta de intenção da acusada, concluindo que não há plágio (p. 7). Em 3 de setembro de 2013, a comissão analisa a defesa apresentada pela advogada de P. C. L. e considera improcedentes os argumentos apresentados, decidindo-se pela indicação de anulação da defesa de dissertação de P. C. L. e, conseqüentemente, pela cassação de seu título de Mestre em Lazer, por haver ferido o Regimento Geral da UFMG, tendo cometido prática de atos incompatíveis com a dignidade universitária (p. 5).

Em 07 de outubro de 2013 o diretor da EEEFTO envia o processo à PJ, que se manifesta, em 14 de maio de 2014, considerando adequados os procedimentos e indicando que o processo seja submetido à deliberação superior da UFMG que, por sua vez, aprovando a aplicação das penalidades aqui propostas, gere registro no histórico escolar da interessada da punição recebida (p. 7). A PJ também indicou a necessidade de reinstalar a Comissão de Sindicância Investigatória para apuração da responsabilidade dos orientadores no caso de plágio em pauta. A EEEFTO tomou essa providência, todavia, a comissão não encontrou indícios de comprometimento dos orientadores, de modo que foi indicado o arquivamento do processo, solução acatada pela Direção da Unidade (p. 7). Ainda assim, em 12 de março de 2015, o diretor da EEEFTO envia ao Reitor da UFMG, para análise e deliberação do CEPE, os três processos que tramitaram na Unidade: o Processo da Comissão Investigatória, Processo Administrativo Disciplinar e Processo de Sindicância Investigatória para avaliação de eventual culpa dos orientadores no plágio identificado (p. 7). Em 12 de maio de 2015, os processos de Comissão de Sindicância Investigatória e Administrativo Disciplinar são enviados à relatora para emissão de parecer para apreciação do CEPE. Em relação ao terceiro processo, referente à Sindicância Investigatória para avaliação de eventual culpa dos orientadores no plágio identificado, após consulta da relatora, a SODS informa que o processo foi arquivado por indicação da comissão.

No mérito do parecer, a relatora faz referência à morosa tramitação do processo, tendo em vista que a primeira Portaria do Diretor da EEEFTO data de 8 de novembro de 2011, em função de diversas circunstâncias, entre elas o zelo de cumprir todas as etapas para apuração de denúncias

recebidas pela Instituição. De acordo com a relatora, a evidência de plágio foi apontada, inicialmente, por uma aluna do Mestrado em Lazer, que tinha em mãos, para análise, cópia da dissertação de P. C. L., intitulada "Eu sou angoleiro: a aprendizagem da/na capoeira angola e suas relações com o lazer", defendida no Mestrado em Lazer em 2010, e da tese de E. L. F. intitulada "A aprendizagem da e na prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte", defendida no Doutorado em Educação em 2008. Essa aluna, ao perceber as semelhanças entre os dois trabalhos, informou à E. L. F., que comparou e reconheceu várias partes de sua tese na dissertação de P. C. L. Por mensagens eletrônicas, com cópia para a orientadora de ambos os trabalhos e para o coorientador de P. C. L., E. L. F. informa a P. C. L. a detecção de plágio. Segundo a relatora, ao longo das mensagens, P. C. L. assume ter cometido plágio de modo não intencional [í] "quero que fique bem claro que não tive intenção de copiar, de má fé, partes do texto da tese da E. L. F. como plágio como já coloquei no e-mail anterior". (p. 7)

A relatora registra que reconhece que há ampla discussão sobre plágio e seus conceitos, mas, destaca o comentário de Elisângela Dias Menezes (In: MENEZES, E. D. Curso de Direito Autoral. Ed. Del Rey, 2007. P. 132-133 *apud* Parecer nº 260/2014/PF-UFGM/PGF/AGU/APT, assinado pela Procuradora Federal Ana Paula Andrade Torga, item P, fl. 38v),

Quem usa trechos de obras de outrem sem lhes atribuir a devida autoria estará cometendo plágio. Inclusive não é necessário que se trate de uma reprodução fiel, bastando a apropriação os elementos criativos. Busca-se definir, por essa expressão, o conjunto de características que tornem uma obra original, passando pela sua linguagem, construção estética e estilo próprio do autor.

Assim a obra plagiadora sempre remete seu interlocutor à obra plagiada. Observa-se, entre ambas, algum tipo de identidade, que tanto pode ser na linguagem quanto em qualquer elemento de forma estética. Falta ao autor plagiador, a necessária criatividade e também a ética para idealizar obra de estilo próprio, independente e única em seu formato, em sua significação e articulação.

(í)

É imprescindível, assim, o resguardo da autoria nas citações e utilizações de obras alheias. Trata-se não só de respeito aos direitos morais do autor citado, mas também da garantia de originalidade da obra a ser criada. A identificação deve ser feita individualmente e o uso precisa ser restrito ao estritamente necessário. (p. 7-8)

Para a relatora,

[...] dada a extensão dos trechos copiados, nos quais simplesmente são trocadas as menções originais de futebol, tema da tese de E. L. F., pela capoeira, tema da dissertação de P. C. L., fica impossível não reconhecer a intencionalidade com que pontos, vírgulas, travessões e itálicos foram repetidos. Mesmo o alegado desconhecimento de que essa atitude configure o condenável plágio, apresentada pela acusada no início do processo, não parece cabível, dada a vivência que a mesma teve no ambiente acadêmico, em especial na pós-graduação *stricto sensu*, onde são reiteradamente discutidas questões relativas à ética e ao respeito a direitos autorais. (p. 9)

A relatora também chama a atenção para o Artigo 106 do Regimento Geral da UFMG, Resolução Complementar nº 03/2012, de 27/11/2012, que prevê os princípios que regem a conduta do discente no que se refere à ordem disciplinar e destaca

[...] o inciso IV (proibição na execução dos trabalhos escolares) e o inciso IX (conduta compatível com a dignidade universitária, pautada pelos princípios éticos institucionais), ambos intensamente feridos pela conduta adotada por P. C. L. para a redação do documento que lhe permitiu passar pela sessão de defesa perante comissão examinadora, parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Lazer. (p. 9)

Por fim, a relatora conclui o seu parecer considerando procedente a indicação de anulação da defesa da dissertação de P. C. L., intitulada "Eu sou angoleiro: a aprendizagem da/na capoeira angola e suas relações com o lazer", defendida no Mestrado em Lazer da EEFPTO, em função das irrefutáveis evidências de cópia literal e não referenciadas do trabalho de outrem. E, dessa forma, manifesta o pleito de cassação do título de Mestre de P. C. L., por haver ferido princípios que regem a conduta do discente, no que concerne à ordem, previstos no Regimento Geral da UFMG (p. 9). De posse do parecer da relatora, o CEPE, em reunião do dia 22 de março de 2016, decide pela cassação do título de Mestre em Lazer, obtido por P. C. L.

Em seguida, o processo é encaminhado à Comissão de Legislação para emissão de parecer, a fim de subsidiar a decisão final, que é da competência do Conselho Universitário. Nesse ato, o relator da Comissão de Legislação resgata vários pontos e reconhece que a identidade entre os textos é demonstrada à exaustão nesse processo, tendo em vista que tanto a Comissão de Sindicância, quanto a Comissão Processante, identificaram 50 trechos que foram copiados *ipsis litteris* da tese de E. L.F. fazendo o devido cotejo entre as páginas do trabalho plagiado e a dissertação da

Processadaõ (p.1). Afirma, então, que a õmaterialidade é indiscutívelõ (p.2). Dessa forma, assevera que a decisão do CEPE é,

[í] sustentada em farto material probatório, está revestida de legitimidade e confere segurança à comunidade acadêmica para ratificar o veredito, pois além de combater a fraude acadêmica, cumpre-se função pedagógica no sentido de dar amplo conhecimento de que a improbidade intelectual é inadmissível no ambiente universitário e deve ser severamente repudiado. (p. 3)

Nesse sentido, o relator considera que a decisão do CEPE õé proporcional à gravidade do ilícitoõ e indica que a decisão de anulação da defesa da dissertação e cassação do título de Mestre de P. C. L. seja referendada pelo Conselho Universitário (p. 3).

O Conselho Universitário, em reunião do dia 30 de agosto de 2016, abordou vários aspectos sobre a prática do plágio em trabalhos acadêmicos, entre outros, os seguintes:

- a) utilização de mecanismos que possam evitar a apropriação de ideias e de trabalho alheio, sem menção ao autor;
- b) garantia de investigação em caso de suspeita de plágio e aplicação de medidas corretivas e punitivas, se comprovada a má conduta do autor;
- c) responsabilização legal única e exclusivamente do autor de dissertações e teses, em caso de plágio, conforme a Lei no 9.610/1998, referente a direitos autorais;
- d) descaracterização do trabalho de orientação de dissertações e teses como coautoria;
- e) adequado cuidado, por parte dos orientadores de pesquisadores em formação com a qualidade científica da produção e a observância das boas práticas acadêmicas e preceitos éticos, durante a elaboração de trabalhos acadêmicos;
- f) importância da conscientização da comunidade quanto à violação dos princípios de integridade científica, entre os quais o uso indevido da propriedade intelectual;
- g) ampliação da divulgação, também no âmbito da Graduação, do documento da Academia Brasileira de Ciências/ABC intitulado Rigor e integridade na condução da pesquisa científica ó guia de recomendações de práticas responsáveis, disponível na Internet, na página da Pró-Reitoria de Pesquisa, o qual foi acolhido com pequenos ajustes pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 05 de novembro de 2013, como diretrizes a serem seguidas na UFMG, e tem sido entregue aos alunos de Mestrado e Doutorado, por ocasião do seu ingresso.

Por fim, a decisão final foi tomada, sendo deliberada a õanulação da defesa da dissertação apresentada por P. C. L. e, em decorrência, pela cassação do título de Mestre em Lazerõ.

3.3.4. Considerações sobre os dois casos de plágio da FALE e da EEEFTO

Tendo em vista toda tramitação dos processos no âmbito da UFMG, podemos considerar que os dois casos de plágio foram analisados em todas as instâncias que percorreram o Colegiado dos Cursos, Comissões de Sindicância e Administrativas Disciplinares, CEPE e Conselho Universitário de forma responsiva e criteriosa. Seguiram os protocolos previstos no Regimento Geral da Universidade e, somente após o cumprimento de todas as etapas, os casos foram julgados em instância máxima, no Conselho Universitário. Todo esse zelo demonstra que a UFMG não tomou nenhuma decisão sem antes ter esgotado todos os pontos que poderiam suscitar quaisquer dúvidas em relação aos casos que foram julgados. Essa postura da Universidade, a adoção de tais procedimentos, traz tranquilidade e segurança para a comunidade acadêmica, pois demonstra a seriedade da Universidade para tomar decisões, e esse ritual se aplica em qualquer situação. Nesse sentido, podemos assegurar que a UFMG foi extremamente zelosa, cautelosa e criteriosa na condução dos dois casos de denúncias de plágio: i) o caso do Doutorado em Estudos Literários da Faculdade de Letras; e ii) o caso do Mestrado em Lazer da Faculdade de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Contudo, também podemos afirmar que houve equívocos na tramitação de ambos os casos pois, os processos foram extremamente morosos, tendo em vista que o caso da Faculdade de Letras demorou 6 anos e 8 meses, considerando desde a sua denúncia até o seu julgamento no Conselho Universitário. Também o caso da EEEFTO, apesar de tramitar em um tempo um pouco menor, foi igualmente moroso, pois foi necessário o tempo de 5 anos e 2 meses até o seu julgamento final, com o agravante na condução da oitiva dos envolvidos, tendo em vista que a orientadora da dissertação da aluna que cometeu plágio não foi ouvida.

Apesar da Universidade possuir trâmites claros e criteriosos para análise de processos, administrativos e acadêmicos, parece não ter justificativa plausível o fato de a tramitação desses casos ter demorado tanto tempo: em alguns momentos os processos ficaram parados por meses, sem qualquer pronunciamento da instância investigatória. Essa lentidão e morosidade na tramitação de processos é um grande entrave, sendo associados à falta de eficiência na resolução de problemas. Por isso, é preciso avaliar e diagnosticar essa lentidão, melhorar o tempo de resposta

dos órgãos envolvidos, visando maior celeridade e eficiência na tramitação dos processos, pois não é razoável tamanha morosidade na solução de qualquer problema no âmbito da Universidade.

Tomando por base os dois casos de plágio que tramitaram em todas as instâncias da Universidade, ficou demonstrado que a comunidade acadêmica desconhece, efetivamente, a real tramitação desses processos, assim como, a questão dos prazos, pois parece não fazer parte dos procedimentos, ou, pelo menos, não são seguidos ou cobrados pela Administração Central.

Dessa forma, constatamos que os desfechos desses dois casos de plágio demonstraram a necessidade de a Universidade estabelecer políticas educativas, de combate e de prevenção ao plágio, como uma forma de evitar casos dessa natureza, que foram às últimas consequências: cassação dos títulos de mestre e de doutor de duas alunas.

3.3.5. Outros casos de plágio na Pós-Graduação

Academicamente falando, o desfecho dos dois casos de plágio apresentados acima foi desastroso, visto que eles foram julgados em instância máxima na Universidade, acarretando a cassação dos títulos de Doutor e de Mestre de duas alunas. Todavia, esses não foram os únicos casos de plágio encontrados nas Atas de reuniões de Colegiados de cursos de Pós-Graduação. Conforme registrado anteriormente, foram encontrados seis registros de plágio.

Vale registrar que o caso da EEFFTO não foi identificado por meio de Atas do Colegiado, mas pela repercussão do caso, divulgação no *site* da UFMG e na internet. Além dos casos analisados, da FALE e da EEFFTO, houve registros nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Ciência de Alimentos, Estudos Linguísticos e Direito, que serão sucintamente comentados a seguir, tendo em vista que os registros nas Atas constam, basicamente, a decisão final do Colegiado sobre os casos, isto é, a discussão que certamente ocorre durante as reuniões dos Colegiados não são registradas em Atas.

1) O caso de plágio no Programa de Arquitetura e Urbanismo

O Programa de Arquitetura e Urbanismo tratou da questão do plágio e da ética e integridade na pesquisa por vários momentos, conforme registrados a seguir.

A) Ata de 14/08/2017 - uma aluna do Mestrado, que defendeu sua dissertação em 2010, denunciou que sua dissertação foi plagiada por um aluno do Curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental da UFOP. A defesa de dissertação desse aluno ocorreu em 2014. A coordenadora do Programa entrou em contato com o coordenador do curso da UFOP esclarecendo que a denúncia de plágio foi identificada através de softwares de evidencição de plágio, anexando trechos que atestariam o plágio e solicitando ao professor averiguar a suspeita apresentada e proceder aos encaminhamentos e providências cabíveis. O Coordenador respondeu manifestando sua perplexidade com o fato e informou que o caso foi levado ao Colegiado do seu Curso e que agendou reunião com o estudante autor da dissertação, e seu orientador, para esclarecimentos, além de entrar em contato com o Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFOP para definir as próximas ações de seu Programa. (ATA 2017_7, de 14/08/2017)

B) Anteriormente, em maio de 2015, uma professora do Programa relatou que recebeu a primeira versão da tese de seu orientando e mencionou a sua preocupação com o fato de o trabalho somente conter recortes de citações. O Colegiado sugeriu à Professora devolver o trabalho ao estudante com a observação de que está aguardando o texto autoral do discente e enviando a ele a lei de plágio para o aluno estar ciente da gravidade da situação. (ATA 2017_3, de 15/05/2017)

C) Em 2014 o Programa coloca na pauta de reunião do Colegiado a solicitação da Capes para o fortalecimento da participação da Pós-Graduação brasileira na 4TH WCRI ó Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa que ocorreu no Rio de Janeiro em junho de 2015. Segundo a coordenadora,

A CAPES destaca que a participação na Conferência é importante no sentido de se avançar na conscientização ampla dos pós-graduandos brasileiros sobre desafios éticos contemporâneos no âmbito da ética em publicações, de critérios de autoria científica, da comunicação científica para os pares e para o público e sobre problemas relacionados ao plágio, a retracção e à correção da literatura, dentre outros. (ATA 2014_10, de 02/12/2014)

A Coordenadora se comprometeu a participar do evento e estendeu o convite para professores e alunos do NPGAU.

D) Em 2012 o Colegiado discute sobre a qualidade das teses e dissertações do Programa. A questão do plágio também foi amplamente discutida. Uma professora sugeriu a eliminação da revisão bibliográfica (referencial teórico) nos trabalhos, porque, segundo ela, nesta parte é que surgem os plágios. Contudo, outra professora destacou a importância da revisão bibliográfica, que contribui para acrescentar a perspectiva daquele pesquisador sobre o tema. Uma outra professora falou que há necessidade de se esclarecer ao aluno o que é a prática do plágio e os limites de citação na linguagem acadêmica correta, porque algumas vezes o plágio é involuntário. (ATA 2012_3, de 05 e 06/03/2012)

Vale registrar que o Programa de Arquitetura e Urbanismo enviou contribuições para a elaboração da Resolução sobre ética em pesquisa nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, conforme Consulta à Sociedade, aberta em julho de 2015 pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. (ATAS 2015_7 e 2015_8, de 20/08/2015 e 21/09/2015)

Como visto, o Colegiado do Programa de Arquitetura e Urbanismo discutiu, em várias reuniões, questões que envolvem o plágio no desenvolvimento das dissertações e teses, contudo, não ficou claro o reflexo e a repercussão dessas discussões no corpo discente do Programa, pelo menos não localizamos os registros formais nas Atas ou documentos disponíveis. Fica então a pergunta: as discussões sobre plágio ocorridas no Colegiado também foram extendidas e discutidas com os alunos do Programa?

2) O caso de plágio no Programa de Antropologia

Em julho do ano de 2009, o coordenador do Programa de Antropologia informa que recebeu uma denúncia de plágio cometido por um aluno do Curso. Segundo a denunciante, o aluno copiou trecho de seu livro e publicou em um artigo disponibilizado no site do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, Instituto onde o discente trabalha, sem fazer as devidas referências bibliográficas. O aluno reconheceu o erro, se desculpou pelo equívoco, mas disse que não teve o propósito em cometê-lo (sic), corrigindo assim o artigo. O Colegiado discutiu o caso e considerou que a omissão do aluno representa um grave descuido para os princípios que norteiam a vida acadêmica, embora não envolva má fé de sua parte, e que isso deve servir de alerta e exemplo para o conjunto de discentes do Programa.

3) O caso de plágio no Programa de Ciência de Alimentos

No Programa de Ciência de Alimentos também foi aberto Processo de Sindicância Investigatória para apuração de denúncia de indício de plágio. Os registros em Atas do Colegiado não deixam claro, mas parece que a denúncia partiu de um professor em relação a uma professora e possivelmente uma aluna do programa, pois o indício de plágio foi verificado em uma dissertação. O Processo de Sindicância foi concluído sem a constatação de que houve plágio.

4) O caso do Programa de Direito

Consta da Ata de reunião do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito de 22 de dezembro de 2014 que um aluno de mestrado foi reprovado pela Banca Examinadora na defesa de sua dissertação ocorrida em 16 de dezembro de 2014. Segundo o Presidente da Banca, orientador do aluno, na arguição pela banca, o mestrando reconheceu que não fez algumas citações devidas. A banca entendeu que houve reprodução, em parte, de textos de um colega, sem as devidas citações bibliográficas. Ele ressaltou que, para a banca, não havia elementos suficientes para caracterizar uma intensão dolosa e de má-fé, embora o mestrando tenha sido descuidado e imaturo. O aluno, presente nessa reunião de Colegiado, de 22 de dezembro de 2014, pediu que incluísse na ata manifestação por escrito, o que foi deferido pelo Colegiado. Pelo nível de detalhamento, o documento será reproduzido a seguir, na íntegra.

AO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Prezados, Como é do conhecimento geral, o resultado pronunciado pela banca examinadora na sessão pública de defesa da minha dissertação de mestrado, ocorrida em dezembro de 2014, foi no sentido de insucesso da defesa. Diante das acusações feitas na ocasião, gostaria de prestar alguns esclarecimentos. (i) Na arguição feita pela Profa. Dra. M. F. S. R., foram apontados dois excertos transcritos e/ou parafraseados sem a devida referência às fontes, constantes da página 24 e das páginas 27 e 28 da dissertação. Na ocasião, reconheci parcialmente o erro por mim cometido. Entretanto, como não fui informado previamente das acusações, não tive oportunidade de apresentar uma expliação adequada, já que, além do tempo exíguo para a reflexão, não possuía em mãos os textos dos quais os excertos foram retirados. Por esse motivo, a presente manifestação se presta, em primeiro lugar, como um veículo de esclarecimento e defesa; (ii) Reconheço que utilizei os textos mencionados pela banca em sua arguição, ambos de autoria do doutorando D. F. L. G., para a elaboração da dissertação, esquecendo-me de fazer a devida referência. Tenho consciência de que o descuido consubstancia um equívoco grave, pelo qual assumo a responsabilidade. Porém, entendo necessário delimitar a extensão desse erro; (iii) O excerto da página 24 diz respeito a sete linhas e foi retirado do paper *A constitucionalização simbólica* ó algumas notas críticas sobre a tese de Marcelo Neves, apresentado pelo D. em abril de 2013. A

transcrição é praticamente literal. O deslize ocorreu em função de o livro *“A constitucionalização simbólica”* de Marcelo Neves, ter composto a bibliografia do concurso público para Consultor Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Edital 2013), ao qual me submeti e no qual fui aprovado. No segundo semestre de 2013, na preparação para as provas do certame, elaborei um caderno manuscrito (de uso estritamente pessoal) de resumos de todos os artigos e livros contemplados na referida bibliografia. Para o resumo de *“A constitucionalização simbólica”* tomei emprestada a descrição de um conceito feita pelo D. em seu paper. Um ano depois, quando da elaboração da dissertação, utilizei-me do meu material pessoal de estudo para o concurso da ALMG, inclusive no tocante à obra de Marcelo Neves. Com isso, acabei transcrevendo o excerto copiado do paper, sem me lembrar da sua origem, razão pela qual deixei de fazer a devida referência. Para corroborar o alegado, trago à apreciação deste Colegiado o caderno manuscrito que elaborei na segunda metade do ano passado; (iv) O excerto das páginas 27 e 28 diz respeito a dez linhas e é o resultado de uma condensação de quatro parágrafos constantes das páginas 65 e 66 do livro *“Temas em História do Direito Brasileiro”*, no capítulo *“Considerações sobre a independência do Brasil e a Constituição de 1824”* de autoria do D. Nesse caso, a transcrição não é literal, já que implica a supressão de várias passagens do texto original e a troca de parte dos termos utilizados. Apesar disso reconheço que a referência ao trabalho-fonte fazia-se necessária, vez que a concatenação das ideias e a citação dos autores foram originalmente retiradas do artigo mencionado; (v) Os dois excertos perfazem cada um menos de um parágrafo e, conforme afirmado pela banca quando da sessão pública do dia 16 de dezembro deste ano, afiguram-se absolutamente irrelevantes para os objetivos da dissertação. É dizer: os trechos não traduzem ideias necessárias à abordagem do tema-problema nem contribuem para a construção de qualquer argumento. Por isso mesmo, mostram-se suprimíveis do todo do trabalho. Não se quer dizer com isso que o descuido pela utilização sem a devida referência consista em equívoco descupável. Contudo, é preciso esclarecer que não houve a apropriação de quaisquer temas ou ideias na feitura da dissertação; (vi) Com exceção dos excertos aludidos, a dissertação, que constitui um trabalho de 156 laudas, é inteiramente de minha autoria. Em outras palavras: eu sou o autor do trabalho e me esforcei muito para estrutura-lo e concluí-lo. Nessa empreitada, contei com inúmeras intervenções e revisões feitas pelo meu orientador, Prof. M. A. C. de O. Todavia, a responsabilidade pelo deslize na falta das referências necessárias nas páginas 24 e 27/28 é inteira e exclusivamente minha. Com esses esclarecimentos, reconheço publicamente os erros que cometi. Porém, deixo também registrada a minha irrisignação quanto à forma como as acusações foram feitas pela banca, sobretudo em vista da repercussão negativa que o evento provocou. Tendo em vista, peço que esta manifestação seja anexada à ata da reunião desse Colegiado no dia 22 dezembro de 2014, bem como transmitida aos alunos e professores vinculados ao Programa de Pós-Graduação, por intermédio de e-mail institucional. Cordialmente, R. D. P. (ATA DE REUNIÃO DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, DE 22/12/2014)

Consta da Ata que a Profª. M. F. S. R., membro da banca que arguiu o aluno disse *“que o que está em questão é a integridade da pesquisa do Programa de Pós-Graduação, pois o projeto do Programa passa pelo compartilhamento do saber e a autoria e a contribuição de cada um deve ser respeitadas”*.

Após a discussão sobre o ocorrido, o Colegiado decidiu que o aluno realizasse nova defesa da dissertação, possibilidade prevista no Regulamento do Programa.

5) O caso do Programa de Estudos Linguísticos

O caso de plágio do Programa de Estudos Linguísticos está registrado em várias Atas do Colegiado, sendo o primeiro registro em agosto de 2001 e o último em agosto de 2003. A origem da denúncia não está clara nas Atas de reunião do Colegiado, mas, o plágio foi cometido por uma aluna do mestrado, A. L. L., que utilizou diversos manuscritos e artigos da Profa. M. C. em sua dissertação, sem, contudo, citar adequadamente no referencial teórico e nas referências bibliográficas. Trata-se de um processo longo, cerca de dois anos, e apesar de muita discussão e encaminhamentos, não ficou registrado em Atas o desfecho final do caso, pelo menos não foi localizado nas pesquisas realizadas.

Em sua defesa, a aluna acusada de plágio enviou carta ao Colegiado reconhecendo seu erro no modo de apresentar a teoria apresentada pela Profa. M. C. e colaboradores, alegando desconhecimento das normas da ABNT, e solicitando permissão para corrigi-lo, alterando partes de sua dissertação. Consta da Ata de 10 de janeiro de 2002, que foram identificadas sessenta páginas de cópia textual do trabalho da Profa. M. C.

Durante a tramitação desse processo, várias questões foram levantadas pelo Colegiado e para esclarecê-las uma consulta foi feita à Procuradoria Jurídica da UFMG (PJ) com as seguintes perguntas:

- 1) Em caso de denúncia comprovada sobre Teses e/ou Dissertações defendidas e aprovadas no PosLin, quais providências competem ao Programa tomar?
- 2) Poderão ser solicitadas reformulações de trabalhos que já tenham sido aprovados?
- 3) Quais serão as instâncias de aferimento dessas reformulações?
- 4) O Programa tem competência para anular uma defesa e/ou cassar um título já concedido? (ATA de 15/04/2012)

Segundo registrado na Ata de 5 de julho de 2002, do parecer emitido pela PJ, constatou-se que não seria necessário um processo disciplinar e nem a cassação do título de Mestre obtido pela aluna. Duas professoras ficaram encarregadas de verificar as recomendações da PJ para encaminhar à ex-aluna sugestões de alteração da dissertação. Da Ata de 30 de agosto de 2002 consta que a coordenadora do programa entraria em contato com a aluna para solicitar que as alterações sugeridas pelas duas professoras designadas para avaliar a dissertação fossem efetuadas. Foi concedido um prazo de seis meses para providenciar as correções indicadas. Posteriormente, os

exemplares da dissertação da aluna seriam recolhidos e substituídos da Biblioteca Central e da Faculdade de Letras.

A indefinição final desse caso, no entendimento dessa autora, ocorreu por conta do registro na Ata de 4 de agosto de 2003, um ano após a última decisão sobre o caso, qual seja:

i) Cartas: Profas. E. S. e M. B. D.: Foram lidas correspondências das Profas E. S. e M. B. D. em que ambas se manifestam impossibilitadas de emitirem parecer nos exemplares reformulados da Dissertação de A. L. Estas professoras haviam sido indicadas pela Coordenação do Programa para analisar o referido material. (ATA de 04/08/2003)

Não foram encontrados mais registros sobre o caso em outras Atas do Colegiado.

Na Ata de 3 de outubro de 2003, havia um item de pauta "Regulamentações: plágio e critérios para defesa em LEö. Ficou decidido que o tema sobre plágio seria discutido posteriormente. Todavia, como mencionado, não foi encontrado mais registros sobre esse caso ou tema.

3.4. Reflexões sobre os casos de plágios

Considerando o universo da Pós-Graduação da UFMG, podemos aferir que o número de casos de plágio pode estar subestimado, visto que o número de programas que disponibilizam as Atas com as decisões dos Colegiados é pequeno, apenas 18,39% e, ainda, desse percentual, muitos Programas não disponibilizam as Atas de forma regular, conforme já registrado. No entanto, isso não significa que os programas não enfrentem problemas relacionados ao plágio, mesmo porque muitos casos são administrados e resolvidos pelos professores das disciplinas, pois, atuam na linha de frente na relação com os alunos.

Dos casos de plágio relatados acima, podemos observar que o Programa de Arquitetura e Urbanismo tem se preocupado com a questão do plágio e com a qualidade das teses e dissertações dos alunos, visto que essas questões têm sido discutidas pelo Colegiado em vários momentos. No Programa de Antropologia, o aluno acusado de plágio se desculpou e disse que cometeu um equívoco, retificando o artigo publicado (retratação de artigo). No Programa de Ciência de Alimentos, a conclusão da Comissão de Sindicância foi que a denúncia de plágio não tinha fundamento, levando ao arquivamento do processo. Na Pós-Graduação em Direito, o caso de

indício de plágio foi um pouco mais sério, uma vez que o aluno foi reprovado pela banca examinadora na defesa da dissertação. Todavia, o aluno teve a oportunidade de se justificar e de realizar nova defesa do trabalho. No Programa de Estudos Linguísticos, o caso de indicio de plágio avaliado pelo Colegiado se assemelha aos casos de plágio que tramitaram na FALE e EEEFTO em razão da morosidade, com idas e vindas em sua tramitação. Possivelmente, o fato de a comunidade desconhecer os trâmites adotados pela Universidade contribui para que isso ocorra. No entanto, o desfecho desse caso foi diferente, pois não houve a cassação do título da aluna.

Diante do exposto, o que podemos afirmar é que no ambiente universitário, onde o desenvolvimento de pesquisa e a busca de novos conhecimentos é constante, a prática de plágio é inaceitável, pois retarda todo esse processo. Para alguns autores, referenciados nesse estudo, e constatado em alguns casos registrados acima, muitas vezes o plágio não é fruto de má fé ou fraude. Esses autores entendem que preguiça, engano e desinformação contribuem para que o plágio ocorra. Nesse sentido, é necessário falar sempre sobre esse assunto, educando e esclarecendo aos discentes as regras da comunicação científica, considerando que a escrita acadêmica tem õrigrõ específico e para se apropriar dessa õhabilidadeõ e se fazer autor é necessário praticar continuamente.

No processo de aprendizagem e na construção da autoria, é relevante retomar os estudos desenvolvidos por Bakhtin sobre dialogismo e polifonia, por Kristeva, sobre intertextualidade, Michel Foucault, sobre a função autor, Barthes, sobre escritas múltiplas, dentre outros autores, visto desenvolverem concepções modernas a respeito do se fazer autor, contribuindo de forma crítica para a construção de algo novo.

Assim, pretende-se com esse estudo, apresentar à Universidade alguns procedimentos, políticas e diretrizes institucionais, com o objetivo de contribuir e esclarecer à comunidade acadêmica, em especial, docentes e discentes, questões referentes ao plágio, à ética e à integridade na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da autoria é uma experiência que exige disciplina e dedicação, pois esse processo se faz com muito estudo, leitura, escrita e reescrita de textos. A academia estabelece normas para o desenvolvimento da pesquisa e a escrita acadêmica ó registro formal do trabalho científico ó precisa, do mesmo modo, pautar-se pelo rigor para que alcance legitimidade e autenticidade. Contudo, as convenções e normas dessa escrita acadêmica precisam ser divulgadas e conhecidas pelos pesquisadores que delas irão se valer; o que nem sempre acontece, como pudemos identificar nas estruturas curriculares dos Programas de Pós-Graduação da UFMG. Constatamos, ao contrário, que existe uma lacuna na abordagem desse assunto, já que esse conhecimento, muitas vezes, não é tematizado, de forma crítica, junto aos alunos. Como consequência, a falta de qualificação do pesquisador a respeito dos procedimentos de escrita e registro de suas pesquisas pode ser um fator que favorece a prática do plágio.

Vimos, também, que os meios de comunicação, principalmente a internet, beneficia a produção e divulgação do conhecimento e de construção da autoria, dada a facilidade de acesso às informações. Entretanto, essa mesma facilidade de acesso às informações favorece a prática de plágio, preocupação crescente no ambiente acadêmico e editorial.

Ao longo desse trabalho, registramos o pensamento alguns autores acerca dos motivos que levariam um aluno a praticar o plágio e falsificar ou fabricar resultados de pesquisa. Abaixo, relacionamos alguns:

- a) Pressão para produção e publicação aliada à falta de tempo para a realização das atividades.
- b) Fatores financeiros e econômicos que interferem na busca de financiamentos para a realização da pesquisa.
- c) Facilidades de acesso às ferramentas de tecnologias de informação e comunicação.
- d) Preguiça intelectual.
- e) Dificuldade de relacionamento entre orientador e orientando.
- f) Desconhecimento das normas de redação científica (ABNT).
- g) Falta de conduta ética.

Para lidar com essas questões, o combate ao plágio no ambiente acadêmico deve ser pensado de forma institucional, com o envolvimento de todos os atores, instituição, docentes e discentes para, juntos, estabelecerem diretrizes indicando ações preventivas e educativas para minimizar esse problema. Nestas diretrizes, é importante constar a definição de plágio, as formas de evitá-lo, conjugado com informações sobre as normas da escrita científica, pois, muitas vezes, como vimos, o plágio é cometido de forma inconsciente ou acidental pelo desconhecimento dessas normas. Esses esclarecimentos são relevantes para que sejam estabelecidas as sanções para quem comete plágio por opção, isto é, de forma consciente, demonstrando a falta de conduta ética.

Com o objetivo de combater o plágio, divulgar as boas práticas de pesquisa e as normas de redação científica, muitas instituições têm trabalhado em conjunto com as bibliotecas universitárias, tendo em vista a proximidade dessa área com a organização da informação, podendo esclarecer, por exemplo, a forma correta de fazer paráfrases e citações, motivo de muitos plágios cometidos. Isto é, para aquele aluno que por desinformação ou descuido comete plágio, a simples citação de um autor, o que chamamos de dar crédito a quem de direito, pode salvá-lo de ser acusado de plágio.

Para além do que foi visto e exposto, um ponto importante a ser ressaltado é a concepção de autor na modernidade. Concepção que vem se alterando ao longo da história e que precisa ser discutida institucionalmente, visto que, hoje, muitas pesquisas, assim como a divulgação de seus resultados, são realizadas de forma coletiva, não sendo sempre possível a identificação da autoria. Em alguns casos, a identificação do autor não é mesmo importante a depender do contexto.

Cabe mencionar, ainda, a relevância de considerarmos os conceitos de intertextualidade e de polifonia, que também vêm sendo colocados como forma de compartilhamento de ideias. O uso dessas abordagens tem por objetivo a construção de algo novo, que contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento, não cabendo, portanto, a reprodução por si só, muito menos o roubo de ideias ou o plágio.

Enfim, face aos resultados das pesquisas realizadas e tendo em vista a falta de sistematicidade de ações institucionais para lidar com o problema do plágio no meio acadêmico, é necessário e primordial pensar na formação dos alunos. Para tanto, é importante estabelecer ações pedagógicas,

de responsabilidade ética para a realização de pesquisa e elaboração de textos científicos, bem como ressaltar as boas práticas de pesquisa para combater o plágio. Trata-se, portanto, de um problema de gestão, ou seja, é importante reconhecer a lacuna existente na instituição para lidar e enfrentar essa situação.

Nesse momento, é relevante retomar o objetivo que foi registrado na introdução dessa dissertação: *“Esse trabalho procura suscitar a discussão sobre o plágio no âmbito da Universidade, considerando mais especificamente os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e sugerir, se for pertinente, diretrizes e ações de conscientização e orientação de combate ao plágio com o intuito de contribuir institucionalmente para a solução desse problema”*. Constatamos que sim, é necessária a indicação de políticas institucionais de combate ao plágio, sendo esse o objetivo final desse trabalho, contribuir com a proposição de ações para lidar com os problemas abordados nesse estudo, empreendimento no qual nos engajaremos a seguir, figurando no apêndice deste trabalho.

APÊNDICE

Proposta de políticas institucionais para formação de docentes e discentes em ética e integridade na pesquisa

Ações e formas de abordar o problema do plágio são relevantes, visto tratar-se de uma prática ilegal, não condizente com o ambiente acadêmico, que afeta negativamente o potencial intelectual do aluno no seu processo de aprendizagem, como também fere a imagem da instituição e compromete a credibilidade da pesquisa e o desenvolvimento da ciência. Por isso, é importante que a Universidade invista em políticas específicas de combate ao plágio, sendo esse o objetivo final desse estudo, que visa contribuir com esse processo, propondo à Universidade diretrizes e ações de conscientização, orientação e combate às más práticas de pesquisa, de forma direta e objetiva, considerando todos os fatores envolvidos ó a Administração Central, as Unidades Acadêmicas, os Servidores Técnicos Administrativos, os Programas de Pós-Graduação, os docentes e os discentes.

A seguir, apresentamos algumas ações institucionais para abordar os temas sobre plágio, ética e integridade na pesquisa no ambiente acadêmico.

À Administração Central cabe a responsabilidade da elaboração de políticas institucionais para todos os segmentos da Universidade. Acreditamos que estabelecer regras e princípios, claros e objetivos e divulgá-los para a comunidade acadêmica é uma forma de se posicionar em relação a determinados temas. No caso de plágio, é necessário pensar em diretrizes e medidas educativas e pedagógicas, tanto de combate como de prevenção, destacando-se a questão da ética e das boas práticas na pesquisa. Uma forma de promover tudo isso é esclarecendo os alunos sobre o que significa plagiar e quais as consequências desse ato. Se mesmo assim o plágio ocorrer, é necessário responsabilizar e penalizar aquele que violar e transgredir as normas institucionais com ações punitivas que podem chegar à exclusão do curso ou à cassação de títulos.

Disponibilizar e divulgar ferramentas antiplágio de confiança e credibilidade para uso dos docentes e discentes também é uma possibilidade que auxilia no combate ao plágio. Várias dessas ferramentas são disponibilizadas gratuitamente na web.

Nesse processo, vale ainda ressaltar a importância de incentivar a criatividade e o pensamento crítico e original, bem como da integridade na pesquisa que envolve o ambiente acadêmico.

Sugere-se que as medidas institucionais de combate ao plágio e das boas práticas de pesquisa sejam divulgadas entre os alunos e repassadas, semestralmente, na recepção dos calouros; atividade comum na Universidade. Apesar de o objeto de estudo desse trabalho ser a Pós-Graduação *stricto sensu*, as ações institucionais devem ser pensadas também para alunos de cursos de especialização, pós-Graduação *lato sensu*, e graduação.

Muitos alunos cometem plágio, algumas vezes até de forma acidental, por desconhecimento das regras da escrita acadêmica ou por apresentarem dificuldade em elaborar um texto científico. Nesse caso, uma forma de sanar e prevenir o plágio é a oferta regular de disciplinas de Metodologia de Pesquisa, associadas com a disciplina de Escrita Acadêmica, que deverá contemplar a forma correta de parafrasear e de realizar citações diretas e indiretas, assim como outras normas pertinentes ao trabalho científico.

Uma outra ação, que resguardaria a instituição, assim como o docente, e que faria o aluno refletir sobre essa prática, seria a exigência, pelo professor/orientador, de uma declaração de autoria na entrega de trabalhos acadêmicos. Essa medida já vem sendo adotada por alguns docentes e programas de pós-graduação, porém ainda de forma tímida e isolada.

A realização de seminários sobre o tema do plágio, convidando professores e pesquisadores de outras unidades e instituições, é uma ação que também contribui para o diálogo e reflexão sobre o tema. Deve-se, ainda, dar ampla divulgação, periodicamente, ao Guia de Recomendações de Práticas Responsáveis ó Rigor e Integridade na Condução da Pesquisa Científica, adotado pela UFMG.

É importante que os professores abordem com os alunos os temas de direitos autorais e propriedade intelectual, assim como temas sobre a ética e integridade na realização de pesquisa. Além disso, é necessário observar o padrão de escrita dos alunos, de modo a estimular o uso correto de paráfrases e citações, incentivar a criatividade, reflexão e o senso crítico, contribuindo para a construção autoral dos discentes. Para os alunos, é necessário chamar a atenção para a utilização das normas

da ABNT, atribuindo os devidos créditos, citando os autores referenciados nos trabalhos acadêmicos. É importante que os alunos assumam a responsabilidade de sua formação, de forma ética e profissional.

Com o objetivo de contribuir para a discussão institucional, vale registrar a experiência e os estudos elaborados por Krokosz (2012), publicados em seu livro *Autoria e Plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. Conforme colocado pelo próprio autor, trata-se de um material de apoio e orientação destinado principalmente ao meio acadêmico cuja finalidade principal é instrumentalizar os sujeitos de pesquisa no que se refere à exatidão na forma de apresentação de trabalhos científicos por meio da escrita (Idem, s.p.).

Ao falar das formas de se evitar e reduzir o plágio no ambiente acadêmico, Krokosz (2012) registra vários pontos, creio que todos já citados e comentados ao longo desse trabalho, mas que merecem destaque nesse momento:

1) Consciência Ética

É o primeiro item destacado pelo autor. Para ele, embora se espere o comprometimento e uma postura ética do aluno no seu processo de formação, também é importante fomentar o cultivo da ética institucional promovendo no ambiente de estudos uma cultura fundamentada na integridade acadêmica (p. 64). O autor menciona que a elaboração de códigos de honra, cujo foco é promover a integridade na pesquisa, tem surtido efeito no meio acadêmico, principalmente por envolver a participação dos estudantes.

2) Atualização das formas de solicitação de trabalhos acadêmicos

Nesse item, o autor direciona suas considerações para os professores e indica os seguintes procedimentos:

2.1. Modificar a forma de solicitar a apresentação do conhecimento produzido pelos alunos

Substituir os trabalhos escritos por apresentações de trabalhos com o uso de multimídia com imagens, vídeos, músicas, etc. (p.66).

2.2. Solicitar que trabalhos longos sejam entregues de forma escalonada

Normalmente, os trabalhos são estruturados com uma introdução, revisão de literatura ou fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussão e conclusão. Krokosz sugere que, ao acompanhar cada fase do trabalho, o professor pode ir solicitando modificações do texto e sugerindo novas bibliografias. A participação do aluno na construção do texto é constante, evitando-se a entrega de trabalhos já prontos ou emprestados de colegas (67).

2.3. Fazer a arguição de trabalhos com evidências/suspeitas de plágio

A apresentação perante um ou mais professores aumenta o envolvimento dos alunos na construção da autoria, pois nesse processo o aluno deve prestar contas de suas ideias e argumentos desenvolvidos (p. 67-68).

2.4 Preferir que os trabalhos sejam entregues no formato de artigos científicos

O artigo tem uma estrutura específica de apresentação e essa estrutura impõe mais seriedade, uma vez que a visibilidade pública aumenta a possibilidade de controle externo e consequente identificação por outros leitores de eventuais plágios. O autor destaca ainda que toda publicação científica visa o compartilhamento do conhecimento produzido academicamente (p. 69).

2.5. Recomendar que o estudante assine uma declaração de autoria

A declaração de autoria é um compromisso assinado pelo autor com a idoneidade do trabalho desenvolvido, implicando maior responsabilidade autoral (p. 70).

3. Capacitação Metodológica

Apesar de muitos casos de plágio ocorrerem de forma consciente e intencional, muitos outros são resultado de desconhecimento das normas técnicas que envolvem um trabalho acadêmico. No Brasil, as referências e citações são convencionadas pela ABNT.

3.1 Referências

No texto escrito, os autores e obras consultados são indicados por meio de citações, que devem ser usadas de forma correta, sendo que as principais informações na identificação de um documento monográfico são: autor, título, local, editora e ano (p. 73). Krokosz (2012) registra, ainda, que os profissionais de biblioteca são habilitados(as) tecnicamente para auxiliar os alunos com a normatização dos trabalhos acadêmicos. O uso de ferramentas que auxiliam na elaboração de referências bibliográficas também é indicado para os trabalhos acadêmicos, algumas disponibilizadas gratuitamente na internet (MORE e Mendeley).

3.2. Citações

Na escrita acadêmica utilizamos a ideia e textos de outros autores que devem ser indicados por meio de citações. As citações podem ser diretas, indiretas, citação de citação, dentre outras. Na **citação direta e curta**, é registrada cópia literal de um trecho de obra original que quando é descrito não excede três linhas. Nesse caso, deve colocar o texto copiado entre aspas e indicar o autor, o ano da obra consultada e a página de onde o texto foi extraído (p. 80). Na **citação direta longa**, com mais de três linhas, o texto copiado na íntegra deve ser recuado 4 cm da margem, com letra e espaçamento menores que o texto do trabalho. No final da referência deve ser registrado o autor, o ano e a página da obra. Existe também a **citação indireta**, muito utilizada nos trabalhos acadêmicos. A ideia do autor é reescrita com palavras próprias, mantendo-se, contudo, o sentido do original. Ao final, o autor e o ano da obra devem ser citados (p. 82).

4. O Uso de programas de detecção de plágio

A internet disponibiliza várias ferramentas que auxiliam na identificação de plágio. Essas ferramentas têm sido utilizadas por instituições de ensino e por professores, quando desconfiam da autoria do texto apresentado pelo aluno. Porém, os alunos também podem fazer uso dessas ferramentas, pois ajudam na correção de citações sem referências do verdadeiro autor. Algumas dessas ferramentas são gratuitas.

5. Institucionalização político-normativa

Marcelo Krokosz lembra a recomendação da Capes às instituições de ensino, atendendo a orientação da OAB, para adotarem políticas de conscientização sobre a propriedade intelectual com a adoção de procedimentos para coibir o plágio no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos. Nesse ponto, o autor faz referência à legislação sobre o plágio, Lei dos Direitos Autorais (9.610/1998), que trata como contrafação a apresentação de textos, ideias, conteúdos, figuras etc. de outra pessoa como se fossem próprios (plágio) (p. 85). Com a citação do nome do autor e a origem da obra, o plágio pode ser evitado, conforme estabelece o artigo 46 da Lei, (p. 86).

5.1 Regras Institucionais

Para o autor, as instituições de ensino precisam estabelecer regras claras com dispositivos de orientação e controle internos que produzam efeitos positivos no ambiente acadêmico, seja para manter a cultura de princípios e valores internos, seja para regulamentar o cotidiano educacional, evitar a banalização e a impunidade de práticas contrárias à missão da instituição de ensino (p. 86). Para Krokosz, é importante deixar claro o que é plágio para a instituição, como ele ocorre, quais procedimentos serão tomados no caso de constatação de plágio em trabalhos acadêmicos e também quais são as formas de penalização (p. 86).

5.2 Sanções

Krokosz recomenda que as sanções para os casos constatados de plágio devem variar de acordo com a extensão e gravidade, isto é, deve-se avaliar o trabalho como um todo, se houve plágio parcial, com cópia de trechos plagiados, ou plágio integral, apresentação de um trabalho totalmente plagiado. O autor considera, ainda, a possibilidade do plágio acidental, sem a intenção de plagiar. Para verificar o grau do plágio cometido e a sanção que será atribuída ao plagiador, a instituição deve abrir processo de sindicância. As sanções podem variar, de acordo com o caso apurado, de suspensão, reprovação de disciplina, expulsão e até a cassação de diploma, como em casos relatados aqui (p. 87).

Todos esses pontos são importantes. Todavia, para Krokosz, mais importante que as sanções para evitar a banalização e a impunidade, é fundamental que nas instituições de ensino sejam desenvolvidas ações visando o desenvolvimento e cultivo da integridade acadêmica (p. 87). Nesse sentido, também é oportuno registrar os quatro pilares da Integridade estabelecidos pela Turnitin, empresa que criou uma ferramenta de detecção de plágio e vem trabalhando em uma cultura de integridade acadêmica institucional, publicados em seu site (<https://www.turnitin.com/pt/blog/compreendendo-a-integridade-academica-e-porque-priorizar-a-construcao-desta-cultura-em-sua-ies>), a saber:

1. Definir uma política

Defina as normas e políticas:

- Adote a integridade acadêmica como um valor central.
- Acompanhe a implementação de padrões em nível institucional (ao invés de esforços isolados por Departamento).

2. Aumentar a conscientização

A política deve ser comunicada claramente aos professores e alunos:

- Esclareça o comportamento esperado dos alunos, professores e pesquisadores.
- Incentive os alunos a assumirem a responsabilidade pela integridade acadêmica.

3. Educar

Apoie os alunos a desenvolverem suas habilidades de pesquisa, citação, escrita e integridade acadêmica:

- Apoie o papel do professor como guia e mentor.
- Incentive o compromisso de aprender ao longo da vida.
- Desenvolva processos de avaliação justos e que incentivem a aprendizagem.

4. Proteger intelectualmente

Aplique as regras da política para educar e proteger os padrões de qualidade da instituição:

- Garanta processos e ferramentas para checagem padronizada que ajude a minimizar o comportamento desonesto.
- Responda firmemente aos casos de desonestidade acadêmica conforme as normas e política institucionais. (TURNITIN - PILARES DA INTEGRIDADE).

Em suma, todos os pontos mencionados nesse documento servem de parâmetros para que a instituição construa internamente uma política de integridade acadêmica amparada pela ética para a formação de discentes e docentes. Sugere-se a elaboração de uma Resolução do Conselho Universitário ou do CEPE com as diretrizes da Universidade sobre o tema. Na Resolução, é importante conter os procedimentos que devem ser adotados nos casos de suspeição de plágio, com a informação dos Órgãos responsáveis pela abertura dos processos, de sindicância e administrativos, as instâncias de julgamento, assim como o estabelecimento dos prazos para a tramitação dos processos nas instâncias de análise que percorrem.

REFERÊNCIAS

4th WCRI-2015. *4 th World Conference on Research Integrity*, Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <www.wcri2015.org/background.html>. Acesso em: 24 jun. 2015.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. *A qualidade das publicações científicas: considerações de um Editor de área ao final do mandato*. Acta Botânica Brasílica, v. 23, n. 1, p. 292-296, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-33062009000100031&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: set. 2017.

ALVES, Marco Antônio de Souza; PONTES, Leonardo Machado. *O direito de autor como um direito de propriedade: um estudo histórico da origem do copyright e do droit d'auteur*. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. 2009. p. 9870-9890. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/sao_paulo/Integra.pdf>. Acesso em: mar. de 2017.

ALVES, Marco Antônio Sousa. *A autoria em questão a partir de Foucault: Autor, discurso, sujeito e poder*. Matruga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, v. 22, n. 37, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matruga/article/view/19932>> Acesso em: jun. 2017.

ALVES, Marco Antônio Sousa. *O Autor em Cena: Uma investigação sobre a autoria e seu funcionamento na modernidade*. 2014. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/226876.pdf>> Acessos em: jan. 2017.

ALVES, Marco Antônio Sousa. *Sobre o direito de autor e sua função social*. Revista Eletrônica do Curso de Direito PUC Minas Serro, n. 2, p. 143-164, 2010. Disponível em: <<http://seer.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/1344>>. Acesso em: ago. 2017.

ANDRADE, Rebeca de Moura; MURIEL-TORRADO, Enrique. *Declarações de Acesso Aberto e a Lei de Direitos Autorais brasileira*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 11, 2017. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1374>>. Acesso em: mar. 2018.

ARAYA, Elizabeth Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. *Criação, proteção e uso legal de informação em ambientes da World Wide Web*. 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CRIA%3%87%C3%83O%2C+PROTE%3%87%C3%83O+E+USO+LEGAL+DE+INFORMA%3%87%C3%83O+EM+AMBIENTES+DA+WORLD+WIDE+WEB&btnG=>>. Acesso em: mar. 2018.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 1997.

BARBOSA, Denis Borges. *O Conceito de Propriedade Intelectual*. 2002. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&scioq=DIREITOS+AUTORAIS%3A+A+HIST%3%93RIA+DA+PROTE%3%87%C3%83O+JUR%3%8DDICA&q=o+conceito+de+propriedade+intelectual&oq=>> Acesso em: mar. 2017.

BARREIROS, Renato. *O conteúdo do direito do autor: direitos morais e direitos patrimoniais*. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento de e-governo, inclusão digital e sociedade do

conhecimento. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/porta1/conteudo/o-conte%C3%BAdo-do-direito-do-autor-direitos-morais-e-direitos-patrimoniais>>. Acesso em: set. 2017.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 1988. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/L3BarthesAutor.pdf>>. Acesso em: mai. 2017.

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. 1994. Porto: Porto Editora. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino/investigacao-qualitativa>>. Acesso em: set. 2018.

BOLZAN, Doris Pires Vargas; ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. *Pedagogia universitária e aprendizagem docente: relações e novos sentidos da professoralidade*. Revista Diálogo Educacional, v. 10, n. 29, p. 13-26, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3043>>. Acesso em: jan. 2018.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter. *O que é Creative Commons?: novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo*. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11461/O%20que%20%C3%A9%20Creativ e%20Commons.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Brasil. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. *Código Civil*. Lei nº10.406, de 10 de janeiro de 2002. BRASIL. *Código Civil*. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: abr. 2017.

CAMPOS, Michele *et al.* *História da Ética. Científico*. Ano II, v. I, agosto - dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATMYAG/historia-etica>> Acesso em: jun. 2017.

CAPES, *Classificação da produção intelectual*. Qualis - Periódicos. 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: ago. 2017.

CAPES, *Orientações Capes ó Combate ao plágio, Brasília* (2011). Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

CARDOSO, Giovanna Marget Menezes. *As possibilidades de construção da Autoria na formação do professor-discente do PARFOR*. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 9, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2459>>. Acesso em: out. 2017.

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa Ratto. *História dos Direitos Autorais no Brasil e no Mundo*. Cadernos de Direito, v. 1, n. 1, p. 209-220, 2001. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas->

unimep/index.php/cd/article/view/896>. Acesso em: set. 2017.

CELLARD, André. *A análise documental*. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, v. 295, p. 2010-2013, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%2C%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf> Acesso em: nov. 2017.

CNPq. *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq (2011)*. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>. Acesso em: 03 jul. 2017.

COMMONS, Creative. *Creative commons*. 2008. Disponível em <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em: mar. 2017.

CORTINA, Adela; NAVARRO, Emilio Martínez. *Ética*. Ediciones Akal, 2001. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_HtC1_tTjfUC&oi=fnd&pg=PA9&dq=etica+adela+cortina&ots=hEmJ9NW6AE&sig=pAhYr7xabcgZCgSFtiWij8yDEVU#v=onepage&q=etica%20adela%20cortina&f=false> Acesso em: jan. 2018.

DEMO, Pedro. *Formação permanente e tecnologias educacionais*. In: *Formação permanente e tecnologias educacionais*. Editora Vozes. 2011a.

DEMO, Pedro. *Habilidades do século XXI*. Boletim Técnico do SENAC, v. 34, n. 2, p. 4-15, 2008. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/269>. Acesso em: jun.2017.

DEMO, Pedro. *Remix, Pastiche, Plágio: autorias da nova geração*. Revista Meta: Avaliação, v. 3, n. 8, p. 125-144, 2011b. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/119>>

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Mejia. *Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica*. Argumentum, Vitória (ES), v. 1, n. 3, p. 11-28, jan./jun. 2011. Disponível em:<<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1430/1161>>. Acesso em: jul. 2017.

EGG, Rosiane Follador Rocha. História da ética. Videoaula do Curso. *Ética nas Organizações*. Curitiba: IESDE, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Hh9W3n5nJcwC&pg=PA5&lpg=PA5&dq=hist%C3%B3ria+da+%C3%A9tica+egg&source=bl&ots=XqAnbizQJo&sig=7sRQPzkNPdlmhXy0bbgagkWFvrA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwid_pDZgP3dAhWCipAKHcrGCOQQ6AEwDnoECAQQAQ#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20da%20%C3%A9tica%20egg&f=false> . Acesso em: jun. de 2017.

FANG, Ferric C.; STEEN, R. Grant; CASADEVALL, Arturo. *Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publications*. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 109, n. 42, p. 17028-17033, 2012. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Misconduct+accounts+for+the+majority+of+retracted+scientific+publications&btnG=>>. Acesso em: dez. 2017.

FAPESP, *Código de Boas Práticas Científicas*. São Paulo: FAPESP, 2014. 47 p. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf> Acesso em: jun. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A universidade, espaço de pesquisa e criação do saber*. Educação e

filosofia, v. 13, n. 25, p. 249-259, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/806/722>>. Acesso em: ago. 2017.

FIGUEIREDO, Antônio Macena. *Ética: origens e distinção da moral. Saúde, ética & justiça*, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sej/article/view/44359/47980>>. Acesso em: dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 1969. In: MOTTA, Manoel Barros da, *Ditos e Escritos: Estética ó literatura e pintura, música e cinema*, org., (vol. III). Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2001. p. 264-298. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/foucault-m-estc3a9tica-literatura-e-pintura-mc3basica-e-cinema-ditos-_escritos-iii.pdf> Acesso em: jan. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção leitura. 2003.

GARCIA, Carla Costa *et al.* *Autoria em artigos científicos: os novos desafios*. Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular/Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery, v. 25, n. 4, p. 559-567, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbccv/v25n4/v25n4a21>> . Acesso em: jun. 2018.

GUIMARÃES, Saulo Pereira. *Como a fraude em artigos afeta a atividade científica*. Exame. 2015. Entrevista com Sérgio Penna e Munhoz e Diniz. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/ciencia/como-a-fraude-em-artigos-afeta-a-atividade-cientifica/>>. Acesso em: ago. 2017.

II BRISPE, *Second Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics*, 28/05-01/06 de 2012. (Recomendações dos Membros Participantes do Grupo de Trabalho do II BRISPE). Disponível em: <http://www.iibrispe.coppe.ufrj.br/images/IIBRISPE/JoinStatement/JointStatementonResearchIntegrity_IIBRISPE_2012_Portuguese.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

JOHNSON, Telma Sueli Pinto. *Nos bastidores da Wikipédia Lusófona: percalços e conquistas de um projeto de escrita coletiva online*. 2009, 273f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAFI-82TFQJ?show=full>>. Acesso em: jun. 2018.

JUCHUM, Maristela. *A escrita na universidade: uma reflexão a partir do que os alunos dizem em seus textos*. Revista Horizontes de Linguística Aplicada, v. 13, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/11597>>. Acesso em: ago. 2017.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2005. Disponível em <https://kupdf.com/download/introducao-a-semanalise-julia-kristeva-pdf_58d00ac9dc0d60213ac346cc_pdf>. Acesso em: out. 2017

KROKOSCZ, Marcelo. A abordagem de plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 48 set.-dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a11.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

KROKOSCZ, Marcelo. *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. Atlas, 2012.

KROKOSCZ, Marcelo. *Plágio: onde está e por que acontece?* Entrevistado por Elizabeth A. Dudziak e

Sibele Fausto. SIBiUSP- 2015 . Disponível em <<http://www5.usp.br/96039/plagio-onde-esta-e-por-que-acontece/>> Acesso em: ago. 2017.

LEMOS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*. FGV Editora, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2190>>. Acesso em: mar. 2018.

LIMA, Eudes de Castro. *Análise de técnicas e ferramentas de detecção de plágio, e desenvolvimento de um protótipo de nova ferramenta*. 2011. 75 p. Monografia (Graduação em Sistemas de Informação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/handle/1/5320>>. Acesso em: jul. 2016.

LOIOLA, Rita. *Ciência à prova de erros e fraudes*. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/ciencia-a-prova-de-erros-e-fraudes/>> Acesso em: fev. 2018.

LOPES, Reinaldo José. *Cresce número de artigos científicos 'despublicados' por fraude ou erro*. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2013/10/1364120-cresce-numero-de-artigos-cientificos-despublicados-por-fraude-ou-erro.shtml>> Acesso em: Jan. 2018.

LOTT, Tiago Vitorino. *Direitos autorais na era digital*. Omnia Humanas, v.4, n. 2, p. 18-75, 2011. Disponível em: <<https://slidex.tips/download/faculdades-adamantinenses-integradas-fai-34> > . Acesso em: mar. 2017.

MANTOVANI, Osmar; DIAS, Maria Helena Pereira; LIESENBERG, Hans. *Conteúdos abertos e compartilhados: novas perspectivas para a educação*. Educação & Sociedade, v. 27, n. 94, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/873/87313712012/>>. Acesso em: mar. 2018.

MARINHO, Marildes. *A escrita nas práticas de letramento acadêmico*. Revista brasileira de linguística aplicada, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3398/339829613005/>>. Acesso em: ago/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. Ciência e saúde coletiva [online]. 2012, vol.17, n.3, pp.621-626. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: out. 2017.

MORETTI, **Isabella**. 10 *Ferramentas gratuitas para detectar plágio na monografia*. 2017. Disponível em: <<https://viacarreira.com/ferramentas-gratuitas-para-detectar-plagio-na-monografia-005056/>> Acesso em: jun de 2018.

MUNHOZ, Ana Terra Mejia; DINIZ, Debora. *Nem tudo é plágio, nem todo plágio é igual: infrações éticas na comunicação científica*. Argumentum, v. 3, n. 1, p. 50-55, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4755/475547532006/>>. Acesso em: nov. 2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Qual o papel da Universidade?* Universidade, conhecimento e opinião. 2008. Disponível em: < <http://marxbrito.blogspot.com/2008/02/qual-o-papel-da-universidade.html> >. Acesso em: fev. 2018.

NÓVOA, António. *Formação de professores e profissão docente*. 1992. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758> . Acesso em: jul. 2017.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Intertextualidade ou plágio? Considerações teóricas - práticas*. Revista Signótica 2: 153-161, jan/dez. 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7228>>.

Acesso em: ago. 2017.

OLIVEIRA, Fernanda Petri de. *A importância da ética e moral na educação*. 2012. Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/FERNANDA%20PETRI%20DE%20OLIVEIRA.pdf> >. Acesso em jan. 2018.

OLIVEIRA, Flaslendo Vieira; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. *A licença Creative Commons e o movimento de acesso aberto à informação científica: um olhar para a Scientific Electronic Library on Line (SciELO)*. In: Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB. 2013. p. 4565-4580. Disponível em <<https://www.portal.febab.org.br/anais/article/view/1602>>. Acesso em mar. 2018.

OLIVEIRA, Rodolpho Silva. *Direito autoral: Evolução e Funcionalidade*. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 19 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.34214&seo=1>>. Acesso em: 21 out. 2017.

PEREIRA, Marcos Vilella, *A escrita acadêmica - do excessivo ao razoável*. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/13.pdf>> . Acesso em: ago de 2017.

PIRES, Vera Lúcia; TAMININI-ADAMES, Fátima Andréia. *Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia*. Revista Estudos Semióticos, vol. 6, no 2 p. 66 ó76, novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49272>>. Acesso em Jan. 2018.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. *O Plágio Acadêmico com um Problema Ético, Jurídico e Pedagógico*. Revista Direito & Justiça da PUCRS, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676/9066>> Acesso em: jun. 2017.

PITHAN, Livia Haygert, OLIVEIRA, Alice Pacheco. *Ética e Integridade na Pesquisa: o plágio nas publicações Científicas*. Revista da AMRIGS, Porto Alegre, 57(3): 240-245, jul-set 2013. Disponível em: <<http://www.amrigs.com.br/revista/57-03/1250.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

Qualis da Área de Educação, de 19 de maio 2015. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/311478424/Qualis-Educacao>>. Acesso em mai.2017.

RAMALHO, Bentânia Leite. *Reflexões sobre o ensino e o exercício da docência no ensino superior*. Conferência proferida no Encontro do Fórum de Pró-reitores de Graduação da Região Nordeste em novembro de 2005. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Reflex%C3%B5es+sobre+o+ensino+e+o+exerc%C3%ADcio+da+doc%C3%Aancia+no+ensino+superior&oq=Reflex%C3%B5es+sobre+o+ensino+e+o+exerc%C3%ADcio+da+doc%C3%Aancia+no+ensino+superior&aqs=chrome..69i57j69i60.3645j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso em: Acesso em: jan. 2018.

RAMOS, Fábio Pestana. A evolução conceitual da Ética. *Para entender a história*. ISSN 2179-4111. Ano 3, Vol. mar., Série 10/03, 2012, p. 01-12. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2012/03/evolucao-conceitual-da-etica.html>> Acesso em: nov. 2017.

RUSSO, Marisa. *Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade*

coletiva. *Estudos avançados*, v. 28, n. 80, p. 189-198, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100016&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: dez. 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>> Acesso em: set. 2017.

SILVA, Antonio Wardison Canabrava. *O pensamento ético filosófico: da Grécia à Idade Contemporânea*. [s.d]. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-pensamento-%C3%A9tico-filos%C3%B3fico-da-gr%C3%A9cia-antiga-%C3%A0-idade-contempor%C3%A2nea>> Acesso em: mar. 2017.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campelo da *et al.* *Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente*. In: Congresso Nacional de Educação. 2009. p. 4554-4566. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3124_1712.pdf> Acesso em: set. 2017.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. *Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade*. Revista Brasileira de Educação, v.13, nº38, maio/ago-2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/12.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; ALCARÁ, Adriana Rosecler. *Políticas de acesso aberto à informação científica: iniciativas governamentais*. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 9, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3076/2202>>. Acesso em mar. 2018.

SILVEIRA, Zélia Pires; ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Pimenta. *Plágio na Academia: reflexões sobre a integridade na pesquisa e a ética na formação docente e discente*. III Congresso de Inovação e Metodologias no Ensino Superior. 2017. Disponível em: <<https://congressos.ufmg.br/index.php/congressogiz/CIM/paper/viewPaper/690>>. Acesso em: dez. 2017.

SIMÕES, Alexandre Gazetta. *O crime de plágio e suas variações no ambiente acadêmico*. Âmbito Jurídico. Rio Grande do Sul, XV, n.96, Jan 2012. Disponível em:<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11057> Acesso em: jul. 2017.

SOBRINHO, Deborah Farah, OLIVEIRA, Bruno Loureiro Bossi da *Os Efeitos Do Acordo Trips No Direito Brasileiro: Uma Abordagem Crítica*. Revista Direito & Inovação, v. 2, n. 2, p. 115-137, 2014. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/direitoeinovacao/article/view/1315>>. Acesso em: abr. 2018.

SOUZA, Allan Rocha de. *Direitos autorais: a história da proteção jurídica*. 2005. Disponível em: <<http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista07/Docente/01.pdf>>. Acesso em: julho 2017.

STEEN, R. Grant; CASADEVALL, Arturo; FANG, Ferric C. *Why has the number of scientific retractions increased?*. PloS one, v. 8, n. 7, p. e68397, 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Why+Has+the+Number+of+Scientific+Retractions+Increased%3F+&btnG=>> Acesso em Dez. 2017. - Correction - 19 Jul 2013: Steen RG, Casadevall A, Fang FC (2013) Correction: Why Has the Number of Scientific Retractions Increased?. PLOS ONE 8(7): 10.1371/annotation/0d28db18-e117-4804-b1bc-e2da285103ac. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/annotation/0d28db18-e117-4804-b1bc-e2da285103ac>> View correction. Acesso em: jan. 2018.

TAMBOR, Cintia Aparecida Torres. *Plágio, Implicações e Possíveis Soluções*. 2016. Disponível em: <<http://www.unilago.edu.br/publicacao/edicaoatual/sumario/2016/8.pdf>>. Acesso em: abr 2018.

TARDIF, Maurice. *Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente*. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis, Editora Vozes, 2005. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/332839634/Capitulo-Os-Professores-Diante-Do-Saber-Esboco-de-Uma-Problematica-Do-Saber-Docente-Tardif-Professores>>. Acesso em: nov. 2017.

UFMG. *Normas Gerais de Pós-Graduação da UFMG*. Resolução Complementar Conselho Universitário nº 021/2017, de 04 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prpg/categoria_normas/normas-academicas/>. Acesso em: out. 2017.

UFMG. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023*. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/>> Acesso em jun. de 2018.

UFMG. *Regimento Geral da UFMG*. Resolução complementar N. 03/2018, de 17 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>>. Acesso em: jun. de 2018.

UFMG/PRPq ^ó Indicadores. Disponível em: https://www.ufmg.br/prpq/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=78<<http://somo.s.ufmg.br/indicadores>>. Acesso em: jun. 2017.

URFJ; IBqM. *Declaração sobre Integridade Científica e Boas Práticas em Pesquisa do Instituto de Bioquímica Médica de Leopoldo de Méis*. Instituto de Bioquímica Médica -IBqM. Universidade Federal do Rio de Janeiro ó UFRJ. Disponível em: <<http://www.bioqmed.urfj.br/noticias/rascunho-de-documentos-sobre-conduta-etica-estao-disponiveis/proposta-para-codigo-de-boas-praticas-ibq-1/>> Acesso em: jul. 2017.

VANZ, Samile Andrea de Souza. *As redes de colaboração científica no Brasil:(2004-2006)*. 2009. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17169>> Acesso em: mai.2018.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003. Disponível em:<<https://filosofiapresbiteral.files.wordpress.com/2014/07/a-etica-adolfo-sc3a1nchez-vc3a1zquez.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura. *Plágio acadêmico*. BTP, v. 2, n. 3, p. 222, 2016. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/353494038/Plagio-academico-ebook-pdf-pdf>>. Acesso em: mar.2018.

WALKER, Maristela Rosso. *Disciplina de fundamentos da ética*. 2015. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VFk_zg4Ca7wJ:paginapessoal.utfpr.edu.br/maristelawalker/Apostila%2520FUNDAMENTOS%2520DA%2520ETICA%2520%2520Profa%2520Maristela%2520%2520semestre%25202015.pdf/at_download/file+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em out. 2017.

ANEXO

A seguir, o registro dos Programas de Pós-Graduação da UFMG que disponibilizam em seus sites Atas de reuniões do Colegiado, informações sobre plágio, ética e integridade na pesquisa, de estágio docente, manual do aluno com informações acadêmicas, normas do programa, grade curricular, docentes credenciados e outras informações sobre os temas abordados nessa dissertação.

Registros sobre plágio, ética e integridade na pesquisa ó análise em Atas, resoluções e regulamentos disponibilizados nos sites dos Programas de Pós-Graduação da UFMG ó Período de acesso aos sites: maio de 2017 a abril de 2018

Programas	Atas
1. Administração	Há documentos encontrados (03). Contudo, nenhum deles tratando do tema. Não há Atas disponibilizadas.
2. Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável	Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
3. Arquitetura e Urbanismo	Há documentos encontrados. Total de 78, sendo: 09 Resoluções e 66 Atas do Colegiado (Atas de 2012 ó 2018). Ocorrência sobre o tema em 08 Atas, sendo 02 possíveis Plágios e mais debates sobre plágio, ética em pesquisa e integridade na pesquisa nas demais 06.
4. Análise Clínicas e Toxicológicas	Há documentos encontrados (09 ó sendo que destes há 06 Resoluções do Colegiado). Contudo, nenhum dos documentos trata sobre o tema. Não há Atas disponibilizadas.
5. Antropologia	Há documentos encontrados. Total de 53, sendo: 09 Resoluções e 42 Atas do Colegiado (Atas de 2005 ó 2017). Apenas 01 Ata com ocorrência Plágio. Obs. Algumas Atas não disponíveis.
6. Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais	Há documentos encontrados (04). Contudo nenhum deles tratando sobre o tema. Não há Atas disponibilizadas.
7. Artes	Há documentos encontrados (08 Resoluções). Contudo, nenhum deles tratando do tema. Não há Atas disponibilizadas.
8. Artes (Mestrado Profissional em rede)	Mesmo caso do Programa de Artes.
9. Bioinformática	Há documentos encontrados (12 ó sendo: 05 Resoluções e 02 Portarias). Contudo, nenhum dos documentos trata sobre o tema. Não há Atas disponibilizadas.

10. Biologia Celular	Há documentos encontrados (14 ó sendo: 09 Resoluções). Contudo, nenhum dos documentos trata do tema. Não há Atas disponibilizadas.
11. Biologia Vegetal	Há documentos encontrados (11 ó sendo: 05 Resoluções). Contudo, nenhum dos documentos trata do tema. Não há Atas disponibilizadas.
12. Bioquímica e Imunologia	Há documentos encontrados (17 ó sendo: 06 Resoluções). Contudo, nenhum dos documentos trata do tema. Não há Atas disponibilizadas.
13. Ciência Animal	Há documentos encontrados (13). Contudo, nenhum dos documentos trata do tema. Não há Atas disponibilizadas.
14. Ciência da Computação	Há documentos encontrados. Total de 34, sendo: 27 Resoluções e 06 Atas do Colegiado (500 ó 502 de 2016 e 503 ó 505 de 2017). Contudo, nenhum dos documentos trata do tema.
15. Ciência da Informação	Manual de Normalização ó no item õcitaçõesõ menciona sua importância para não caracterizar plágio. Sem mais informações. Atas não disponíveis.
16. Ciência de Alimentos	Há documentos encontrados. Total de 26, sendo: 10 Resoluções e 08 Atas do Colegiado. Ocorrência sobre o tema em 02 Atas sobre a ocorrência de plágio e também tratando sobre Fórum do PPGCA sobre Ética na pesquisa. Além de outros documentos que tratam sobre o tema: Regulamento Geral da UFMG; Rigor e Integridade na condução da Pesquisa ó Guia de Recomendações de Práticas Responsáveis; Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa CNPq e Roteiro para elaboração de plano de pesquisa.
17. Ciência Política	Há documentos encontrados. Total de 27, sendo: 01 Resolução, 01 Portaria e 21 Atas do Colegiado (09 de 2016 e 12 de 2017). Contudo, nenhum dos documentos trata sobre o tema.
18. Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia	Há documentos encontrados (04). O Regimento do Centro de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina menciona que estão sujeitos aos princípios éticos e morais e a aplicação da prática humanística todos que integram o quadro do Centro de Pós-Graduação e que estejam no exercício de suas finalidades. Não há Atas disponibilizadas.
19. Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto	Há documentos encontrados. Total de 05, sendo 03 Resoluções do Colegiado. Não há Atas disponibilizadas. O Manual do Aluno menciona que o projeto deve ser aprovado pelo Comitê de Ética

	e Pesquisa da UFMG (COEP).
20. Ciências Biológicas: Fisiologia e Farmacologia	Há documentos encontrados (02). Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
21. Ciências da Reabilitação	Há documentos encontrados (17 ó sendo que destes há 11 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nas Normas do formato opcional das dissertações e teses, há orientação sobre a importância das citações e referências bibliográficas das mesmas.
22. Ciências do Esporte	Há documentos encontrados. Total de 05, sendo: 02 Resoluções. Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
23. Ciências da Saúde: Infectologia e Medicina Tropical	Há documentos encontrados. Total de 30, sendo: 07 Resoluções e 21 Atas do Colegiado (10 de 2016 e 11 de 2017). Contudo, nenhum dos documentos trata sobre o tema.
24. Ciências da Saúde: Saúde da Criança e do Adolescente	Há documentos encontrados. Total de 07, sendo: 06 Resoluções e 01 Regulamento. Não há Atas disponibilizadas. O Regulamento do curso menciona que o projeto deve ser aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG (COEP).
25. Ciências e Técnicas Nucleares	Há documentos encontrados. Total de 06, sendo: 01 Resolução. Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
26. Ciências Farmacêuticas	Há documentos encontrados. Total de 08, sendo: 05 Resoluções e 01 Portaria. Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema. Contudo, no site há menção e indicação de manual de Normalização.
27. Ciências Fonoaudiológicas	Há documentos encontrados. Total de 13, sendo 10 Resoluções. Não há Atas disponibilizadas. Em 03 documentos (uma Resolução, o Manual de Orientação e um Regulamento) há menção de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG (COEP).
28. Comunicação Social	Há documentos encontrados (24). Não há Atas disponibilizadas. Há um Manual de normalização: padronização de documentos acadêmicos do NITEG/UFMG e do PPGCI/UFMGö.
29. Construção Civil	Há documentos encontrados (02). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
30. Controladoria e Contabilidade	Há documentos encontrados. Total de 10, sendo 05 Resoluções. Não há Atas disponibilizadas. Há um Manual ó Diretrizes para

	normalização dos trabalhos acadêmicos apresentados na FACE/UFMG.
31. Demografia	Não há Atas disponibilizadas ou documentos encontrados sobre o tema.
32. Direito	Há documentos encontrados. Total de 135, sendo: 12 Resoluções e 120 Atas do Colegiado (Atas de 2011 ó 2018). Ocorrência sobre o tema em 01 Ata, sendo 01 possível PLÁGIO.
33. Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre	Há documentos encontrados (04). Não há Atas disponibilizadas. Nota de divulgação: õProf. Manuel Graça, da Universidade de Coimbra, ministra disciplina sobre Escrita Científica no ECMVS. Entre os dias 19 a 28 de Março, o PPG-ECMVS teve o prazer de receber o Prof. Manuel Graça, da [í]õ Manual do aluno: Manual do Pós-Graduando do ECMVS informações essenciais sobre os deveres e direitos dos mestrands e doutorandos do ECMVS, com base nos regimentos e resoluções do programa e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG, além de informações adicionais, protocolos etc., leia atentamente o nosso manual. (Atualizado em 10/03/2017). No manual tem um item sobre õBoa Conduta Acadêmicaõ.
34. Economia	Nenhum documento encontrado. Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
35. Educação e Docência (Mestrado Profissional)	Há documentos encontrados (04 ó sendo que destes há 01 Resolução do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há no Manual do Aluno um tópico específico sobre a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa ó COEP.
36. Educação: Conhecimento e Inclusão Social	Há documentos encontrados (17 ó sendo que destes há 11 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. No Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social e Guia do Aluno do Doutorado Latino-Americano em Educação: Políticas Públicas e Profissão Docente FAE/UFMG há menção sobre a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa ó COEP. Já no Guia do Aluno 2018 há um tópico ó Normas sobre a Ética na Pesquisa da UFMG (COEP). Há também apontamentos sobre citações e referências de citações.
37. Educação Física (Mestrado Profissional em Rede)	Sem informações.

38. Enfermagem	Há documentos encontrados (13, sendo 10 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
39. Engenharia de Estruturas	Há documentos encontrados (08 ó sendo que destes há 05 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há nas Diretrizes para Elaboração de Dissertações e Teses tópicos sobre citação e referências. Mas, a introdução do documento faz menção específica sobre o que se caracteriza como PLÁGIO, bem como aponta dispositivo legal da Lei n° 9.610/98 que prevê proteção intelectual de textos de obras científicas e programas de computador.
40. Engenharia de Produção	Há documentos encontrados (10, sendo 09 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
41. Engenharia Elétrica	Há documentos encontrados (24 ó sendo que destes há 21 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há no site do curso, no tópico õGuia do Alunoö um item õÉtica e Integridade na Pesquisa Científica ó Leitura Recomendada. Contudo, no dia da consulta não foi possível baixar tal documento, pois ao clicar no link disponível, este direciona para o site do CNPq e NÃO encontra o documento.
42. Engenharia Mecânica	Há documentos encontrados (13 ó sendo que destes há 08 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há no Manual para o Aluno, õuma proposta de estrutura básica de Dissertações e Teses (conteúdo), bem como sua apresentação gráfica (forma), no qual se fala de citações e referências bibliográficas.
43. Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas	Há documentos encontrados (10 ó sendo que destes há 05 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há um arquivo de Normas ó õRecomendações para redação de Propostas de Pesquisa, Dissertações e Teses no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas da UFMGö.
44. Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas ó (Mestrado Profissional)	Idem ao curso acima mencionado. Mesmo site, mesmo documentos. Não há Atas disponibilizadas.
45. Engenharia Química	Há documentos encontrados (08, sendo 07 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.

46. Ensino em Biologia (Mestrado Profissional em Rede ó Sede UFMG)	Site em Construção ó com t3pico 3Legisla33o3 (Leis, Decretos, Portarias e Resolu33es mencionadas nos editais da COPEVE). N3o 3 poss3vel baix3-las. H3 links que direcionam ao site do Planalto. N3o h3 Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema. Coordena33o Nacional - Direciona ao site da CAPES/EDUCA333O 3 DIST3NCIA/PROFBIO. N3o h3 Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema = Nenhuma informa333o.
47. Estat3stica	N3o h3 Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
48. Estudos do Lazer	H3 documentos encontrados (06 3 sendo que destes h3 03 Resolu33es do Colegiado e 02 Atas do Colegiado). H3 no Regimento PPGIEL 2017 02 artigos que mencionam a aprova33o do projeto de pesquisa pelo Comit3 de 3tica em Pesquisa 3 COEP.
49. Estudos Lingu3sticos	H3 documentos encontrados (234 3 sendo que destes h3 07 Resolu33es do Colegiado e 224 Atas do Colegiado 3 de 1994 a 2018. N3o h3 Atas de 2011 at3 outubro de 2014). H3 11 Atas tratando de um suposto caso de PL3GIO.
50. Estudos Liter3rios	H3 documentos encontrados (186 3 sendo que destes h3 01 Resolu33o do Colegiado e 180 Atas do Colegiado 3 de dezembro de 2005 a fevereiro de 2018). H3 10 Atas tratando de um suposto caso de PL3GIO.
51. Filosofia	H3 documentos encontrados (01). N3o h3 Atas disponibilizadas. O documento encontrado n3o trata sobre o tema.
52. F3sica	H3 documentos encontrados (03). N3o h3 Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
53. Gen3tica	H3 documentos encontrados (Total de 26 3 sendo que destes h3 11 Resolu33es e 63 Atas do Colegiado condensadas em seis documentos de Atas). Atas de 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006 3 Em 2004 - 15 Atas. Em 2005- 11 Atas (Ata de 07/03/2005, o Prof. Vasco sugeriu convidar um professor para dar uma disciplina sobre 33tica na Ci3ncia3). Em 2006, 14 Atas. Atas de 1999 est3o dispon3veis, mas os arquivos n3o carregam). Em 2001, 10 Atas). Em 2002, 13 Atas. H3 03 documentos mencionando a obrigatoriedade das Refer3ncias Bibliogr3ficas, o Manual do Usu3rio menciona que o projeto deve ser aprovado pelo Comit3 de 3tica e Pesquisa da UFMG (COEP) e o Regimento Geral da UFMG menciona ser

	passível de penalidade ato de improbidade na execução de trabalhos escolares, bem como atos incompatíveis com a dignidade universitária.
54. Geografia	Há documentos encontrados (Total de 06 ó sendo que destes há 01 Resolução do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há um arquivo de Normas para a versão final das Dissertações e Teses que tem um item mencionando Referências.
55. Geologia	Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
56. Geotecnia e Transportes	Há documentos encontrados (04 ó sendo 02 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
57. Gestão e Organização do Conhecimento	Há documentos encontrados (04 ó sendo 02 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Há um Manual de Normalização que menciona que as Referências devem listar todos os autores citados. Também há no mesmo manual um tópico sobre citações que menciona especificamente ser imprescindível dar o devido crédito à ideia citada sob pena de acusação de PLÁGIO.
58. Gestão de Serviços de Saúde (Mestrado Profissional)	Há documentos encontrados (03). Não há Atas disponibilizadas. O Regimento Geral da UFMG traz como princípios a probidade na execução das tarefas acadêmicas e a conduta compatível com a dignidade universitária, pautada pelos princípios éticos institucionais.
59. História	Há documentos encontrados (02). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
60. Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica	Há documentos encontrados (Total de 17, sendo 03 Atas do Colegiado). Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
61. Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual (Mestrado Profissional)	Há documentos encontrados (Total de 07, sendo 02 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. O Regulamento do curso de Mestrado Profissional menciona a obrigatoriedade das Referências Bibliográficas no projeto e o Regimento Geral da UFMG traz como princípios a probidade na execução das tarefas acadêmicas e a conduta compatível com a dignidade universitária, pautada pelos princípios éticos institucionais.

62. Letras (Mestrado Profissional em Rede)	Há documentos encontrados. Total de 32, sendo: 03 Resoluções e 27 Atas do Colegiado. Contudo, nenhum dos documentos trata sobre o tema.
63. Matemática	Há documentos encontrados (11, sendo 09 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
64. Medicamentos e Assistência Farmacêutica	Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
65. Medicina Molecular	Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
66. Microbiologia	Há documentos encontrados (Total de 02). Não há Atas disponibilizadas. Em ambos documento (Regulamento do Programa de Pós-Graduação do curso e Normas Internas do Programa de Pós-Graduação há menção da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas no projeto.
67. Microbiologia Aplicada (Mestrado Profissional)	Há documentos encontrados (Total de 03). Não há Atas disponibilizadas. Tanto no Regulamento do Programa de Pós-Graduação do curso quanto nas Normas Internas do Programa de Pós-Graduação há menção da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas no projeto. Há também uma Portaria da Capes que tem um artigo o qual diz ser proposta do Mestrado Profissional possibilitar a inclusão da ética em atividades curriculares.
68. Música	Há documentos encontrados (04, sendo 03 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
69. Neurociências	Há documentos encontrados (06 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
70. Nutrição e Saúde	Há documentos encontrados (04, sendo 03 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
71. Odontologia	Há documentos encontrados (Total de 18 ó sendo que destes há 11 Atas do Colegiado de 2014). Há um Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos para a Pós-Graduação da Faculdade de Odontologia da UFMG.
72. Odontologia em Saúde Pública (Mestrado Profissiona1)	Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema = Nenhuma informação no site. Obs.: é uma parte específica dentro do site do programa de odontologia.

73. Parasitologia	Há documentos encontrados (Total de 02). Não há Atas disponibilizadas. No Regulamento do Programa de Pós-Graduação do curso há menção da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas no projeto.
74. Patologia	Há documentos encontrados (Total de 05, sendo 02 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Em 02 documentos (incluindo uma Resolução) há menção da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas no projeto. E nesses 02 documentos e mais um terceiro há menção da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa ó COEP.
75. Produção Animal	Há documentos encontrados (Total de 12, sendo 05 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. No Documento Normas de Apresentação das Dissertações de Mestrado Produção Animal da UFMG ó Regulamento do Mestrado em Produção Animal para Dissertação ó Todo o texto apresenta normas para elaboração das Referências Bibliográficas e das Citações e no Modelo de Dissertação há um complemento ao documento anterior. Objetivos ó apresentação do curso ó menciona a questão da consciência ética ó ãO curso de Mestrado em Produção Animal da Universidade Federal de Minas Gerais tem como objetivo a formação de profissionais com sólida base de conhecimentos científicos que, dotados de consciência ética, política, com visão crítica e global da conjuntura econômica, social e cultural possam atuar de forma regional, nacional e internacionalö.
76. Produção Vegetal	Há documentos encontrados (Total de 08, sendo 02 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. No Documento Normas de Apresentação de Projeto de Dissertação há indicação da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas.
77. Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (Mestrado Profissional)	Não há Atas disponibilizadas ou documentos sobre o tema.
78. Psicologia	Há documentos encontrados (Total de 18, sendo 11 Resoluções do Colegiado, 01 Portaria e 02 pdfs de Atas do Colegiado contendo 13 Atas de 2014 e 12 Atas de 2015). No Regulamento de 2010 há menção da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas na Dissertação. No Pequeno Manual do Aluno há recomendação da leitura da cartilha sobre plágio do DCS/UFF. Resolução 27/2007 institucionaliza o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG ó COEP. E, no Regimento Geral da UFMG traz como princípios a probidade na execução das tarefas acadêmicas e a conduta compatível com a dignidade

	universitária, pautada pelos princípios éticos institucionais.
79. Psicologia: Cognição e Conhecimento	Há 01 documento encontrado. Não há Atas disponibilizadas. No Regimento do Programa de Pós-Graduação do curso há menção sobre a obrigatoriedade das Referências Bibliográficas.
80. Química	Há documentos encontrados (Total de 30, sendo 20 Resoluções do Colegiado e 03 de Atas do Colegiado). Há no site, na parte de informações para alunos, um tópico de Ética e Publicação contendo vários textos e links sobre Ética, Integridade na Pesquisa e falando sobre plágio também. Destaque Especial para os textos: Orientações Capes sobre o combate ao plágio e Rigor e Integridade na condução da Pesquisa Científica e o Guia de Recomendações de práticas responsáveis (DOC 4311). Há ainda a Resolução 02/2017 que estabelece que os projetos deverão ter Referências Bibliográficas. Assim como também estabelece o documento Roteiro para elaboração do Projeto de Pesquisa para Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado.
81. Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Há 18 documentos encontrados, sendo 13 Resoluções do Colegiado. Não há Atas disponibilizadas. Há um roteiro para elaboração de projetos de Dissertações e Teses que menciona que os projetos deverão ter Referências Bibliográficas. Há ainda um documento de Instruções Gerais para formatação de Dissertações e Teses que também menciona a obrigatoriedade das Referências Bibliográficas.
82. Saúde da Mulher	Há 01 documento encontrado. Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
83. Saúde Pública	Há 05 documentos encontrados, sendo 03 Resoluções do Colegiado. Não há Atas disponibilizadas. O Regulamento do Programa de Pós-Graduação do curso faz menção da obrigatoriedade das Referências Bibliográficas nas Teses ou Dissertações. Essa mesma menção é trazida no Manual de Orientação do curso que traz também a obrigatoriedade de aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa e o COEP.
84. Sociedade, Ambiente e Território	Há documentos encontrados (01). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
85. Sociologia	Há documentos encontrados (01). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.
86. Zoologia	Há documentos encontrados (06, sendo 05 Resoluções do Colegiado). Não há Atas disponibilizadas. Nenhum dos documentos trata sobre o tema.

87. Zootecnia	Há 05 documentos encontrados, sendo 02 Resoluções do Colegiado. Não há Atas disponibilizadas. O Regulamento de Pós-Graduação do curso traz como competência do orientador assistir o estudante na elaboração e na execução do projeto de dissertação/tese em acordo com as normas do Comitê de Ética em Experimentação Animal ó CETEA. A Resolução 01/2010 diz que os arquivos digitais serão disponibilizados na Internet para acesso público, resguardando-se as publicações que exigirem proteção ao sigilo industrial ou ético.
---------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SÍNTESE DOS DADOS

São 87 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, e um Total de 822 Atas dos Colegiados de Cursos foram objeto de estudo. A escolha de analisar as Atas dos Programas justifica-se pelo fato de que todas as decisões de Colegiado são registradas em Atas. Contudo, muitos sites estão desatualizados, com poucas informações e documentos disponibilizados. Da pesquisa realizada nos sites dos 87 Programas de Pós-Graduação da UFMG, considerando o objeto de estudo dessa dissertação, o resultado é o seguinte:

De 87 programas de pós-graduação, 16 (18,39%) disponibilizam Atas de reuniões do Colegiado (Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Ciência da Computação, Ciência de Alimentos, Ciência Política, Ciência da Saúde: Infectologia e Medicina Tropical, Direito, Estudos do Lazer, Estudos Linguísticos, Estudos Literários, Genética, Inovação Tecnológica e Biofarmacêutica, Letras (Mestrado Profissional em Rede) Odontologia, Psicologia e Química). Dos 16 programas, seis (6,89%) possuem algum tipo de registro sobre plágio nas Atas do colegiado (Arquitetura, Antropologia, Ciência de Alimentos, Direito, Estudos Linguísticos, Estudos Literários e Genética). Vale registrar que o caso de plágio da EEEFTO não foi identificado por meio de Ata do Colegiado, visto que as mesmas não são disponibilizadas no site. O caso foi divulgado no site da UFMG.

Trinta Programas (34,48%) registram algum tipo de informação sobre, ética, boas práticas na pesquisa, normalização de trabalhos acadêmicos ou plágio, porém de forma muito sucinta e superficial. São os seguintes: Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Ciência da Informação,

Ciência de Alimentos, Ciências Aplicadas à Cirurgia e à Oftalmologia, Ciências da Reabilitação, Ciências Farmacêuticas, Comunicação Social, Controladoria e Contabilidade, Direito, Ecologia, Educação, Engenharia de Estruturas, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Materiais e de Minas, Estudos Linguísticos, Estudos Literários, Genética, Geografia, Gestão e Organização do Conhecimento, Gestão e Serviços de Saúde, Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual, Microbiologia, Odontologia, Produção Animal, Produção Vegetal, Psicologia, Química e Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Onze Programas (12,64%) disponibilizam informações referentes à submissão de projetos ao COEP / CETEA, que são: Ciências Aplicadas à Saúde do Adulto, Ciências da Saúde: Saúde da Criança e do Adolescente, Ciências Fonoaudiológicas, Educação e Docência, Educação, Estudos do Lazer, Genética, Patologia, Saúde Pública e Zootecnia.

Tipos de documentos disponibilizados nos sites dos Programas:

Informações sobre estágio docente, manual do aluno, informações acadêmicas: regulamento, grade curricular, aproveitamento de créditos, marcação de defesa, trancamento de matrícula, além de resoluções diversas (critérios de credenciamento de docentes, diretrizes para exame de qualificação, para defesa de tese e dissertação, residência pós-doutoral, critérios de concessão de bolsas, normas técnicas de trabalhos acadêmicos, outros).

Nenhum Programa possui Resolução específica sobre Plágio, Ética e Integridade na Pesquisa.

A pesquisa nos sites do Programas foi realizada no período de maio a agosto de 2017.